

**Universidade Federal de Pernambuco - UFPE  
Centro de Ciências Sociais Aplicadas - CCSA  
Departamento de Ciências Administrativas - DCA  
Programa de Pós-Graduação em Administração - PROPAD**

**Carlos César de Oliveira Lacerda**

**SE ESSE CAIS FOSSE MEU:  
Gestão do espaço urbano e a luta pela significação entre  
discursos e [R]existência**

**Recife, 2017**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

CLASSIFICAÇÃO DE ACESSO A TESES E DISSERTAÇÕES

Considerando a natureza das informações e compromissos assumidos com suas fontes, o acesso a monografias do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Pernambuco é definido em três graus:

- "Grau 1": livre (sem prejuízo das referências ordinárias em citações diretas e indiretas);
- "Grau 2": com vedação a cópias, no todo ou em parte, sendo, em consequência, restrita a consulta em ambientes de biblioteca com saída controlada;
- "Grau 3": apenas com autorização expressa do autor, por escrito, devendo, por isso, o texto, se confiado a bibliotecas que assegurem a restrição, ser mantido em local sob chave ou custódia;

**A classificação desta dissertação se encontra, abaixo, definida por seu autor.**

**Solicita-se aos depositários e usuários sua fiel observância, a fim de que se preservem as condições éticas e operacionais da pesquisa científica na área da administração.**

---

Título da Dissertação: SE ESSE CAIS FOSSE MEU: Gestão do espaço urbano e a luta pela significação entre discursos e [R]existência.

Nome do Autor: Carlos César de Oliveira Lacerda

Data da aprovação: 20 de fevereiro de 2017

Classificação, conforme especificação acima:

Grau 1 ☒

Grau 2 ☐

Grau 3 ☐

Recife, 20 de fevereiro de 2017

-----  
Assinatura do autor

Carlos César de Oliveira Lacerda

**SE ESSE CAIS FOSSE MEU:  
Gestão do espaço urbano e a luta pela significação entre discursos  
e [R]existência**

Dissertação de mestrado apresentada como requisito complementar para obtenção do grau de Mestre em Administração, área de concentração em Organização e Sociedade, do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Pernambuco, PROPAD-UFPE.

Orientador: Sérgio Carvalho Benício de Mello, PhD

Área do conhecimento: Administração Pública;  
Sub-área de conhecimento: Política e Planejamento Governamentais;  
Área correlata: Política Urbana.

**Recife, 2017**

Catálogo na Fonte  
Bibliotecária Ângela de Fátima Correia Simões, CRB4-773

|       |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
|-------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| L131s | <p>Lacerda, Carlos César de Oliveira</p> <p>Se esse caos fosse meu: gestão de espaço urbano e a luta pela significação entre discursos e [R]existência / Carlos César de Oliveira Lacerda. - 2017.<br/>136 folhas: il. 30 cm.</p> <p>Orientador: Prof. Sérgio Carvalho Benício de Mello, PhD.<br/>Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Pernambuco. CCSA, 2017.<br/>Inclui referências, apêndices e anexos.</p> <p>1. Espaços públicos. 2. Planejamento urbano. 3. Crescimento urbano. I. Mello, Sérgio Carvalho Benício de (Orientador). II. Título.</p> <p>658 CDD (22.ed.)</p> |
|       | <p>UFPE (CSA 2017 – 035)</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |

Carlos César de Oliveira Lacerda

**SE ESSE CAIS FOSSE MEU:  
Gestão do espaço urbano e a luta pela significação entre discursos  
e [R]existência**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Administração.

Aprovado em: 20/02/2017.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profº. Dr. Sérgio Carvalho Benício de Mello (Orientador)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Profª. Drª. Maria Christianni Coutinho Marçal (Examinadora Externa)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Profº. Dr. Ricardo Sérgio Gomes Vieira (Examinador Externo)  
Universidade Federal de Pernambuco

*Dedico as próximas páginas, repletas de carinho, apreço e responsabilidade, para:*

*Minha mãe, Suely,*

*Meu pai, Carlos,*

*E meu irmão, Pedro.*

*Essa conquista é por vocês e para vocês, nós vencemos.*

*Amo-os infinitamente!*

## Agradecimentos

*A Deus*, por ser o mestre que me guia dando sabedoria, força e fé para não desistir diante dos obstáculos da vida e que sempre se mostrou fiel nas suas promessas.

*Aos meus pais Suely Lacerda e Carlos Lacerda*, por me ensinarem valores e princípios, pela paciência e carinho durante a minha vida e por incentivarem a caminhada constantemente, despontando os princípios essenciais que devo seguir. Por nunca me deixarem desistir por qualquer motivo que seja. Inclusive um agradecimento especial ao meu pai por ter me acompanhado na viagem para Porto Alegre e ter tornado esse momento ímpar. Conseguimos!

*Ao meu irmão Pedro Lacerda*, pelo amor fraternal, leia-se, chatice fraternal.

*Ao meu orientador Sérgio Benício*, por ter me acolhido, pelos excelentes direcionamentos acadêmicos e por mostrar qual o papel do professor, honrando essa profissão com extrema dedicação e responsabilidade. Obrigado pela parceria, pelas críticas necessárias, por me fazer pensar um pouco “fora das caixinhas” e por me fazer assistir jornal com outro olhar (Risos).

*A todos que fazem parte do grupo de pesquisa MOBIS-UFPE*, por compartilhar alegrias e discussões nos estudos dirigidos e por trazer sempre boas vibrações, desconstruindo minhas “verdades”. Em especial ao meu “irmão de orientação” *Fagner*, pela parceria nessa última fase do trabalho.

*Aos membros da banca: Professor Ricardo Vieira e Professora Christianni Marçal*, pelas grandes contribuições desde a qualificação do projeto até o momento atual e pela disponibilidade e dedicação de sempre ajudar e orientar.

*Ao Programa de Pós-graduação em Administração da UFPE*, pelo acolhimento, em especial aos mestres que foram meus professores nessa casa: Fernando Paiva, Henrique Muzzio, André Leão e Ricardo Vieira.

*Aos meus amoricos do Danger (Liz, Nathy e Lau)*, por dividir todos os momentos, por me criticar na hora certa, por incentivar, por falar milhões de coisas no whats (des) necessárias. Enfim, pelos sorrisos e lágrimas ao longo da nossa amizade. Em especial ao meu abusinho *Liz*, por me aguentar, dividindo o mesmo teto em Recife. Amo-os!

*A todos os queridos da turma 21 de mestrado do PROPAD*, por ter vivenciado os melhores momentos de tensão e alegrias. Em especial aos meus amigos do coração: *Dan, Kelly, Manuella e Lorena*, além dos engraçadinhos do grupo da “*Economia Criativa*” por todo apoio, motivação, pelos sorrisos e nervosismos entre uma aula e outra, pela parceria nos trabalhos acadêmicos, pelos cafezinhos à tarde, pelas saidinhas e pela grande amizade. Valeu!

*As minhas flores Mari e Manu*, que mesmo de longe me deram apoio necessário, compreenderam minha ausência e torceram comigo na concretização desse sonho, tornando esse momento mais leve. Em especial a *Mari*, arquiteta que, além de tudo, me fez refletir um pouco sobre arquitetura moderna e arcaica no finalzinho desse trabalho.

***Ao lar das trepadeiras (Thales e Liz)***, por ser uma casa calma, tranquila e cheia de paz (só que não), por ser cano de escape e refúgio em vários momentos, pelas boas conversas antes de dormir, por ser minha família/abrigo no Recife e por dividir dramas, contas e sorrisos, mas de quem é a faxina hoje mesmo?

***A minha família (avós, avôs, tias, tios, primas e primos)***, pelo carinho, compreensão e suporte de sempre.

***Aos atores políticos que fizeram parte das minhas entrevistas***, pela disposição e por compartilhar comigo suas experiências. Sem a contribuição deles esse trabalho não teria ficado tão rico. Também foram os responsáveis pelo carinho e meu envolvimento com o objeto de estudo, o Porto Cais Mauá.

***A CAPES***, por tornar possível a dedicação exclusiva aos estudos através do apoio financeiro nos dois anos de mestrado.

***A cantora Sia Kate Isobelle Furler (SIA)***, por embalar minhas manhãs, tardes e noites de estudos. Por não me deixar sozinho nas madrugadas de reflexões teóricas e análises dos dados, enfim, por ser trilha sonora dessa dissertação (Risos).

***A todos***, que contribuíram direta ou indiretamente para realização desse trabalho, pois foram importantes para a construção desse sonho.

**GRATIDÃO!**



*Escuta-se a cidade como se fosse uma música, tanto quanto se a lê como se fosse uma escrita discursiva. A cidade tem uma história; ela é a obra de uma história, isto é, de pessoas e de grupos.*

*Henri Lefebvre*

## Resumo

As áreas dos centros históricos ao longo dos anos foram perdendo, por inúmeras razões, seu valor econômico, social e cultural. Essas áreas possuem um valor simbólico e atualmente tem se percebido uma retomada desses espaços através de intervenções urbanísticas, requalificando a cidade e fazendo com que a sociedade volte a usar o lugar. Entretanto, questiona-se: que tipo de requalificação estão propondo? Essa dissertação é um estudo sobre a intervenção urbana de requalificação no Porto Cais Mauá, localizado em uma das grandes metrópoles brasileiras, Porto Alegre. O objetivo foi explicar como os conflitos sociais situados no domínio do direito à cidade e nos propósitos da produção do espaço urbano são descritos segundo uma prática discursiva. Para isso, foi montado um arquivo de pesquisa contendo 147 itens, dentre eles: reportagens, entrevistas, imagens e documentos que foram analisados a fim de desvelar os discursos a partir de um antagonismo social. Sob uma perspectiva pós-estruturalista, foi utilizada a Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe com o aparato das teorias auxiliares sobre o Direito à Cidade de Henri Lefebvre e a Produção Capitalista do Espaço de David Harvey, através de uma metodologia retrodutiva. Para acessar o dado, foi utilizado a análise do discurso foucaultiano, por meio da identificação dos enunciados, funções, regras e formações dos discursos. Para apoiar as análises, foi utilizado o software de análise qualitativa *NVivo* para decodificar as informações e organizar os dados do arquivo. Os resultados indicam que os conflitos apontam para quatro formações discursivas: de um lado, duas formações favoráveis a requalificação, ancorado na concepção de modernização e desenvolvimento da cidade; de outro, um posicionamento contrário a este, com também duas formações discursivas, embasado na convicção de que a forma como está sendo proposto o projeto não atende aos anseios sociais. Por meio desses achados, foi possível estabelecer uma crítica aos pressupostos do planejamento urbano moderno, o papel da gestão pública nas parcerias público-privadas, o respeito da identidade local e uma crítica ao modelo de circulação, lógica de mercado e elitização do espaço. As cadeias de equivalências e diferenças demonstram que o Cais Mauá disputa significados através de suas peculiaridades, mas que compartilham algo em comum: um conceito de cidade. Por um lado, um conceito baseado em megaestruturas, grandes empreendimentos e valor econômico, e do outro lado um modelo baseado em participação, transparência, convívio e preservação através de denúncias em forma de resistência. As lógicas do discurso indicam que uma possibilidade para se pensar um Cais Mauá para todos seria um diálogo entre moderno e o arcaico, por meio de uma integração entre estéticas. O futuro do Cais Mauá permanece indefinido, assim, o espaço e a luta pelo significado continuam orbitando no campo da discursividade.

**Palavras-chave:** Cais Mauá. Gestão do Espaço. Conflitos Urbanos. Teoria do Discurso. Direito à Cidade.

## Abstract

The areas of historical centers over the years have been losing, for many reasons, their economic, social and cultural value. These areas have a symbolic value and it has now been perceived a resumption of these spaces through urban interventions, requalifying the city and making society use the place again. However, one wonders: what kind of requalification are you proposing? This dissertation is a study about the urban intervention of requalification in Pier Cais Mauá, located in one of the great Brazilian metropolis, Porto Alegre. The objective was to explain how the social conflicts located in the domain of the right to the city and in the purposes of the production of the urban space are described according to a discursive practice. To this end, a research file containing 147 items was set up, among them: reports, interviews, images and documents that were analyzed in order to reveal the discourses from a social antagonism. From a post-structuralist perspective, Laclau and Mouffe's Theory of Discourse was used with Henri Lefebvre's Theories of the Right to the City and David Harvey's Capitalist Production of Space, using a retroductive methodology. To access the data, the analysis of the Foucaultian discourse was used, through the identification of the utterances, functions, rules and formations of the discourses. To support the analyzes, the NVivo Qualitative Analysis Software was used to decode the information and organize the file data. The results indicate that the conflicts point to four discursive formations: on the one hand, two formations favorable to requalification, anchored in the conception of modernization and development of the city; On the other, a position opposed to it, with two discursive formations, based on the conviction that the way in which the project is being proposed does not meet the social desires. Through these findings, it was possible to establish a critique of the presuppositions of modern urban planning, the role of public management in public-private partnerships, respect for local identity and a critique of the circulation model, market logic and space elitism. The chains of equivalence and differences show that the Maua Quay disputes meanings through their peculiarities, but they share something in common: a concept of city. On the one hand, a concept based on megastructures, great ventures and economic value, and on the other hand a model based on participation, transparency, conviviality and preservation through denunciations in the form of resistance. The discourse logics indicate that a possibility to think a Maua Pier for all would be a dialogue between modern and archaic, through an integration between aesthetics. The future of Maua Pier remains undefined, so space and the struggle for meaning continue to orbit the field of discursiveness.

**Keywords:** Pier Mauá. Space Management. Urban Conflicts. Discourse Theory. Right to the City.

## Lista de Figuras

|               |                                                      |     |
|---------------|------------------------------------------------------|-----|
| Figura 01(1): | Crescimento da População Urbana Mundial              | 22  |
| Figura 02(1): | Cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul            | 28  |
| Figura 03(1): | Cultura Gaúcha / Centros de Tradição (CTGs)          | 29  |
| Figura 04(1): | Porto do Cais Mauá, Porto Alegre-RS                  | 32  |
| Figura 05(1): | Resumo da Linha do Tempo - Cais Mauá                 | 35  |
| Figura 06(1): | Projeto de Requalificação do Cais Mauá               | 36  |
| Figura 07(2)  | Dispositivos Teóricos e Categorias Analíticas da TD  | 54  |
| Figura 08(3): | A Lógica da Explicação Crítica                       | 60  |
| Figura 09(3): | Fases dos Ciclos Foucaultiano                        | 63  |
| Figura 10(3): | Critérios do Método Foucaultiano                     | 64  |
| Figura 11(3): | Composição do Arquivo de Pesquisa                    | 66  |
| Figura 12(3): | Pastas, Casos e Nós                                  | 67  |
| Figura 13(3): | Sub-nós e Processo de Codificação                    | 68  |
| Figura 14(4): | Mapeamento dos Sujeitos Políticos                    | 71  |
| Figura 15(4): | Arqueologia da Requalificação no Cais Mauá           | 79  |
| Figura 16(4): | Mapa de Relações das Formações FD1 e FD2             | 80  |
| Figura 17(4): | Mapa de Relações das Formações FD3 e FD4             | 81  |
| Figura 18(4): | Discurso Institucional                               | 82  |
| Figura 19(4): | Discurso da Resistência                              | 82  |
| Figura 20(5): | Anúncio do Consórcio Responsável pela Requalificação | 86  |
| Figura 21(5): | Resistência Gaúcha                                   | 96  |
| Figura 22(5): | Nível da água no rio Guaíba, Cais Mauá               | 104 |
| Figura 23(5): | Evolução da Hipótese de Pesquisa                     | 109 |
| Figura 24(5): | Arena Discursiva Antagônica em torno do Cais Mauá    | 110 |

## Lista de Quadros

|               |                                               |     |
|---------------|-----------------------------------------------|-----|
| Quadro 01(1): | Principais Eventos Inerentes ao Cais Mauá     | 34  |
| Quadro 02(1): | Índice de Competitividade do Turismo Nacional | 39  |
| Quadro 03(3): | Categorias do Método em Foucault              | 63  |
| Quadro 04(3): | Técnicas Utilizadas na Pesquisa               | 65  |
| Quadro 05(3): | Descrição das Etapas da Pesquisa              | 68  |
| Quadro 06(3): | Lista dos Entrevistados                       | 69  |
| Quadro 07(4): | Lista dos Enunciados                          | 72  |
| Quadro 08(4): | Lista de Funções e Critérios                  | 75  |
| Quadro 09(4): | Relações entre Funções e seus Critérios       | 77  |
| Quadro 10(4): | Lista de Regras e Critérios                   | 77  |
| Quadro 11(4): | Relações entre Regras e seus Critérios        | 78  |
| Quadro 12(5): | Lógicas da Primeira Formação Discursiva       | 89  |
| Quadro 13(5): | Lógicas da Segunda Formação Discursiva        | 94  |
| Quadro 14(5): | Lógicas da Terceira Formação Discursiva       | 100 |
| Quadro 15(5): | Lógicas da Quarta Formação Discursiva         | 107 |
| Quadro 16(5): | Demonstração das Lógicas do Discurso          | 108 |

## Lista de Abreviaturas e Siglas

|                     |                                                         |
|---------------------|---------------------------------------------------------|
| <b>AD</b>           | Análise do Discurso                                     |
| <b>BEMTUR – POA</b> | Boletim Estatístico Municipal do Turismo – Porto Alegre |
| <b>EMBRATUR</b>     | Instituto Brasileiro de Turismo                         |
| <b>EPL</b>          | Estudantes pela Liberdade                               |
| <b>GADES</b>        | Gabinete de Desenvolvimento de Assuntos Especiais       |
| <b>IAB</b>          | Instituto dos Arquitetos do Brasil                      |
| <b>PHNM</b>         | Patrimônio Histórico Nacional e Municipal               |
| <b>PMRS</b>         | Prefeitura Municipal do Rio Grande do Sul               |
| <b>TD</b>           | Teoria do Discurso                                      |
| <b>FD</b>           | Formação Discursiva                                     |
| <b>PPPs</b>         | Parcerias Público-Privadas                              |
| <b>IDH</b>          | Índice de Desenvolvimento Humano                        |
| <b>CTG</b>          | Centro de Tradição Gaúcha                               |
| <b>ICTN</b>         | Índice de Competitividade do Turismo Nacional           |
| <b>IBGE</b>         | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística         |
| <b>LEC</b>          | Lógica da Explicação Crítica                            |
| <b>POA</b>          | Porto Alegre                                            |
| <b>ADF</b>          | Análise do Discurso Foucaultiano                        |
| <b>IBRAM</b>        | Instituto Brasileiro de Museus                          |
| <b>MAR</b>          | Museu de Arte do Rio                                    |

# Sumário

|                                                                                                              |            |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>1. PROBLEMATIZAÇÃO.....</b>                                                                               | <b>17</b>  |
| 1.1. O Contexto em torno do Espaço Urbano: A Cidade Pós-Moderna.....                                         | 17         |
| 1.2. Requalificação de Centros Históricos e Políticas Públicas.....                                          | 24         |
| 1.3. Os Significados de Porto Alegre.....                                                                    | 27         |
| 1.3.1. Resgate sócio-histórico e a Tradição do Modo de Viver Gaúcho.....                                     | 27         |
| 1.3.2. Do Projeto Inicial a um "Porto Alegre".....                                                           | 31         |
| 1.4. Arcabouço Teórico do Estudo.....                                                                        | 38         |
| 1.5. Justificativa e Finalidade do Estudo.....                                                               | 38         |
| 1.6. Organização da Dissertação.....                                                                         | 41         |
| <b>2. ASPECTOS TEÓRICOS.....</b>                                                                             | <b>43</b>  |
| 2.1. A Concepção Pós-Estruturalista.....                                                                     | 43         |
| 2.2. A Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe: Visão Geral e Conceitos Centrais.....                          | 46         |
| 2.2.1. O Discurso.....                                                                                       | 46         |
| 2.2.2. A Noção de Hegemonia.....                                                                             | 47         |
| 2.2.3. Antagonismo Social.....                                                                               | 49         |
| 2.2.4. Categorias Analíticas da TD.....                                                                      | 51         |
| 2.3. A Cidade como Organismo Vivo: Discutindo o Direito e a Produção no Espaço.....                          | 54         |
| 2.3.1. O Direito à Cidade.....                                                                               | 55         |
| 2.3.2. A Produção Capitalista do Espaço.....                                                                 | 57         |
| <b>3. CAMINHOS METODOLÓGICOS.....</b>                                                                        | <b>59</b>  |
| 3.1. <i>Design</i> da Pesquisa.....                                                                          | 59         |
| 3.2. A Lógica da Explicação Crítica e a Retrodução.....                                                      | 60         |
| 3.3. Forma de Acesso ao Dado: Análise do Discurso Foucaultiano.....                                          | 62         |
| 3.4. Construção e Organização do Arquivo de Pesquisa.....                                                    | 65         |
| 3.5. Critérios de Validação e Confiabilidade.....                                                            | 69         |
| <b>4. O CAIS MAUÁ COMO ARENA DE LUTAS POLÍTICAS E DISPUTAS: A ÓRBITA DOS DISCURSOS.....</b>                  | <b>71</b>  |
| 4.1. Mapeamento dos Sujeitos Políticos.....                                                                  | 71         |
| 4.2. Acessando os Discursos por meio da Arqueologia Foucaultiana.....                                        | 72         |
| 4.2.1. Identificação dos Elementos Constitutivos.....                                                        | 72         |
| 4.2.2. Finalmente as Formações Discursivas: O Cais Mauá entre Discursos.....                                 | 79         |
| <b>5. ESTRUTURAS DISCURSIVAS QUE MOVIMENTAM OS DIÁLOGOS: CICLOS RETRODUTIVOS, LÓGICAS E ARTICULAÇÃO.....</b> | <b>84</b>  |
| 5.1. Primeiro Ciclo Retrodutivo: Ícone de Modernidade.....                                                   | 84         |
| 5.2. Segundo Ciclo Retrodutivo: Parceria Público-Privada.....                                                | 90         |
| 5.3. Terceiro Ciclo Retrodutivo: Identidade Gaúcha.....                                                      | 95         |
| 5.4. Quarto Ciclo Retrodutivo: Elitização do Espaço.....                                                     | 100        |
| 5.5. Do Velho Cais Mauá a Novos Negócios: Explicação da Hipótese Retrabalhada.....                           | 109        |
| <b>6. PARA ALÉM DAS [IN]CONCLUSÕES.....</b>                                                                  | <b>114</b> |
| 6.1. Reflexões sobre a Possibilidade de uma Integração entre Estéticas.....                                  | 114        |
| 6.2. Se essa Rua não é Minha, então é de Quem? Algumas Considerações.....                                    | 116        |
| 6.3. O Discurso Continua (... ).....                                                                         | 117        |
| 6.4. Contribuições, Implicações, Limitações e Trabalhos Futuros.....                                         | 118        |

|                                                       |            |
|-------------------------------------------------------|------------|
| <b>REFERÊNCIAS.....</b>                               | <b>120</b> |
| <b>APÊNDICES.....</b>                                 | <b>128</b> |
| A: Protocolo de Pesquisa.....                         | 128        |
| B: Organização e Extratos do Arquivo de Pesquisa..... | 129        |
| <b>ANEXOS.....</b>                                    | <b>131</b> |
| A: Lei Complementar Nº 638, 4 de março de 2010.....   | 131        |



# 1 Problematização

---

Nesse primeiro capítulo discute-se a problematização e o contexto em torno do espaço urbano perpassando pelos conceitos de cidades, os estudos urbanos, urbanização, industrialização, a problemática urbana e trazendo a discussão da cidade pós-moderna paralelamente. Apresenta uma discussão em torno dos conceitos de requalificação em centros históricos e políticas públicas. Localiza a pesquisa, fazendo um resgate sócio-histórico da cidade de Porto Alegre e a tradição do modo de viver gaúcho, além de apresentar o objeto de estudo, o Porto Cais Mauá. Também traz as questões norteadoras iniciais até a chegada da pergunta de pesquisa central; apresentam-se os objetivos gerais e específicos, como também, a justificativa e finalidade da pesquisa. Ao final do capítulo é apresentado a organização que a dissertação está estruturada.

## 1.1 O Contexto em torno do Espaço Urbano: A cidade Pós-Moderna

Antes de adentrar a problemática da cidade pós-moderna, se faz necessário apresentar características da época a qual está inserida e o momento anterior, ou seja, a modernidade e a pós-modernidade. Esse debate é relevante para o contexto das cidades tendo em vista as temporalidades inerentes a cada discurso sobre um conceito de cidade. A modernidade tem duas acepções: uma primeira que se refere aos movimentos artísticos dos meados do final do séc. XIX e um segundo que é histórica e filosófica fazendo referência ao termo “moderno” (TENÓRIO, 2009).

Harvey (2013) apresenta o caminho de passagem da modernidade para a pós-modernidade por meio da substituição do modelo fordista pelo da acumulação flexível, da ética pela estética, mas dá ênfase às transformações na compreensão dos conceitos de espaço e tempo como base de todas as demais alterações. Percebe-se, no entanto, que é difícil definir ambos conceitos, pois são ao mesmo tempo passado e presente, além de que essas temporalidades são transitórias e contingentes.

A modernidade é pautada pelo processo de transformação do pensamento ocidental iniciado no séc. XVI, onde existe uma ruptura com o pensamento medieval. Nesse momento, o homem se torna o centro e no âmbito religioso e político, o renascimento e a reforma protestante carregam mudanças importantes. Essa época foi caracterizada pela crença

fortemente na ciência e a razão bem como a ideia de progresso serviam como catalizadores que guiavam a humanidade (GIDDENS, 2002).

A Modernidade significou um processo de ruptura com as condições históricas precedentes nas quais as transformações ocorridas no domínio público, em especial a fragmentação, efemeridade e mudança na vida diária proporcionaram novas experiências com relação ao espaço e ao tempo na vida das pessoas (SCAGLIUSI, 2013).

Como o homem se tornou o centro, retirando as responsabilidades das divindades como na idade média, não seria mais à vontade dessas entidades que definem o sentido do agir humano, mas é o próprio homem que gera significado a sua existência por meio do movimento iluminista que foi um dos grandes ícones da modernidade, por meio da ideia da razão emancipadora.

Em relação as cidades, a modernidade foi de certa forma um fenômeno devido ao processo de urbanização e as novas condições de produção através da industrialização. Nas palavras de Harvey (2013) uma reação as condições de circulação, de produção em larga escala, a luta de classes, avanço nos transportes e de consumo através da ascensão dos mercados de massa e da publicidade, ou seja, uma cidade industrial.

Entretanto, essa ideia de modernidade foi sendo aos poucos fracassada, devido as novas demandas sociais, dando lugar a uma nova era, a pós-modernidade. O pós-moderno se contrasta com o moderno e num sentido mais amplo é a própria crítica a modernidade. O termo "pós-modernismo" teve sua origem na Espanha na década de 1930 e foi o filósofo francês Jean-François Lyotard, com a publicação "A Condição Pós-Moderna" (1979), que expandiu do uso do conceito.

Alguns teóricos utilizam outros termos para conceituar o período compreendido como a pós-modernidade, por exemplo, Lipovetsky (2005) prefere chamar de hiper-modernidade, uma vez que para ele, esse período seria uma continuação da modernidade e não uma crítica a mesma. O termo "hiper" faz menção a uma exacerbação dos valores da modernidade, é a cultura do excesso determinada e marcada pelo efêmero em que o sujeito em ritmo acelerado busca a satisfação dos seus desejos (LIPOVETSKY, 2005).

Já para Zigmund Bauman ele se refere ao período não como pós-modernidade e sim uma "modernidade líquida", nas palavras do autor, os preceitos duros, sólidos e sedimentados da modernidade derreteram-se, corroborando com Lipovetsky quando ambos argumentam que "a sociedade de consumo não é nada além de uma sociedade do excesso e da fartura" (BAUMAN, 2007, p. 111).

Apesar das nomenclaturas, nesse período existe um desencanto social em relação à política e a ciência, onde a ideia da verdade e do progresso são questionados, apresentando novas propostas e outras verdade (s), como as subjetividades, o multiculturalismo e a questão das pluralidades. Além de outra fase na revolução industrial (3ª fase) pautada pela informática, a nanotecnologia e a biotecnologia. No campo das relações, existiu a flexibilização do trabalho por meio do Toyotismo, nessa nova fase de sociabilidade tem-se que o espaço e o tempo são comprimidos e as relações são fluídas, efêmeras e voláteis balizadas pelo consumo exacerbado (TOURAINÉ, 1993).

A ligação dessas ideias com um conceito de cidade é muito próxima, pois no campo do espaço os pós-modernistas se afastam dos modernos quando se referem a formulação de planos urbanos, onde a concepção pós-moderna se volta as origens em respeito às tradições e histórias locais (SCAGLIUSI, 2013). Nesse contexto, as cidades também passaram por um processo de remodelagem: na política, na gestão, na base econômica e na cultura. De acordo com Mendes (2011) já é consensual entre os autores que existe a formatação de um novo tipo de cidade conceituada por “pós-moderna”, “pós-fordista” ou “pós-industrial”.

As cidades estão sofrendo modificações profundas, em termos de sua própria natureza, de suas qualidades tradicionais e de seus reflexos em nosso cotidiano. Novas acessibilidades, processos, relações e artefatos atestam a fragmentação e a desarticulação dos espaços urbanos e de nossas relações com eles, configurando o desenho da cidade pós-moderna: a urbanidade incompleta dos enclaves residenciais e *edge cities*, simulacros de revitalização de áreas centrais, shopping centers como museus e museus como shopping centers, socializações controladas, parques temáticos como alienação desejada e turismo de consumo (DEL RIO, 2013).

Diante dessas características, percebe-se que a pós-modernidade tem dado lugar a esse tipo de cidade, repleta de peculiaridades em suas características. Nesse sentido, questiona-se: O que de fato é uma cidade? Quais são os limites geográficos entre uma cidade e outra? O que demarca o espaço em uma cidade? O que são fronteiras? Que lugar é colocado a cidade? Existem novas demandas em torno da organização do espaço urbano. “O mundo hoje é urbano, no sentido expresso por Lefebvre, segundo o qual haveria uma dinâmica que, na origem, nasce nas cidades e se espalha pelo conjunto do espaço, disseminando formas de ser e de estar” (NUNES, 2006, p. 7).

Para Milton Santos o processo é bem mais complexo e amplo ao mesmo tempo (SANTOS, 1996). O autor discute que para desmistificar é preciso levar em consideração dois dados essenciais: de um lado a paisagem, funcionalização da estrutura tecnoprodutiva e lugar

de verificação; de outro lado, a sociedade total e a formação social que anima o espaço (CARDOSO, 2007).

A geografia se apropria muito bem dessa discussão, mas o enfoque abordado aqui é conceber a cidade como um organismo vivo que precisa ser estudado, discutindo os diversos atores que estão inseridos nela. Construção e desconstrução são enfocados nos estudos sobre o Direito à Cidade e na Produção Capitalista do Espaço, onde permite-nos refletir sobre essas questões.

Os anos 1980 e 1990 foram marcados por mudanças na concepção de cidade. No Brasil (Recife, Belém, Curitiba, Porto Alegre, etc), por exemplo, tem-se experiências sobre uma tendência na administração pública em requalificar seus patrimônios mais antigos para o uso do turismo local, trazendo à tona um universalismo por meio da internacionalização do capital e a emergência do modelo de mercado global.

Para Vasconcellos (2012) uma cidade é o resultado da interação entre indivíduos, governo e empresas, cujos interesses influenciam a organização. É como se fosse um organismo vivo, construída em uma dinâmica coletiva e de constante mutação. Isso significa que o relacionamento dentro dessa rede “cidade” é dinâmico, no sentido de mudar constantemente por meio dos discursos envolvidos. Fischer (1997) vai muito mais além à complexidade ao discutir uma cidade mais subjetiva e abstrata.

Lugar de cidadania e marginalidade, a cidade revela e esconde, seduz e repele, plena de ambiguidades, sombras e luzes. Morada e lugar de encontro, a cidade é também o repositório dos problemas da sociedade, o cenário das crises, o lócus da impotência e do desencanto. Na cidade, há espaços e ciberespaços, ocupados por organizações reais e virtuais. O comportamento e os valores urbanos predominam. O urbano é onipresente, onisciente, massacrante e invasivo, por vias físicas ou simbólicas (FISCHER, 1997, p. 74-75).

Assim, percebem-se as tramas que estão por todo o conceito de cidade, por meio das suas hierarquias, relações de poder, formas de organizar e tantos outros dilemas. A forma de organizar esse sistema é a questão chave da problemática, fazendo com que os diversos atores dialoguem de forma harmoniosa.

Isso significa que discutir a cidade é refletir sobre um sistema multidimensional de atores articulados no cotidiano social, dividindo o mesmo espaço público delimitado e local, dessa forma, é, sobretudo, pensar na pluralidade das suas relações e manifestações, assim, a cidade como organização, pode ser considerada um sistema de fluxos no qual ao mesmo tempo se produz e reflete uma imensa gama de símbolos, signos e significados (REED, 1992).

Inserida nessa discussão está à forma como a cidade é construída. A mescla de *designs* com arquitetura antiga e nova, construções assimétricas e simétricas, pontes, praças e edifícios formam um conjunto arquitetônico no imaginário popular. Nessa dinâmica, é relevante perceber um conceito de cidade por meio da construção coletiva (VASCONCELLOS, 2012). Ela é feita de forma rápida e também vagarosa, muitas construções são desconstruídas para dar lugar a outras questões mais relevantes para cada contexto.

Assim, ela forma uma grande rede formada por indivíduos públicos e privados que precisam dialogar numa teia organizacional por meio dos discursos. O espaço da cidade é o produto das relações que se estabelecem, por meio do trabalho, entre sociedade e o meio circundante. Ele é produzido simultaneamente ao processo de produção da existência humana (CARLOS, 2011).

Nos últimos anos, as cidades do mundo foram cenários de conflitos que discutiam modos de requalificação de áreas centrais. Embora a questão econômica surja como fator primordial, outra questão chama ainda mais atenção: do ponto de vista discursivo. Os conflitos inerentes aos espaços públicos oferecem uma ótica privilegiada para o estudo do campo discursivo na construção de uma cidade enquanto espaço simbólico de construção das identidades onde os atores sociais estão inseridos.

Esse trabalho se encaixa no eixo dos estudos urbanos, sendo discutido por meio de alguns universalismos, trabalhando políticas para não transformar a cidade numa mercadoria. Então, temas como urbanização, modernização, planejamento urbano e cidadania estão inerentes a temática sobre o direito à cidade e uma cidade para todos e se apresentam como elementos tangenciais a discussão. Discutir a cidade por esse viés implica pensar como ela é significada, quais os sentidos produzidos nela e quais os discursos que a interpretam (LEFEBVRE, 2008).

Embora se apresente como uma questão pontual, o trabalho permite discutir as posições dos sujeitos através da ontologia do discurso que estão por trás do desejo de tornar uma cidade melhor em relação às práticas do espaço urbano, observando os processos de ocupação e uso desse espaço.

A questão da requalificação dos espaços urbanos se configura, então como uma arena discursiva conflituosa, onde diversas memórias reagem na busca de um significado para o conceito de cidade e que muitas vezes produzem rupturas que mostram o combate ideológico entre as distintas representações do espaço urbano.

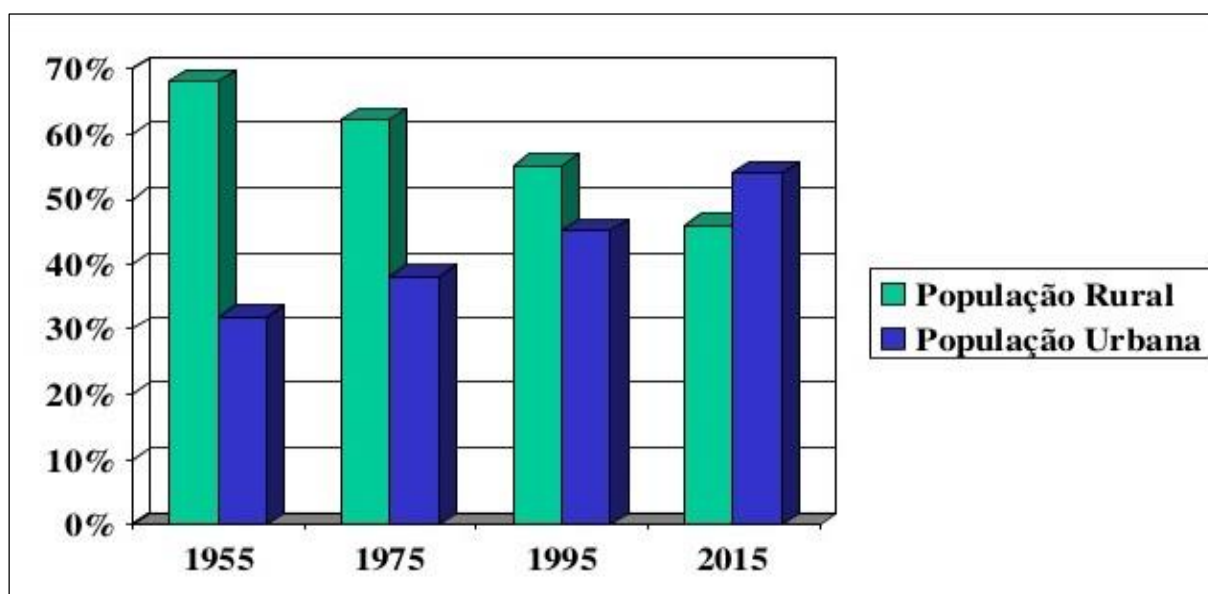
Com o aumento da população vivendo em cidades por meio da urbanização, gerir democraticamente esses espaços (que são territórios de riqueza e diversidade) é um desafio

para os gestores na atualidade, ainda mais com o crescimento da problemática urbana em relação à organização do espaço para o bem comum. Dentre os principais problemas urbanos, destacam-se: a urbanização acelerada e desordenada, a falta de planejamento urbano, o crescimento de áreas periféricas sem o mínimo de infraestrutura, desigualdade social, violência urbana, poluição, trânsito caótico, dentre outros.

Como se observa são vários os problemas na cidade e bem diversificados que formam uma teia de ligação entre um e outro. Para Grostein (2011) o avanço da urbanização em si não constitui o problema principal, mas a preocupação se pauta na forma de ocupar o território e a disponibilidade de insumos para seu funcionamento. Entretanto, a rápida urbanização e o crescimento da população que ocorreu no Brasil acarretaram alguns desses problemas nas cidades.

Segundo o relatório anual das Nações Unidas, “Perspectivas da Urbanização Mundial” (World Urbanization Prospects) cerca de 160 mil pessoas deixam todos os dias, as zonas rurais e se deslocam para as cidades. São diversas as consequências do aumento desse fluxo, indo desde o agravamento das condições de vida até a falta de infraestrutura. De acordo com dados do IBGE, no ano de 2050 a população urbana no Brasil estará somando pouco mais de 237 milhões de habitantes. A figura 01 a seguir, demonstra o crescimento da população em nível mundial.

**Figura 01: Crescimento da População Urbana Mundial**



**Fonte:** Tendências demográficas, IBGE, 2010.

Por falar em urbanização, nesse debate vale uma compreensão histórica de como se deu esse processo no contexto brasileiro e que está intimamente ligado a industrialização, pois as unidades fabris eram estabelecidas em lugares onde existissem infraestrutura e mercado consumidor. No Brasil, a urbanização ocorreu em meados do século XX, que por meio da industrialização houve um deslocamento da população das áreas rurais para os grandes centros, movimento conhecido como êxodo rural. Esse deslocamento trouxe para as cidades mudanças consideráveis no que diz respeito a qualidade de vida e o processo de trabalho, saindo de um modelo agrário-exportador para urbano-industrial. O processo se iniciou a partir de 1930 com a industrialização e já em 1950 o processo se intensificou. Nos anos 70, mais da metade da população no Brasil já se encontrava nas cidades (DEAK; SCHIFFER, 2004).

De acordo com Martine *et al.* (1988) dentre os fatores responsáveis pela urbanização no Brasil, estão a concentração fundiária fruto do processo de colonização, as condições de vida na zona rural e a modernização oriundas das grandes cidades. Além de que o setor de café deixou de ser rentável e existia muita dificuldade nas exportações ocasionados pela primeira e segunda guerra mundial, dessa forma, o setor industrial nas cidades acabou sendo uma saída para a população agrícola do campo rural.

A abordagem de uma discussão sobre a produção nesse espaço urbano não é comum no ambiente dos Estudos Organizacionais, ficando apenas nas mãos dos geógrafos, arquitetos e historiadores. Entretanto, as perspectivas de uma administração mais crítica e reflexiva permitem alcançar espaços que não são vistos por uma administração técnica e positivista, ou seja, uma administração na esfera social.

Estudar as demandas sociais e a produção do espaço urbano começam a fazer sentido quando se compreende as várias articulações e discursos que existem em um determinado contexto, isto é, a organização pode ser concebida como sinônimo das mais diversas formas de se organizar, indo até a apropriação dos espaços da cidade. Posições antagônicas, articulação, conflitos, espaços, demandas sociais, planejamento urbano e o direito à cidade a princípio parecem conceitos espaçados, mas sob a ótica da teoria do discurso e seu pós-estruturalismo existem ligações e reflexões entre eles.

A discussão inerente a cidade faz uma reflexão em torno dos limites geográficos e sua fluidez nos dias atuais, trazendo à tona o próprio conceito de cidade já apresentado. Com os limites fluidos é possível observar uma geografia limitada ao espaço que faz uma reflexão sobre o espaço urbano. A temática sobre a requalificação de espaços urbanos tem se tornado algo frequente diante das novas configurações em torno da cidade.

Cada vez mais, as áreas centrais estão se requalificando por conta do esvaziamento de suas funções, do abandono de algumas edificações históricas e pela mudança de hábito da sociedade (KRUSE, 2011). No entanto, esses espaços ainda possuem relevância simbólica e fazem parte de um imaginário popular, gerando expectativas na imagem do centro (DEL RIO, 1993).

A questão da requalificação de espaços urbanos é uma temática que já vem sendo discutida e inserida no planejamento urbano de algumas experiências recentes. No Brasil: o caso da cidade de Salvador-BA, Recife-PE, Maceió-AL e Vitória-ES, além de experiências no exterior: Itália, Barcelona e Buenos Aires (CARDOSO, 2007). Nesse debate, vale uma ressalva acerca do conceito de revitalização. Esse que já está sendo substituído pelo de requalificação, uma vez que revitalizar não é apenas uma questão de infraestrutura e sim trazer vida ao espaço, sem descaracterizar o ambiente. O termo revitalização é pouco utilizado, pois a etimologia da palavra apresenta uma abordagem equivocada da intervenção (PASQUOTTO, 2010). Então, neste trabalho foi adotado o conceito de requalificação por ser mais apropriado para o projeto em questão.

## **1.2 Requalificação de Centros Históricos e Políticas Públicas**

Uma área que merece destaque na discussão desse trabalho são os centros históricos devido sua relevância do contexto das requalificações e entendimento das origens de uma cidade. Essas áreas possuem peculiaridades e individualidades que a tornam diferentes do restante da cidade, como por exemplo, Silva (2002) elenca uma série dessas características: a) localização em região central; b) alto grau de atratividade coletiva; c) preservação da trama urbana e; d) existência de elementos arquitetônicos de valor reconhecido. Para Del Rio (2000) o centro concentra uma carga simbólica representativa de toda uma sociedade urbana e de um modo de produção resultante da evolução das práticas, sociais e culturais específicas a uma cidade.

A questão do esvaziamento dos centros históricos já é perceptível nos dias atuais pelo deslocamento de atividades centrais para núcleos tangenciais. De acordo com o autor:

A deterioração dessas áreas centrais – deterioração econômica, física, social e ambiental – corresponde à decadência advinda pelo fato da estrutura existente no local não estar mais satisfazendo ao papel funcional que lhe é exigido pela cidade e,



consequentemente, às expectativas definidas pelo mercado fundiário (SIMÕES JÚNIOR, 1994, p. 12).

Dessa maneira, a questão da requalificação dos centros históricos nasce como uma alternativa de renovação de equipamentos e infraestruturas sem perder a valorização do espaço público com um carácter mobilizador, acelerador e estratégico, com o objetivo de dar novos usos a espaços que perderam suas funcionalidades. É nesse contexto que as tradições locais, o patrimônio e a cultura tem sido discutidos como meramente uma mercadoria no processo de requalificação (BOTELHO, 2005).

A importância dos centros históricos reside no fato do início da cidade e de onde ela partiu para os seus espaços circundantes, a partir das somas de identidades. Com o passar dos anos esses espaços são deixados de lado, trazendo esquecimento e uma vulnerabilidade a violência urbana, entretanto a dimensão cultural por meio de práticas sociais continuam a fazer parte de um significado ligado a origem da cidade.

A discussão em torno da requalificação de ambientes históricos se esbarra com uma problemática relacionada a inovação e a preservação cultural do espaço, esse entrave tem levado muitas discussões e modelos de requalificação pautados em um empreendedorismo urbano, ou seja, na construção de modelos onde a cidade é vendida como mercadoria, e consequentemente a cultura também passa por esse processo.

Nesse sentido, a requalificação abrange o restauro ou conservação dos imóveis, a que alguns chamam de reabilitação física, e a dinamização do tecido econômico e social, chamada revitalização funcional (CUNHA, 1999). Isso significa que o físico e o funcional (conservação das suas características funcionais e o aumento da sua capacidade de atração, quer para as pessoas que lá habitam, quer para o exercício de atividades econômicas e sociais compatíveis com a residência) se complementam. De acordo com Vaz e Silveira (1999) as intervenções devem conter: I) Humanização dos espaços coletivos produzidos; II) Valorização dos marcos simbólicos e históricos existentes; III) Incremento dos usos de lazer; IV) Preocupação com aspectos ecológicos; V) Participação da comunidade na concepção e implantação.

No campo do saber no que diz respeito à requalificação de centros históricos, foram identificados no mínimo três posições discursivas que discutem argumentos inerentes as modificações e restaurações de espaços históricos nas grandes cidades: a posição do Direito, a posição da Arquitetura e a posição da Administração Pública em relação as políticas públicas.

O campo do Direito discute a importância de assegurar as condições mínimas na população de baixa renda que vive nos arredores desses centros históricos, bem como o

impacto das modificações no cotidiano da sociedade. Nesse contexto, surge o discurso da gentrificação que se apresenta como uma das grandes problemáticas nesse debate e que altera de forma profunda o cotidiano, através das práticas culturais e sociais de certa comunidade e questiona políticas de assistência pública, discutindo problemáticas inerentes a utilização do espaço urbano. Além do Direito a moradia que se configura como um discurso que traduz o direito de permanecer na área que dependendo do contexto esse direito é assegurado.

O campo da Arquitetura se debruça na discussão em torno da preservação do patrimônio histórico e cultural das obras e sua importância para o contexto local. Arantes, Maricato e Vainer (2000) enfatizam que a utilização da imagem tem sido componente central nos projetos de requalificação que usam os aspectos arquitetônicos para recriar os cenários nessa realidade, ou seja, esse campo do saber se envolve com a criação de planos e projetos para reconstruir o local, resgatando a memória na paisagem. Dessa forma, têm produzido intervenções com o objetivo de gerar um certo grau de competitividade e valorização as cidades.

No que diz respeito ao discurso da Administração Pública, a requalificação se debruça na gestão de políticas públicas por meio de avaliação de políticas de requalificação urbana a fim de comportar uma nova eficiência e um novo sentido, visando melhoria no espaço através de um planejamento urbano. Sobre essa temática, existem cidades que se desenvolveram, mas não se preocuparam com um planejamento e assim, causam problemas na utilização de determinadas áreas, bem como o abandono de outras. Com o abandono dessas áreas centrais, surgem as políticas que visam reverter esse quadro, valorizando aspectos contidos naquela realidade. Esse processo já foi observado nas realidades da Europa, da América do Norte e no Brasil. Vargas e Castilho (2009) desenvolveram uma série de estudos e experiências contextualizando as requalificações em centros históricos.

A gestão de políticas nos centros históricos se apresenta como um desafio a chamada conservação integrada (CI). Esse tipo de conservação une ações que buscam a conservação do patrimônio, priorizando a função social e cultural da área na intervenção para que não se altere de forma enfática o cotidiano daqueles envolvidos no local. Entretanto, esse tipo de política se mostra como uma provocação diante da articulação dos diversos atores políticos em torno de projetos que integre os interesses coletivos sem sobressair os individuais.

Por política pública entende-se um aglomerado de ideias sobre um determinado problema (no caso, requalificação de centros históricos) vinculado a determinação legal, mas que não garante execução e além de tudo existe a avaliação que muitas vezes ignora aspectos relevantes para o desenvolvimento em relação a continuidade da política. Nesse caso, seria

interessante observar aspectos democráticos e participação cidadã na elaboração dessas políticas públicas a fim de integrar interesses da sociedade com os demais.

Nessa discussão existem posições que demonstram que os projetos de revitalização apenas visam o lucro e retorno financeiro, trazendo reflexões quanto ao tipo de requalificação que está sendo proposta. Nesse sentido, alguns termos são comuns para caracterizar uma requalificação que visa apenas aspectos financeiros por meio da publicidade em torno da cidade. Nesse caso, a cidade é vendida como mercadoria e se trabalha numa vertente de um planejamento estratégico e marketing urbano (ARANTES; MARICATO; VAINER, 2000). O que se mostra interessante é discutir toda essa temática por meio do campo discursivo a fim de problematizar as práticas em torno de gerar significados para um conceito de cidade. A seguir uma contextualização para localizar a pesquisa.

## **1.3 Os Significados de Porto Alegre**

Essa seção se debruça em discutir e apresentar os significados inerentes a historicidade da cidade de Porto Alegre. Para tanto foi necessário tecer considerações primeiramente acerca da história do município até chegar na história do centro histórico onde está localizado o Porto Cais Mauá, objeto de estudo do presente trabalho. Os sub-tópicos a seguir demonstram o resgate sócio-histórico daquela região, perpassando o modo de viver gaúcho, bem como os projetos que tentaram requalificar a área do Porto Cais Mauá até a chegada do projeto urbanístico atual.

### **1.3.1 Resgate sócio-histórico e a Tradição do Modo de Viver Gaúcho**

A capital dos gaúchos, Porto Alegre, é uma cidade localizada no Rio Grande do Sul, no sul do Brasil (Figura 02). Possui uma geografia diversificada, com morros, baixadas, um lago (o Guaíba) além de um clima agradável. A capital possuiu mais de 80 títulos e prêmios que a caracterizam com uma das melhores capitais brasileiras para morar, trabalhar, estudar, fazer negócios e se divertir.

No ano de 2010, Porto Alegre foi destacada pela ONU como a metrópole número um em qualidade de vida no Brasil por três vezes, possuindo um dos 40 melhores modelos de gestão pública democrática pelo seu Orçamento Participativo e por ter o melhor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) entre as metrópoles nacionais.

**Figura 02: Cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul**



**Fonte:** IBGE/CIDADES (2016).

A região é uma das cidades mais arborizadas e alfabetizadas do país, além de ser um polo regional de atração de migrantes em busca de melhores condições de vida, trabalho e estudo e tem uma infraestrutura em vários aspectos superior à das demais capitais do Brasil. Possui uma cultura diversificada, muitas vezes com projeção nacional por ser muito forte nas suas tradições folclóricas e um significativo patrimônio histórico em edificações centenárias e numerosos museus (PORTO ALEGRE, 2016).

Por falar em tradição, os gaúchos são conhecidos por preservar sua identidade local através dos Centros de Tradições Gaúchas (CTGs). De acordo com Luvizotto (2010) são sociedades civis sem fins lucrativos, que buscam divulgar as tradições e o folclore da cultura gaúcha tal como foi codificada e registrada por folcloristas reconhecidos pelo movimento, se transformando no que é o maior movimento de cultura popular, organizado e centralizado, do país. Promovem a integração dos participantes através da dança, esportes, atividades campeiras, rodas de chimarrão e churrasco feito no fogo de chão e podem encontrar-se em qualquer território mesmo fora do Estado (Figura 03).

**Figura 03: Cultura Gaúcha / Centros de Tradição (CTGs)**



**Fonte:** Organizado pelo autor (2017).

Como se observa, o modo de viver gaúcho é pautado por tradições preservadas até os dias de hoje, se configurando como a manutenção da sua identidade local. Por exemplo, o chimarrão é uma bebida típica da região e a capital é rota dessa bebida sendo considerada como arte com sabor de erva-mate. É cultura do estado, indo além das fronteiras geográficas. Essa tradição se confunde com a própria história do município.

De acordo com a Prefeitura de Porto Alegre, a história do município tem como data oficial de fundação 26 de março de 1772, com a criação da Freguesia de São Francisco do Porto dos Casais, um ano depois alterada para Nossa Senhora da Madre de Deus de Porto Alegre. O povoamento, contudo, começou em 1752, com a chegada de 60 casais portugueses açorianos trazidos por meio do Tratado de Madri para se instalarem nas Missões, região do noroeste do estado que estava sendo entregue ao governo português em troca da Colônia de Sacramento, nas margens do Rio da Prata. A demarcação dessas terras demorou e os açorianos permaneceram no então chamado Porto de Viamão, primeira denominação de Porto Alegre.

A capital do Rio Grande do Sul é também a capital dos Pampas, como é conhecida a região de fauna e flora característica formada por extensas planícies que dominam a paisagem do Sul do Brasil e parte da Argentina e do Uruguai. Para Dornelles (2004) é nessa região que nasceu o gaúcho, figura histórica, dotada de bravura e espírito guerreiro, resultado de lendárias batalhas e revoltas por disputas de fronteiras entre os Reinos de Portugal e Espanha,

a partir do século XVI. As revoltas se sucederam, mas foi o século XIX que marcou o seu povo, após uma longa guerra por independência contra o Império Português. A chamada Guerra dos Farrapos se iniciou com um enfrentamento ocorrido na própria capital, nas proximidades da atual ponte da Azenha, no dia 20 de setembro de 1835. Mesmo sufocado, foi este conflito que gravou na história o mito do gaúcho e é até hoje cantado em hino, comemorada em desfiles anuais e homenageada com nomes de ruas e parques (PORTO ALEGRE, 2016).

Com o fim da Guerra dos Farrapos, a cidade retomou seu desenvolvimento e passa por uma forte reestruturação urbana nas últimas décadas do século XVIII, movida principalmente pelo rápido crescimento das atividades portuárias e dos estaleiros. O desenvolvimento foi contínuo ao longo do tempo e a cidade se manteve no centro dos acontecimentos culturais, políticos e sociais do país como terra de grandes escritores, intelectuais, artistas, políticos e acontecimentos que marcaram a história do Brasil (IBGE, 2014).

O centro de Porto Alegre é conhecido por sua preservação histórica, arquitetônica e artística, que é denominado o centro histórico de Porto Alegre. De acordo com Oliveira (2005) o bairro do centro foi criado pela lei 222 de 7 de dezembro de 1959 com o nome de Centro e alterado pela lei 4685 de 21 de dezembro de 1979. Em 22 de janeiro de 2008 sua denominação atual foi fixada pela lei nº 10.364. As origens se confundem com a própria história de formação de Porto Alegre, e durante muito tempo sua área atual correspondeu aos limites de toda a cidade (MAUCH, 1992).

Durante a Revolução Farroupilha o Centro foi cercado de fortificações, mas a despeito do aumento populacional a malha urbana só voltaria a crescer em 1845, com o fim da Revolução e a derrubada das linhas de defesa. Flores (2004) comenta que a importância do porto da cidade para a circulação de gentes e bens pela Província toda crescia de acordo, o que iria iniciar um processo de ampliação da cidade à custa do lago, com a construção de sucessivas benfeitorias e aterros no litoral.

O lago citado é o Guaíba, um dos mais famosos por seu volume de água que banha o atual Porto Cais Mauá. O guaíba é uma grande bacia de sedimentação, localizada no estado do Rio Grande do Sul, no Brasil, ao qual a cidade Porto Alegre está histórica e culturalmente ligada, desde a chegada dos primeiros casais açorianos até o atual desenvolvimento econômico da região (MAUCH, 1992). A decadência do Centro Histórico iniciou quando se deu permissão, nos anos 60, para que ali atuassem camelôs cegos. Entretanto, logo não somente os cegos se instalaram, mas uma multidão de outros comerciantes informais.

De acordo com Gehrke, Ruge e Fedrizzi (2011) apesar da história da cidade de Porto Alegre estar intimamente ligada com o rio Guaíba, este é vítima da inconsciência coletiva da população e do abandono por parte das autoridades públicas. O rio banha o Cais Mauá e por conta do seu volume de águas segundo Bulhões (2004), uma série de enchentes seguida da maior delas, de 1941, que inundou vários bairros, fez com que as autoridades decidissem pela construção de um sistema de proteção contra inundações.

O centro histórico atualmente é composto por comércio formal e informal, poderes do Estado, o Cais Mauá, dentre outros. Percebe-se em todo esse contexto histórico a ligação entre o próprio porto com a história da cidade. Esse breve passeio carrega reflexões na geografia da cidade, perpassando pelos centros de tradição, a história da cidade, do bairro centro histórico que nos remete a evolução do Porto Cais Mauá para compreendermos os significados inerentes a Porto Alegre. Na próxima seção a questão do objeto de estudo está mais detalhada, compreendendo o histórico do Porto e a evolução dos seus projetos de requalificação.

### **1.3.2 Do projeto inicial a um “Porto Alegre”**

Nas seções anteriores foi realizada uma discussão em torno da problematização em torno do espaço, bem como a apresentação do contexto histórico em torno da cidade de Porto Alegre, além do contexto do seu centro histórico (onde o Cais Mauá está localizado). Essa discussão foi proposital antes de apresentar o objeto de estudo do presente trabalho, para que o leitor pudesse compreender alguns aspectos históricos e a tradição do modo de viver gaúcho. Nesse tópico será apresentado o objeto de estudo: o Porto Cais Mauá, bem como os vários projetos que tentaram requalificar aquele espaço urbano até o projeto vigente, demonstrando que o local não é desprovido de historicidade, perpassando pela busca dos pontos de origem, os eventos mais significativos, as rupturas e os sujeitos envolvidos.

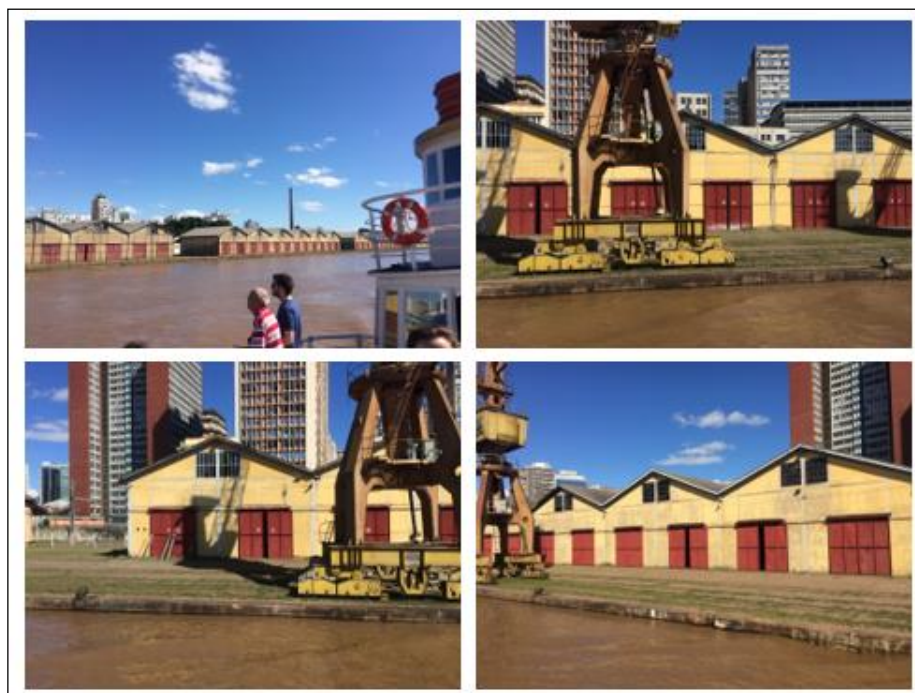
O porto Cais Mauá, localizado no espaço geográfico de Porto Alegre, objeto central desse estudo, é um espaço com inúmeras peculiaridades e possui um turismo forte diante do cenário brasileiro. O patrimônio arquitetônico de Porto Alegre bem como suas atividades de turismo demonstra as fases vividas pela cidade. A região central de Porto Alegre em que se localiza o Cais Mauá atualmente é alvo de recuperação pelo poder privado e público para a preservação e ao mesmo tempo, o fomento ao turismo daquela localidade.

O Cais faz parte da história da cidade cujas características especiais o fizeram ser protegido pelos Patrimônios Histórico Nacional e Municipal (PHNM). A importância histórica do Cais Mauá reside no fato de sua construção resultar de um grande esforço



conjunto entre o governo e a sociedade gaúcha, que se empenhavam, no início do século XX, para modernizar a capital e incrementar a economia. O Cais Mauá (Figura 04) faz parte da história da cidade e a localização do porto é motivo de interesse da iniciativa privada, pois se encontra em local estratégico para atrair turistas (VIEIRA, 2011).

**Figura 04: Porto do Cais Mauá, Porto Alegre-RS**



**Fonte:** Fotografias produzidas pelo autor (2016).

O porto está situado à margem esquerda do Rio Guaíba, na Av. Mauá. Une o centro produtor regional com um dos maiores portos marítimos do Mercosul e ao longo dos anos vem sendo discutidos projetos para requalificar o local. Depois de várias tentativas desses projetos, em 2010 foi lançado Edital de Concorrência 001/2010, para aprovação das propostas de requalificação do Cais Mauá. O projeto vencedor da concorrência deverá observar e priorizar a acessibilidade, o restauro do patrimônio histórico e a realocação dos prédios públicos atualmente existentes. No final do referido ano (2010) foi assinado um contrato entre a Cais Mauá do Brasil S.A. e o Governo do Estado para a requalificação do Cais (VIEIRA, 2012).

No que diz respeito ao contrato, ele é considerado um arrendamento com prazo de 25 anos, renováveis. O Estado receberá do consórcio o valor de R\$ 2,5 milhões anuais pelo arrendamento. Caberá também ao Porto Cais Mauá a manutenção das obras sociais e dos



eventos, como a Feira do Livro, o Museu de Arte Contemporânea e a Bienal do Mercosul, e sustentar os investimentos na área ao longo dos 25 anos do arrendamento.

Assim, o espaço começa a ser alvo de polêmicas devido à proposta grandiosa de requalificação. Em 2015, o Cais Mauá foi objeto de discussões referentes a esse projeto por grupos que se manifestaram contra o projeto aprovado, ou seja, demonstrando que a requalificação não é uma unanimidade para a população, gerando conflitos no andamento.

Com o intuito de resistir ao projeto surgiu, por exemplo, o movimento “Cais Mauá de Todos” e dentre outros movimentos que defendem a ampla participação popular na discussão, total transparência em relação à parceria público/privada e plena legalidade do processo (da licitação e concorrência até a celebração dos contratos). O movimento se articula gerando significados as suas lutas e desafia os discursos hegemônicos sobre a produção do espaço.

Além de articulações organizadas com outros movimentos de resistência como, por exemplo, o caso Estelita na cidade de Recife-PE e o porto do Jaraguá na cidade de Maceió-AL. Todos esses movimentos na luta pelo significativo vazio que está em disputa: os espaços públicos. As notícias da mídia e os movimentos de resistência foram ganhando espaços de discussão como forma de demonstrar o descontentamento dos vários grupos contra esse projeto, permitindo inclusive perceber as articulações entre os grupos envolvidos.

Observam-se assim, que os ambientes midiáticos através de jornais locais, reportagens e redes sociais se tornaram um espaço para as discussões que envolvem a problemática, como também as explicações referentes ao projeto urbanístico na cidade, ou seja, o que se pode inferir é que as questões de cidadania e democracia estão presentes neste contexto, denotando a participação popular nessas discussões.

Percebe-se a problematização em torno da área, onde diversos atores disputam espaços de convivência na tentativa de “organizar a cidade”. Nesse caso, a cidade é percebida como um grande organismo que precisa de políticas públicas para seu efetivo funcionamento, atendendo o maior número possível de demandas sociais. Portanto, a cidade está em conflitos, discursos e [R]existência.

Diante desse debate, alguns questionamentos são pertinentes e estão como problemáticas neste trabalho: qual tipo de requalificação foi proposta para a sociedade? Quais os interesses principais da proposta? Quais os atores envolvidos nessa disputa? Como os sujeitos políticos estão se organizando? Cidade para quem? Essa requalificação contou com a participação social? Que lugar é reservado a Cidade? Quais os interesses que estão por trás desse projeto?

“Um porto Alegre” como muitos estão chamando essa requalificação, apresenta como objetivos uma modificação para fins empresariais, de turismo, de lazer e cultural. Dessa maneira, o espaço se apresenta como uma verdadeira arena de lutas entre o empreendedor e os grupos que resistem a tal movimentação.

Os estudos de Vieira (2012) apontam diversas questões sobre a requalificação do Cais Mauá. O debate sobre a requalificação ocorre desde o final dos anos 1980, entretanto, esses projetos não conseguiram sucesso devido às articulações em torno do cais. Somente em 2010 o “Projeto Cais Mauá do Brasil” venceu o edital e assim, começou o trabalho que até hoje enfrenta problemas de execução. Bem antes desses projetos de requalificação, já existia iniciativas tímidas para transformar aquele espaço em um centro de cultura.

Várias iniciativas tentaram requalificar o cais, mas que não deram certo, como por exemplo: em 1991 o projeto Caminho do Porto, em 1996 o projeto Porto dos Casais, em 2000 o projeto Complexo Cinematográfico do RS e em 2005 foi criada uma comissão de requalificação para o Cais Mauá, que inspirou o projeto atual (VIEIRA, 2012). Com o propósito de apresentar os eventos históricos inerentes ao porto do Cais foi criando um quadro com a linha do tempo mais detalhada que demonstra esses principais eventos até os dias atuais (Quadro 01).

**Quadro 01: Principais Eventos Inerentes ao Cais Mauá**

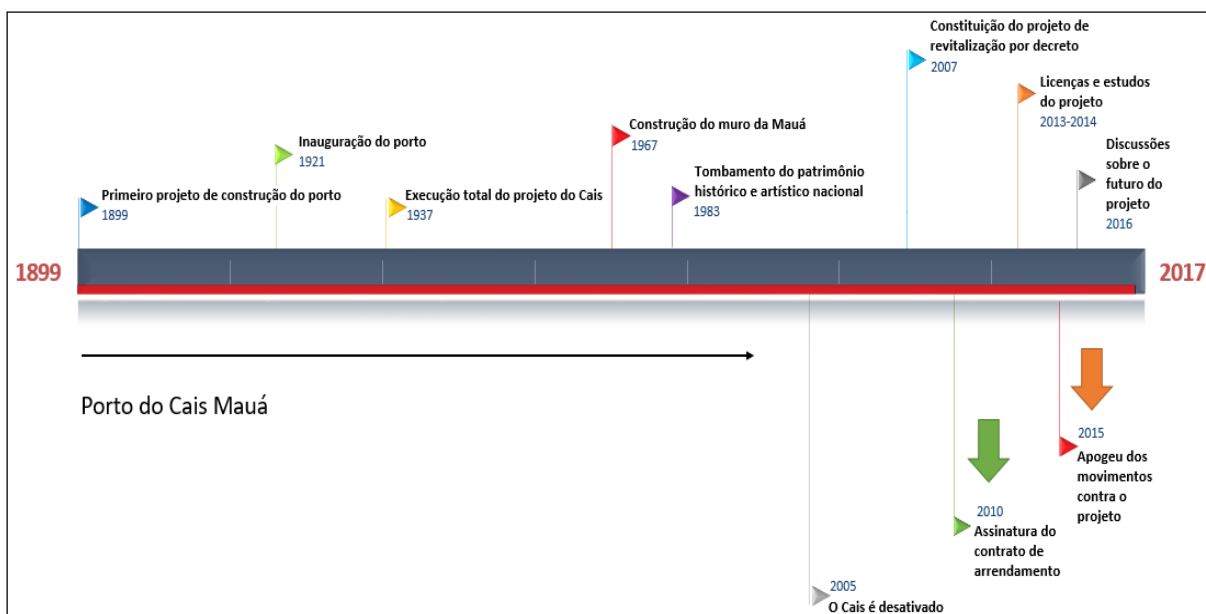
| ANO  | EVENTO                                                                                                                                                                                                         |
|------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1890 | Antes da construção do porto, a área do cais já era local de desembarque de mercadorias, principalmente junto ao Mercado Público, onde eram comercializadas.                                                   |
| 1899 | O primeiro projeto de construção do porto de Porto Alegre de autoria do então diretor de Viação Fluvial da Província, engenheiro João Luiz de Farias Santos”.                                                  |
| 1911 | Começam as obras no Cais Mauá, após abertura de edital. A construção se inicia em um trecho de 140 metros em frente à Praça da Alfândega. Uma das mudanças da época foi o aterramento da doca do mercado.      |
| 1921 | Após diversos editais e algumas dificuldades de execução na obra, é inaugurado o Porto Cais Mauá, pelo então presidente da Província, Borges de Medeiros.                                                      |
| 1930 | As atividades esportivas na área central eram intensas. Com a expansão da cidade, o movimento do porto e a poluição das águas, as áreas de esportes náuticos foram deslocadas.                                 |
| 1937 | Somente 38 anos após a primeira planta, o Cais Mauá tem todo o projeto executado.                                                                                                                              |
| 1940 | Nesse ano, o porto de Porto Alegre atingiu a marca de 20.123 embarcações e mais de 1,7 milhão de mercadorias movimentadas.<br><br>Uma grande enchente atingiu Porto Alegre. A água invadiu o centro da cidade. |
| 1967 | Última grande enchente antes da construção do Muro da Mauá. A construção do Muro da Mauá isolou o Centro Histórico das águas do Guaíba.                                                                        |
| 1983 | O Pórtico Central, juntamente com os Armazéns A e B, foi tombado como Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.                                                                                               |
| 2005 | Com as operações comerciais focadas nos outros cais, o Cais Mauá é desativado.                                                                                                                                 |
| 2007 | O projeto de revitalização do Cais Mauá foi constituído pelo Decreto 45.187. O Edital foi examinado e recebeu parecer favorável da Procuradoria--Geral do Estado                                               |
| 2010 | É lançado Edital de Concorrência 001/2010, para aprovação das propostas de revitalização do Cais Mauá.                                                                                                         |

|      |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
|------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|      | <p>A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) entra com ação para impugnar o edital de concorrência, em função de o Edital de Licitação ter sido publicado no Diário Oficial do Estado sem o aval do órgão.</p> <p>É assinado contrato de arrendamento entre a Cais Mauá do Brasil, vencedora da concorrência, e o Governo do Estado para a revitalização do Cais.</p> <p>Lei Complementar 638 que estabelece regras para a utilização da área do Cais Mauá.</p> |
| 2013 | A Prefeitura Municipal de Porto Alegre autoriza a licença para a reforma e restauro da área do Cais Mauá.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |
| 2014 | É concedida pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre a licença para reforma interna nos armazéns do Cais Mauá.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
| 2015 | <p>Foi entregue à Prefeitura Municipal de Porto Alegre o EIA-RIMA e o EVU – Estudo de Viabilidade Urbana na Prefeitura Municipal.</p> <p>Polêmica sobre a revitalização: grupos contrários alegam várias irregularidades desde o edital de concorrência até os estudos de licença prévia, além da falta de participação social e preservação do patrimônio.</p>                                                                                                             |
| 2016 | Resistências e discussões sobre a utilização do espaço urbano.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |

**Fonte:** Organizado pelo autor (2017).

Como se observa, o ano de 2010 foi importante no contexto da requalificação, pois ele pode ser considerado como acontecimento discursivo sobre a utilização daquele espaço. Outro ano importante foi o de 2015, pois foi onde os movimentos contrários se posicionaram de forma mais enfática e antagônica, demonstrando a insatisfação diante daquele projeto até os dias atuais. A forma resumida desses principais eventos está sintetizada na figura a seguir, assim, pode-se demonstrar as continuidades e descontinuidades inerentes ao Cais Mauá (Figura 05).

**Figura 05: Resumo da Linha do Tempo – Cais Mauá**



**Fonte:** Elaborado pelo autor (2017).

O Consórcio atual que está à frente da requalificação é formado pela empresa espanhola GSS Holdings (com 51% de participação), pela NSG Capital, do Rio de Janeiro (39% de participação) e pela Contern, do Grupo Bertin (10% de participação) e desde novembro de 2013, a organização “Procon Construções” já vem atuando no local.

O Cais projetado pelo grupo vencedor pretende dar a cidade de Porto Alegre uma cara mais sofisticada no sentido de atração turística. Conforme o Governo, Porto Alegre e o Cais Mauá deveria ser a sala de visitas do Estado do Rio Grande do Sul (SOUZA, 2008). A proposta de requalificação procura agregar novos usos para este espaço e, colocar Porto Alegre no contexto de consumo cultural, turístico e concorrência intercidades, através da política de intervenção no Cais a fim de projetar uma imagem de cidade inovadora e integrante das tendências do mundo globalizado.

O Cais no futuro seria dividido em 3 etapas: o Setor Gasômetro, o Setor Armazéns e o Setor Docas: 1) Gasômetro – que abarcará as atividades comerciais, como a construção de um *shopping* a fim de conectar o Rio Guaíba ao centro de compras e a Praça Brigadeiro Sampaio; 2) Setor Armazéns – neste setor encontra-se os bens patrimoniais, que serão utilizados para atividades culturais, gastronômicas, de lazer e educação; 3) Docas – tem como objetivo a implementação de atividades empresariais, como a construção de torres que abrigará um hotel, centro empresarial e estacionamentos (Figura 06).

**Figura 06: Projeto de Requalificação do Cais Mauá**



**Fonte:** Cavalheiro (2008).

Como foi dito inicialmente, depois de apresentado o projeto atual, o espaço começa a ser alvo de polêmicas. A contra-hegemonia é apontada através de movimentos de resistência contra a requalificação do jeito que está sendo discutida. Os grupos envolvidos alegam divulgação e transparência pública. Assim surgiram alguns grupos como “Cais Mauá de Todos”, “Porto Alegre Resiste”, “A Cidade que Queremos” e “Ocupa Cais Mauá” que defendem a ampla participação popular na discussão, total transparência em relação à parceria público/privada e plena legalidade do processo.

Nesse caso, esses grupos se apresentam como forças que reagem entre si, como em um campo de batalha, onde existem articulações que formam alianças com entidades flutuantes, mas, com interesses distintos (PINTO, 1999; CORDEIRO; MELLO, 2013). Para esses grupos essa requalificação que está sendo proposta não valoriza a memória da cidade e existe a supervalorização do solo urbano, agravando e expandindo problemas socioespaciais.

Diante do exposto, os vários questionamentos começam a emergir no campo discursivo ao discutir um conceito de cidade. Pontos positivos e negativos começam a se entrelaçar como forma de trazer uma cidade relevante para todos os envolvidos. Os questionamentos giram em torno da discussão de um “bom projeto”, entretanto, como ficaria a integração do espaço? Como seria a organização do lugar tendo em vista os vários grupos políticos envolvidos? E a fragmentação socioespacial?

Portanto, os elementos se revelam a ser estudados nesse trabalho como forma de problematizar os discursos que estão na zona Portuária de Porto Alegre, juntamente com o projeto que pretende requalificar a área central e histórica. Não se sabe se ocorrerá o processo de gentrificação, pois ainda não é uma realidade do local e ainda não foi visto falar sobre isso, entretanto, esse processo é inerente a esse tipo de requalificação como está sendo discutida.

De acordo com Cardoso (2007) os processos mundiais de gentrificação em áreas centrais começam pela “requalificação” da região. Diante do exposto, questiona-se: Como os conflitos sociais situados no domínio do direito à cidade e nos propósitos da produção do espaço urbano são descritos segundo uma prática discursiva de caráter social?

Dessa forma, o objetivo geral do presente trabalho foi explanar como os conflitos sociais são descritos segundo as práticas discursivas inerentes a requalificação do Cais Mauá, gerando significados as suas lutas no domínio do direito à cidade e nos propósitos da produção do espaço. No tópico a seguir é apresentado o arcabouço teórico utilizado no presente trabalho para se compreender os conceitos utilizados desde a contextualização até a problematização.

## **1.4 Arcabouço Teórico do Estudo**

Para esse trabalho se utilizou como base teórica a Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe (1985) que é uma teoria política de vertente pós-estruturalista que problematiza os sujeitos a partir das vozes. Essa foi a teoria principal utilizada no trabalho, entretanto, paralelamente essa discussão também foi apoiada na teoria do Direito à Cidade de Henri Lefebvre (2008) e nos estudos sobre a Produção Capitalista do Espaço de David Harvey (2005). Ambos autores tecem as discussões em torno da cidade que ajudam a compreender as demandas inerentes ao espaço do Porto Cais Mauá por meio dos discursos que pautam uma cidade para todos. Nos capítulos seguintes essas teorias estão delineadas detalhadamente.

## **1.5 Justificativa e Finalidade do Estudo**

Direito à cidade, espaços públicos, acessibilidade e estudos urbanos vêm ganhando espaço para debate nos dias atuais, tanto nos aspectos teóricos como empíricos, em decorrência da emergência de uma cidade para todos e mais acessível. As ocorrências frequentes de uma série de disputas pelo espaço público trazem grandes debates sobre uma administração mais reflexiva e de uma gestão democrática.

Aliás, falar em gestão é um tema altamente polêmico tendo em vista a situação atual da nossa sociedade. Os conflitos inerentes ao espaço se tornam problemas que estabelecem uma gama de flagelos sociais presentes nas cidades brasileiras, causando preocupação aos gestores públicos e a todos os envolvidos na construção de uma cidade.

Por meio de uma perspectiva crítica, essa dissertação incita o questionamento acerca da produção do espaço e o direito à cidade como fenômeno. Discutir esses aspectos pode contribuir para o levantamento de reflexões no sentido de alertar o caminho para a construção de uma cidade mais igualitária e balizar políticas públicas menos mercadológicas relacionadas à temática.

O espaço urbano se apresenta como alternativa de espaços públicos (atividades sociais e culturais) e privados (espaço comercial), todos em busca de significação e disputando o mesmo ambiente, assim, a compreensão da possibilidade de uma vivência harmoniosa poderá colaborar com outros pesquisadores no que tange a ampliação de estudos nessa área, bem como poderá ser de grande subsídio para o conhecimento das teorias sobre a produção capitalista do espaço e o direito à cidade, denotando as articulações dos grupos políticos

envolvidos por meio dos discursos e ao mesmo tempo, contribuindo para a melhoria da cidade.

O Direito à Cidade e uma cidade para todos com suas questões de infraestrutura se tornou uma discussão onipresente nos debates em todo o mundo, quando os indivíduos são partes integrantes na concepção de um modelo de cidade no seu cotidiano. Discutir uma cidade para todos é falar sobre os desafios que todo cidadão passa no seu ciclo de vida, então se torna uma temática relevante para se compreender o espaço que a sociedade está inserida na contemporaneidade.

Apesar disso, em administração, pouco se tem estudos sobre a produção desses espaços numa vertente de gestão pública não positivista para se entender a formação dos discursos sobre os conflitos existentes. Outro detalhe relevante é a discussão das teorias aqui compartilhadas para o processo de entendimento do fenômeno: o Direito à Cidade; a Produção Capitalista do Espaço; e a Teoria do Discurso de uma maneira pouco vista nos estudos nacionais. Assim, ao estudar a conexão entre essas três teorias complexas por meio de objeto local, aproxima-se dos centros de referência no tema, justamente por ser uma temática que o mundo enfrenta: a produção do espaço urbano por meio de projetos de requalificação de áreas urbanas.

Dessa forma, colaborando com o fato de ser uma temática pouco explorada e complexa, a contribuição está indo além dos muros da universidade, por demonstrar socialmente e culturalmente uma discussão sobre os impactos da vida no dia-a-dia, além de trazer notoriedade a temática.

O relatório Brasil 2015, por meio do Índice de Competitividade do Turismo Nacional (ICTN), divulgou que a capital gaúcha ficou com a terceira melhor média geral entre as dez melhores cidade em nível nacional. Em relação a dimensão marketing e promoção do destino Porto Alegre ficou em primeiro lugar, em relação as políticas públicas, a cidade também continua no terceiro lugar, conseguindo se manter em quinto lugar também nos aspectos sociais (Quadro 02).

**Quadro 02: Índice de Competitividade do Turismo Nacional**

| ÍNDICE GERAL |                |       | POLÍTICAS PÚBLICAS |                |       |
|--------------|----------------|-------|--------------------|----------------|-------|
| Ranking      | Cidade         | Valor | Ranking            | Cidade         | Valor |
| 1            | São Paulo      | 83,2  | 1                  | Curitiba       | 81,3  |
| 2            | Rio de Janeiro | 81,1  | 2                  | São Paulo      | 80,1  |
| 3            | Porto Alegre   | 81,0  | 3                  | Porto Alegre   | 78,4  |
| 4            | Curitiba       | 80,4  | 4                  | Belo Horizonte | 78,4  |
| 5            | Belo Horizonte | 79,2  | 5                  | Florianópolis  | 77,0  |

|                  |                    |              |                         |                     |              |
|------------------|--------------------|--------------|-------------------------|---------------------|--------------|
| 6                | Recife             | 77,2         | 6                       | Gramado             | 72,0         |
| 7                | Salvador           | 77,0         | 7                       | Paranaguá           | 71,9         |
| 8                | Foz do Iguaçu      | 76,3         | 8                       | Fortaleza           | 71,5         |
| 9                | Florianópolis      | 75,9         | 9                       | Corumbá             | 71,4         |
| 10               | Vitória            | 75,2         | 10                      | Goiânia             | 70,8         |
| <b>MARKETING</b> |                    |              | <b>ASPECTOS SOCIAIS</b> |                     |              |
| <b>Ranking</b>   | <b>Cidade</b>      | <b>Valor</b> | <b>Ranking</b>          | <b>Cidade</b>       | <b>Valor</b> |
| 1                | Porto Alegre       | 90,1         | 1                       | Balneário Camboriú  | 85,6         |
| 2                | Foz do Iguaçu      | 88,5         | 2                       | Petrópolis          | 81,1         |
| 3                | São Paulo          | 86,5         | 3                       | Bento Gonçalves     | 80,1         |
| 4                | Belo Horizonte     | 86,3         | 4                       | Curitiba            | 79,5         |
| 5                | Bento Gonçalves    | 85,6         | 5                       | Porto Alegre        | 78,3         |
| 6                | João Pessoa        | 83,1         | 6                       | Ouro Preto          | 76,4         |
| 7                | São Luís           | 70,7         | 7                       | Foz do Iguaçu       | 73,3         |
| 8                | Recife             | 70,6         | 8                       | Vitória             | 72,8         |
| 9                | Balneário Camboriú | 62,8         | 9                       | Fernando de Noronha | 72,4         |
| 10               | Diamantina         | 62,7         | 10                      | São Paulo           | 71,5         |

**Fonte:** Adaptado do Relatório Brasil (2015).

Como pode ser observado, Porto Alegre consegue se manter nas dimensões identificadas, demonstrando o potencial da cidade, onde o Cais Mauá está localizado. Tais dados confirmam a relevância de estudos que discutam a produção do espaço nesses ambientes competitivos. Pesquisar sobre o Direito à Cidade e a Produção Capitalista do Espaço por meio da Teoria do Discurso no Cais Mauá trará questionamentos e reflexões importantes para se pensar o contexto global, assim, o objeto se apresenta apenas como um exemplo de problemas que envolvem o mundo todo, onde a reconstrução do urbano surge como um discurso emergente de cada realidade.

Esse trabalho possibilitou a observação do fenômeno, levando em consideração alguns processos mais globais por meio de um objeto local: formação de identidade política, teoria política, agenciamento político, geração de cadeias de equivalência e diferença em torno dos atores sociopolíticos, compreensão do uso de espaços urbanos como forma de apropriação, e por fim, uma concepção especial, contingencial e não linear do processo de significação entre conflitos, discursos e [R]existência.

A finalidade dessa dissertação se baseia no entendimento das implicações dos estudos sobre o Direito à Cidade, a Produção Capitalista do Espaço e da Teoria do Discurso (TD) para compreender o processo de significação na requalificação do Porto Cais Mauá por meio de suas demandas sociais. Estas teorias muniram uma perspectiva na qual foi possível perceber o contexto e a problemática do objeto em questão.

Também existe uma relação emergente entre o discurso e os estudos urbanos, aumentando seu escopo e abrangência a partir do aumento das discussões sobre o Direito à



Cidade. Estas podem ser discutidas sob diversos pontos de vistas: a ocupação de espaços públicos, planejamento urbano, modernização, mobilidade, o direito à cidade para a criança, o espaço dedicado aos idosos, políticas públicas para o espaço do deficiente físico e espaços apropriados para ciclistas. Esses discursos singularizam e legitimam a questão da produção do espaço. Portanto, a pesquisa busca compreender as estruturas discursivas inerentes ao espaço urbano do Cais Mauá, observando suas demandas por meio de um agenciamento político, evidenciando os universalismos que estão por trás de um objeto local.

## 1.6 Organização da Dissertação

Este trabalho está estruturado em seis capítulos subdividido em tópicos. Nesse primeiro capítulo é realizada uma apresentação da dissertação: perpassa pelo contexto da modernidade a pós-modernidade nas cidades; depois é apresentado a problematização e o contexto em torno do espaço público e a questão da requalificação de centros históricos através de políticas públicas, assim explana o tema do estudo; apresenta também o objeto de estudo por meio dos seus significados; traz as questões norteadoras, a pergunta de pesquisa central; objetivos gerais e específicos e o arcabouço teórico, bem como a relevância da pesquisa e finalidade, evidenciando a importância de sua viabilização.

O capítulo dois é iniciado discutindo questões teóricas por meio do pós-estruturalismo, a Teoria do Discurso através dos seus conceitos principais e categorias analíticas e o Direito à Cidade. No terceiro capítulo são apresentados os caminhos metodológicos adotados: descreve o *design* da pesquisa e a Teoria do Discurso como método; apresenta a metodologia da lógica da explanação crítica e a retrodução; apresenta o método da arqueologia foucaultiana; demonstra como foi construído e organizado o arquivo de pesquisa, bem como o seu construto analítico; além dos critérios de validação e confiabilidade.

Nos capítulos quatro e cinco são apresentados os resultados da pesquisa. No quarto capítulo é demonstrado o mapeamento dos sujeitos políticos e como se chegou as formações discursivas através da arqueologia foucaultiana. No quinto capítulo são apresentadas as discussões inerentes as formações discursivas encontradas e as estruturas em torno do objeto de estudo por meio de Laclau e Mouffe (1985), onde foi realizado os ciclos retrodutivos, as lógicas do discurso (social, política e fantasmática) e as articulações em torno do Cais Mauá.

O último capítulo é o seis que são as conclusões do trabalho. Nesse capítulo discute-se os principais achados e o momento conclusivo da retrodução através da crítica e da persuasão,

bem como as contribuições, implicações, limitações e sugestão de trabalhos futuros. O trabalho se encerra com as referências bibliográficas utilizadas no estudo e os anexos.

## 2 Aspectos Teóricos

---

Esse capítulo apresenta o arcabouço teórico utilizado no trabalho. Antes de iniciar pela teoria principal, foi necessário principiar pela concepção que a mesma está inserida, ou seja, o capítulo se inicia com a concepção pós-estruturalista e depois apresenta a teoria principal: a TD de Laclau e Mouffe, por meio dos conceitos principais e categorias analíticas. Para finalizar o capítulo apresenta-se as teorias auxiliares utilizadas sobre o direito à cidade e a produção capitalista do espaço.

### 2.1 A Concepção Pós-Estruturalista

Antes de adentrar na concepção do pós-estruturalismo, se faz necessário compreender o objeto que o precedeu: o estruturalismo. Ambas as escolas foram as que mais influenciaram no século XX, devido sua complexidade em discutir a problemática do sujeito e sua subjetividade. Sobre o estruturalismo, se entende que ele foi uma forma intensificada do formalismo, ou seja, ele está voltado para o texto literário com seus elementos internos. Foi predominante na década de 1960 com um dos seus expoentes, o linguista Ferdinand Saussure (1857-1913). Ele forneceu bases para outros críticos e linguistas e estava interessado na função dos elementos linguísticos e não na sua causa (PETERS, 2000).

Para Peters (2000) Saussure tinha a definição da língua como objeto de estudo e se pautava no conceito de signo, esse que seria uma espécie de moeda que tem dois lados: o significante e o significado, onde o primeiro seria a parte concreta e o segundo seria o conceito. Isso é relevante para discutir a estrutura de qualquer obra literária, pois no estruturalismo se tem essa estrutura universalizante, sendo uma espécie de esqueleto universal. Dessa forma, a linguagem passa a ocupar uma posição central na teoria estruturalista, isso quer dizer que o que vai determinar a vida em sociedade e o homem como homem é a linguagem.

O estruturalismo institucionalizou um paradigma transdisciplinar que contribuiu para integrar as ciências humanas, penetrando em diversas áreas e se transformou em um globalizante referencial teórico para a análise semiótica e linguística da sociedade, da economia e da cultura. Paralelamente o estruturalismo começou a desenvolver uma forma poética de crítica literária e de análise do discurso, substituindo o modelo humanista. Isso demonstra que no estruturalismo as identidades e as realidades são constituídas de acordo com

a linguagem que é posta por uma estrutura de signos. De acordo com Newman (2005) seria a ideia de que a experiência e a realidade são estruturadas através das relações com a linguagem que determina o seu significado.

Roman Jakobson (1896-1982) foi quem primeiramente cunhou o termo estruturalismo para designar uma abordagem estrutura-funcional de investigação científica dos fenômenos. Para Michel Foucault (1926-1984) o estruturalismo não foi uma invenção francesa, para ele, nenhum dos seus protagonistas sabiam muito bem o que estavam fazendo, ele mesmo se declara nunca ter sido um estruturalista, no entanto, reconhece que o problema discutido pelo estruturalismo era um problema próximo dos seus interesses: o sujeito e sua reformulação (SARUP, 1993).

O pós-estruturalismo surge do estruturalismo, então apesar de suas diferenças, é possível encontrar muitos conceitos que se assemelham em ambas concepções. Ele tem como objeto o estruturalismo e tenta superar aquilo que o precedeu, ou seja, seria uma resposta filosófica a esse estruturalismo, onde se buscou descentralizar as estruturas, criticando a metafísica, mas ao mesmo tempo preserva os mesmos elementos centrais da crítica ao sujeito humanista.

Origens do que Howarth (2013) aponta como um projeto pós-estruturalista remetem às décadas de 1960 e 1970 da França, em que se verifica um engajamento de intelectuais no questionamento de premissas associadas ao pensamento estruturalista e formalista, este desenvolvido por Saussure, Hjelmslev, Jakobson, Lévi-Strauss e Althusser. Dentre as obras que fomentaram os eventos de maio de 1968 em Paris e a emergência desta nova corrente estão: *Écrits* de Jacques Lacan e *A Ordem das Coisas* de Michel Foucault, em 1966; *Escritura e Diferença*, e *Gramatologia* de Jacques Derrida, assim como *Diferença e Repetição* de Gilles Deleuze, em 1968; *Arqueologia do Conhecimento* de Foucault, e *Semiotike* de Julia Kristeva, em 1969; *S/Z* de Roland Barthes, e *O Anti-Édipo* de Deleuze e Guattari, em 1970. O fio que os une é a crítica ao existencialismo, à fenomenologia e ao Marxismo, assim como a reelaboração de temáticas associadas ao estruturalismo.

A concepção nasce como uma tentativa de desconstruir essa linguagem como central, ou seja, qualquer que seja a temática não existe algo universal, pelo contrário, eles têm peso inter-relacionados. Isso quer dizer que o modelo saussuriano e sua semiótica na linguagem começam a sofrer críticas por um tipo de desconstrução abordada por Jacques Derrida que busca os momentos de ruptura e mudanças. De acordo com Williams (2012), Derrida desconstrói e critica a ideia da linguagem centrada, sem um significado original ou transcendental, e de um sistema linguístico completamente constituído e fechado.

Além da linguagem, o pós-estruturalismo discute o tempo, o sujeito e uma série de elementos que estão emaranhados juntamente com a linguagem. A questão do signo difere da concepção estruturalista, pois ele não é fixo e pode se alterar, diferente do significado e significante na outra concepção. Para os pós-estruturalistas ocorre um deslizamento do significado sobre o significante, ou seja, uma cadeia de significantes e significados, onde todos estão relacionados e se ressignificando pois não é algo fixo entre um momento e outro (WILLIAMS, 2012).

Nesse caso, se deu a emergência da concepção pós-estruturalista por ser caracterizado como um estilo de filosofar na forma da escrita, retirando a ideia de homogeneidade, singularidade e unidade, ou seja, ele amplia o conceito de estrutura, fazendo uma crítica paralelamente. Ainda continua com a concepção estruturalista de observar o sujeito como um elemento governado por sistemas e estruturas, entretanto, essas estruturas seriam móveis e contingentes (PETERS, 2000). Além da crítica as noções de verdade e sua ênfase na pluralidade da interpretação. Todos os seus pensadores problematizam o sujeito cartesiano – kantiano humanista (sujeito autônomo, livre e auto-consciênte). Isso quer dizer que o sujeito é construído a partir de práticas socioculturais, submetido as práticas e as estratégias de normalização e individualização que caracterizam as instituições modernas.

Portanto, as afinidades entre o estruturalismo e o pós-estruturalismo se pautam em refletir na crítica da filosofia humanista do renascimento e do sujeito racional, ambos efetuam um energético ataque aos pressupostos universalistas da racionalidade e autonomia. Além de uma grande relação com a literatura e uma sensibilidade textual. As inovações e diferenças denotam que o pós-estruturalismo discute um interesse por uma história descontínua das estruturas genealógicas. Para Sarup (1993), o pós-estruturalismo ao efetuar uma crítica política dos valores iluministas, representa um aprofundamento da noção de democracia, pois criticam que as democracias liberais constroem a identidade política em oposições binárias com o efeito de excluir certos grupos culturais.

O pós-estruturalismo como um movimento está na sua terceira ou quarta geração, onde a primeira e a segunda tiveram como bases as pesquisas de Foucault, Derrida, Lyotard e Deleuze; e a terceira e quarta geração são baseadas nos estudos feministas, pós-colonialistas, psicanalistas, neofoucaultianos, neodeleuzeanos e neoderrideanos. Além de que como foi observado a questão do discurso foi abordada em ambas perspectivas, se configurando como conceito chave para a problemática abordada no presente trabalho. Dessa forma, a noção de discurso foi discutida sob o âmbito da Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe, o qual está detalhado no tópico a seguir.

## 2.2 A Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe: Visão Geral e Conceitos Centrais

Diante das abordagens concentradas para a utilização e o entendimento do discurso nas ciências sociais, a Teoria do Discurso nasce como uma alternativa epistemológica para a análise de eventos políticos, sociais e culturais (HOWARTH, 2000; HOWARTH; NORVAL; STRAVAKAKIS, 2000; MENDONÇA, 2003; 2009; DELAGNELLO; BÖHM, 2010).

A Teoria do Discurso é uma teoria política que problematiza os sujeitos a partir das vozes (discurso). Entendamos aqui que as vozes não são somente as falas, mas envolve uma ampla gama de linguagens indo muito mais além, que desvelam significados em torno dos acontecimentos, ou seja, o discurso nessa perspectiva, precisa ser entendido como um sistema de significados contingentes inerentes as estruturas sociais (CORDEIRO; MELLO, 2010; FOUCAULT, 1996).

Os analistas do discurso Ernesto Laclau com a colaboração de Chantal Mouffe na Escola de Essex (Inglaterra) desenvolveram a teoria a partir da obra clássica *Hegemony and Socialist Strategy – Towards a Radical Democratic Politics* publicada em 1985. Essa abordagem é de fundamento pós-estruturalista, pois tiveram pensadores como Lacan e Derridá, numa releitura do conceito sobre hegemonia de Gramsci. Para Barcelos e Dellagnelo (2012) a TD pesquisa a forma como as práticas sociais se articulam nos discursos que fazem parte da realidade social, pois essas práticas são aceitáveis à medida que os significados são contingentes. Para compreender a Teoria do Discurso faz-se necessário discutir alguns conceitos e categorias analíticas inerentes a teoria.

A Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe é baseada em diversas abordagens filosóficas com o objetivo de discutir conceitos centrais coerentes e complexos que dão subsídio a todos as categorias analíticas apresentadas por eles. Para isso, os autores estabeleceram três conceitos-chave de sua teoria que são: discurso, a noção de hegemonia e antagonismo social.

### 2.2.1 O Discurso

O conceito de discurso é essencial para a compreensão do presente trabalho, pois é por meio dele que toda a argumentação está sendo construída. O discurso é um conjunto de elementos dados a partir de uma série de relações, compreendido pelas possibilidades de

polissemia dos significantes (LACLAU, 2001). Dessa forma, percebe-se a ampliação do conceito, pois engloba várias possibilidades de linguagens dentro de um sistema de significação.

A discussão em torno do conceito de discurso se torna intrigante, pois desconstrói muitas questões. Para Laclau e Mouffe (1985) ele deve ser entendido por meio de um contexto social específico, uma vez que, o significado não reside apenas no que o enunciador fala e nem na percepção do enunciatário, mas habita numa relação entre ambos por meio das posições. Para Laclau (1983), o conjunto de posições diferentes que o sujeito ocupa em posições diferenciadas no interior de uma estrutura, é o que precisamos conceituar como discurso.

Dessa forma, o discurso não deve ser compreendido apenas por palavras, mas um conjunto de linguagem que demonstra a posição do indivíduo diante de determinado contexto, e ainda mais além, o discurso está nas ações e no não dito, ou seja, nas entrelinhas, se tornando uma categoria que une palavras e ações.

O discurso deve então, ser "compreendido como uma prática significativa, pois o social em si é um significativo" (MENDONÇA, 2012, p. 206). Isso demonstra um conceito amplo que abrange a linguagem por meio de práticas sociais, assim o discurso parte do pressuposto de que as ações e objetos têm significados, decorrentes de uma construção social e política que é estabelecida por um sistema de relações entre práticas e objetos (LACLAU E MOUFFE, 1985).

Portanto, o discurso é isso. O dito, o não dito, as entrelinhas, o não-discurso, e tudo que remete a linguagem e que de alguma forma posiciona o sujeito diante de determinado contexto. Está no âmbito das práticas sociais e faz parte de uma construção da realidade. É a forma de comunicar não apenas por meio de falas, mas, sobretudo, por meio de ações e práticas muitas vezes involuntárias como um sistema social de pensamento ou de ideias. Esse conceito de discurso é relevante para se discutir o próximo: a noção de hegemonia da TD.

## **2.2.2 A Noção de Hegemonia**

A noção de hegemonia em Laclau e Mouffe (1985) tem sua origem em Gramsci a partir de um conceito mais amplo para se discutir relações sociais. Para esse autor, a sociedade civil está representada em diversas classes, e existe sim luta dessas classes, mas não está representada em apenas uma categoria analítica. Para a Teoria do Discurso a hegemonia pode emanar de qualquer lugar em uma análise política. "Significa foco de incessantes

disputas entre os múltiplos discursos dispersos no campo da discursividade” (MENDONÇA, 2009, p. 160)

Há muito tempo, o termo foi utilizado para significar o poder e a dominação em certo contexto: cultural, político e econômico. Para Alves (2010) a noção de hegemonia foi criada na tradição marxista para se entender as novas configurações que se apresentavam. Ela é derivada das mudanças ocorridas entre capital e trabalho (LACLAU; MOUFFE, 1985). Assim, Antônio Gramsci apresenta um conceito de hegemonia modificando em peça relevante para todo processo de poder e dominação. Para ele o poder do Estado é apenas uma consequência e as classes dependem da sua própria capacidade.

Para Gramsci, entretanto, o poder de uma classe se define, sobretudo, no campo da cultura, criticada de fora por Marx e Lênin como simples ideologia. Gramsci, de fato, mostra como o poder de uma classe não depende tanto do controle do aparelho estatal, mas, antes de mais nada, de sua capacidade para dirigir, intelectual e moralmente, o conjunto da sociedade e para gerar “consenso” em torno dela. Desse modo, pode chegar a exercer uma “hegemonia” sobre as demais classes sociais. O controle do Estado é apenas a consequência (RESTREPO, 1990, p. 67).

Dessa forma, entende-se que a concepção de Marx (o poder é fundamentalmente força de coação) é mudada consideravelmente, bem como as noções de conflito entre a sociedade civil e o Estado. Tudo isso com a intenção de trazer à tona uma democracia política para o socialismo (MENDONÇA, 2007). Isso significa que o poder das classes não depende do Estado e que de alguma forma pode gerar uma hegemonia.

Nesse debate, vale notar que a noção de hegemonia significa a dominação em que um certo grupo é subjugado a outro onde passa a ser controlado pelas suas ideologias. Assim, compreende-se que não existe a busca pela hegemonia sem uma luta, ou seja, para Gramsci qualquer classe, seja o proletariado, a igreja, as escolas e as mídias de massa, por exemplo, poderiam se tornar capaz de representar uma hegemonia por meio do voluntarismo e da participação.

Logo, a posição hegemônica não é alcançada por coerção e sim por direção política (STODDART, 2007). Ou seja, percebe-se o papel ativo do sujeito na construção das relações humanas e na promoção das mudanças sociais. Para Laclau e Mouffe, essa hegemonia é uma categoria central em uma análise política, justamente, por se pensar as relações sociais na sociedade. Vale salientar que essa classe não é homogênea, sendo marcada inúmeras vezes por suas contradições por meio das suas posições diferenciadas.

Mas, questiona-se: como chegar a hegemonia? De acordo com Howarth e Stavrakakis (2000) as práticas hegemônicas se derivam das articulações das diferentes identidades através de suas atividades políticas que estão inseridas em um mesmo projeto, objetivando uma nova



ordem social. Assim, as hegemonias são compreendidas por meios dessas articulações e para isso ocorrer é preciso ter a existência de um antagonismo e a presença de atores com projetos políticos sobrepostos.

Toda essa questão denota uma reflexão acerca do posicionamento da própria sociedade civil. Inseridos nesse contexto, ela adquire uma posição, constituindo as relações sociais e possibilitando a edificação de uma posição até então marginalizada (MENDONÇA, 2012). Nesse sentido, em Gramsci, a noção de hegemonia discute uma possibilidade diferenciada para atingir e manter o poder, onde em seus estudos, o autor aborda a questão dos conflitos, mostrando o papel do sujeito político.

Laclau e Mouffe (1985) avançam nos estudos no conceito de hegemonia indo mais além das contribuições de Gramsci (onde a hegemonia era baseada na ideia de classe), assim, os autores acrescentam contribuições do pós-estruturalismo. Na Obra *Hegemonia e estratégia socialista* (1985), Laclau e Mouffe apresentam as lacunas, buscando unir a lógica de Gramsci juntamente das influencias do desconstrucionismo de Derrida e a teoria lacaniana (ALVES, 2010).

Dessa maneira, hegemonizar expressa anexar seu significado ao redor de um ponto nodal, onde o campo discursivo se apresenta como espaço de disputas (LACLAU, 1990). Portanto, diante dessa discussão, fica perceptível que a noção de hegemonia é relevante para a Teoria do Discurso, pois através da hegemonia é que se podem identificar os pontos nodais inerentes a cada discurso. Assim, esse conceito se torna interessante juntamente com o de discurso que já foi apresentado e o antagonismo social, o qual está detalhado no tópico seguinte.

### 2.2.3 Antagonismo Social

O entendimento do conceito de antagonismo social é crucial para a compreensão da problemática que envolve esse trabalho e ao mesmo tempo se mostra como um dos conceitos mais complexos, mas, sobretudo, fundamental para a discussão da Teoria do Discurso (MENDONÇA, 2012; TORFING, 1999). Para a TD um antagonismo é o “limite de toda a objetividade. Isso deve ser entendido em seu sentido mais literal: como a afirmação de que o antagonismo não tem um sentido objetivo, de modo que é aquilo que impede a constituição da objetividade como tal” (LACLAU, 1993, p. 34).

Em outras palavras, o antagonismo ocorre por meio da negação de significados, dessa forma, o antagônico é sempre um discurso exterior; é sempre, um discurso com diferente

positividade. De forma ainda mais complexa, na leitura de Laclau e Mouffe (1985) a presença do “outro” previne que eu seja totalmente eu.

Isso significa que no antagonismo não existe nenhuma relação, ambos os lados são divergentes e não convivem entre si, diferentemente do conceito de agonismo onde as partes são divergentes, entretanto, reconhecem as demandas dos adversários (MOUFFE, 2005). No caso do Cais Mauá, o antagonismo se apresenta na luta entre os elementos que se posicionam favoráveis à requalificação e aqueles que são desfavoráveis ao projeto.

Laclau e Mouffe (1985) se apoiam na teoria schmittiana do inimigo para discutir o conceito de antagonismo social. A teoria aborda o outro como um inimigo que deve ser destruído, assim a natureza particular do antagonismo político deve ser buscada numa dimensão tipo existencial, pois dá ao conflito entre amigos e inimigos o seu caráter extremo (SCHMITT, 1996). A teoria schmittiana discute o conceito de amigo-inimigo, organizando a criação do conceito de antagonismo, já em Laclau e Mouffe a variação da relação se dá entre o “eu e o “outro”, e assim eles chegam ao ponto limite do antagonismo.

Tanto para Laclau quanto para Schmitt, o “inimigo” e o “outro” não é necessariamente algo negativo ou ruim, para ambos seria uma posição política contrária, portanto antagônico a sua ideologia hegemônica. Vale salientar que essa condição não é fixa, podendo ser variada a qualquer momento.

Dessa forma, a posição da Teoria do Discurso sobre essa discussão se pauta que uma relação de antagonismo é auxiliada com base no pensamento de que não existe um discurso total, denotando que a prática discursiva é um tecido social complexo carregado de lutas hegemônicas e identidades (LACLAU; MOUFFE, 1985; SCHMITT, 1996). Em outras palavras, a questão de uma identidade pronta é refutada e o antagonismo representa o espaço de disputas, no qual, a concepção das identidades é o resultado da luta entre as forças envolvidas.

Ainda para Laclau e Mouffe (1985) em relação ao antagonismo social, ele não é proveniente da luta de classe, gênero (feminino e masculino), mas, sobretudo, nas relações antagônicas entre os planos sociais. Para os autores, por muito tempo foi discutido que as lutas entre um grupo e outro (como exemplo, o marxismo – capital *versus* trabalho) eram categorias que não possuíam antagonismos, dessa forma, eram considerados totalizantes.

Entretanto, para eles essa categoria totalizante não existe e o antagonismo seria a base para a sociedade, pois dessa forma, os significados são construídos e reconstruídos. Nesse caso, o antagonismo seria um dos modos para a constituição dos discursos políticos.

Exemplificando essa discussão em torno do conceito de antagonismo social, Mendonça (2003) apresenta duas situações extraídas de *Hegemony and Socialist Strategy* dos analistas Laclau e Mouffe:

No primeiro exemplo, temos a noção de antagonismo empregada para demarcar duas formas de sociedades absolutamente distintas: a “sociedade do antigo regime” em oposição à “sociedade do povo”, em que um mundo impede a completa constituição do outro [...]. Já no segundo exemplo temos a utilização da mesma noção de antagonismo para caracterizar uma situação completamente diversa: movimentos sociais são constituídos para reivindicar suas demandas identitárias no contexto de um Estado democrático que, em rigor, não nega suas existências como movimentos sociais (ou não deveria!). Pelo contrário, tratando-se de um modelo pluralista de democracia, ele (o Estado), ao menos, deveria tolerar a existência desses movimentos (MENDONÇA, 2003, p. 7).

A partir dos exemplos abordados pelos autores, é possível perceber que o discurso está inerente a esses espaços representados por uma hegemonia e a contra hegemonia. Pinto (1999) também discute o conceito resgatando as lógicas da *apartheid* quer na posição de dominante quer na visão dos dominados (grupos minoritários). Para Torfing (1999) o “outro” em relação ao “eu” é demonstrado por meio da negação de identidade começando uma luta pela hegemonia. A hegemonia e a exclusão provocam o surgimento de posições contrárias que também se torna um agente na busca pela posição hegemônica.

Em suma, a formação do antagonismo nesse contexto, serve para refletir que o discurso é incompleto e não existe final, e que, portanto, existem antagonismo(s) no plural como forma de entender o discurso como as vozes naquela condição. Isso significa que o contexto passa a ser entendido por meio de lógicas discursivas os quais estão imbuídos de discursos antagônicos.

Portanto, como pode ser observado o conceito de antagonismo social é essencial na teia social e sem o antagonismo, seria contraditório falar em discursos, articulação e lutas hegemônicas. Assim, percebe-se a relação entre os três conceitos discutidos até aqui. Numa linguagem mais simples, as disputas surgem das relações antagônicas, que por ventura, derivam das identidades políticas advindo dos discursos. Assim, os conceitos estão entrelaçados.

## 2.2.4 Categorias Analíticas da TD

As categorias analíticas dizem respeito aos conceitos inerentes a Teoria do Discurso e que são necessários para compreender a estrutura que está imerso nos discursos. Dessa forma, esse tópico discute algumas dessas categorias que serão utilizadas no trabalho.

**Um sistema discursivo** é algo que engloba as diversas relações entre objetos e práticas, além de posições que os sujeitos assumem através das suas vozes, é dessa forma, que os significados são construídos e negociados formando um sistema. Assim sendo, o discurso não é algo apenas para ser desvendado e sim compreendido, discutido e problematizado através das várias possibilidades contingentes (MENDONÇA, 2009).

Os conflitos que estão em torno da requalificação do Cais Mauá podem ser considerados eventos através de articulações entre aqueles que apoiam o projeto e aqueles que consideram a requalificação um atentado contra o direito à cidade. Existe nesse caso, uma articulação entre os indivíduos. **Articulação** pode ser definida como “qualquer prática que estabeleça uma relação entre elementos de tal modo que sua identidade seja modificada como um resultado de prática articulatória” (LACLAU e MOUFFE, 2015, p. 178).

Dessa forma, isso significa que qualquer tipo de prática que tenha relação entre seus elementos e que sua identidade é modificada pode ser resultado de uma **prática articulatória**. É nesse contexto que a requalificação do Cais Mauá está inserida, pois neste trabalho a análise se debruçou em discutir as práticas articulatórias através das posições dos sujeitos. Como se pode perceber, não existe diferença entre o discurso e prática, pois essas práticas são resultados das leituras que cada agente faz embebido de ideologias (COELHO, 2012).

Inseridos nessa articulação estão alguns conceitos que fazem parte da discussão em relação à teoria do discurso (elemento, momento e ponto nodal) que formam as categorias analíticas. Antes mesmo de existir a articulação existe os elementos que deixam de ser elementos quando se articulam, assumindo a condição de momento.

Nesse sentido, os **momentos** dizem respeito às posições diferenciais que são articuladas em um discurso, já os **elementos** são as diferenças que não se apresentam discursivamente de forma articulada, justamente por seu caráter flutuante (SILVA, BATISTA e MELLO, 2014).

Os **pontos nodais**, para a Teoria do Discurso, representam uma junção de momentos, fruto de articulações entre elementos, que inseridos no discurso geram assimilações a novas **identidades** capazes de gerar mudanças nas práticas discursivas. Assim, pode-se dizer que é o próprio sentido da prática articulatória (MENDONÇA, 2010; LACLAU; MOUFFE, 1985).

Isso significa que para esses autores, os pontos nodais são como pontos de referência em um determinado discurso que unem um sistema de significados numa cadeia de significação, ou seja, é aquilo que os discursos disputam para significar ou dar significado, neste caso, os discursos estão disputando para dar um significado à requalificação do Cais Mauá.

Esses pontos nodais são discutidos na visão de Laclau e Mouffe (1985) com outro conceito aqui apresentado: os **significantes vazios**. “Um significante vazio, é, no sentido estrito do termo, um significante sem significado” (LACLAU, 2011, p. 67). Ou seja, eles não possuem um significado estável e são capazes de se adequar de acordo com as demandas dos diferentes sujeitos políticos. Já os **significantes flutuantes** possuem a característica de serem emergentes, ou seja, são os sentidos não articulados e por esse motivo são objetos de disputas políticas (SILVA, BATISTA e MELLO, 2014).

Os significantes vazios estão no campo do espaço no discurso e ao redor dos pontos nodais orbitam as identidades que disputam a oportunidade de preencher o espaço desses significantes vazios. No caso deste trabalho, o significante que está em disputa é o uso do espaço (Cais Mauá), onde existe uma luta entre as várias demandas existentes no processo articulatório. Resumindo, o ponto nodal é a requalificação (causa pela qual diferentes sujeitos políticos se reúnem) e o significante vazio é o uso do espaço Cais Mauá.

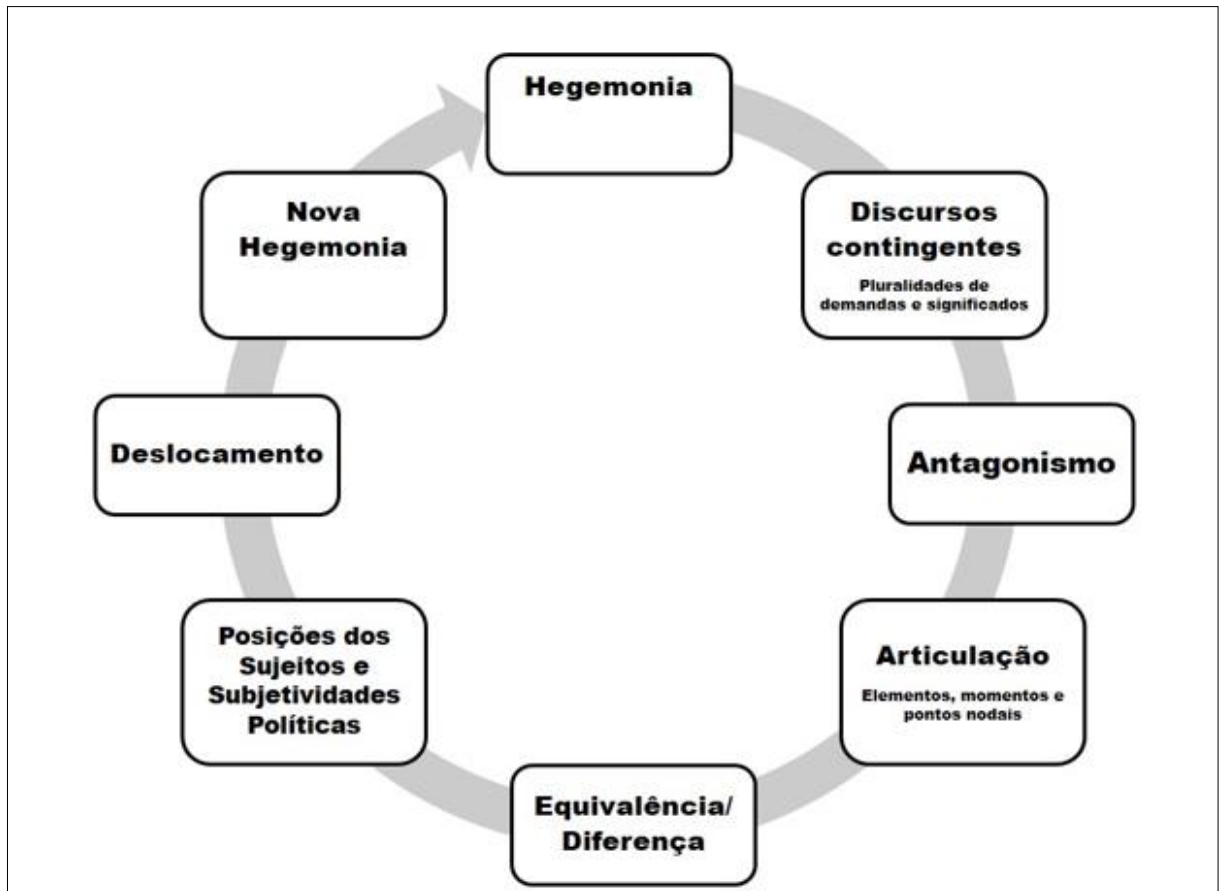
Outros dois conceitos abordados na Teoria do Discurso é o de **cadeias de equivalência e diferença**. Na visão de Laclau e Mouffe (1985), a equivalência é através da lógica de simplificação do espaço político que expande o polo pragmático, assim, *reduzindo* o número de possíveis posições do sujeito. Na diferença, se representa uma lógica que expande o polo sintagmático, levando a um *aumento* da diversidade da posição do sujeito.

Em outras palavras, as equivalências são os grupos que possuem o mesmo discurso e estão se articulando para atingir suas demandas, já as diferenças aparecem depois que esses mesmos grupos chegam à hegemonia e suas particularidades começam a ficar visíveis, ou seja, fazem parte de um mesmo grupo, entretanto com demandas diferentes.

Cabe ainda discutir o conceito de **posição do sujeito**, este que é construído por meio dos discursos, podendo ocupar diferentes posições dependendo do contexto e das articulações (MENDONÇA, 2010) e o conceito de **deslocamento** que se refere a possibilidade de mudança nas identidades da posição do sujeito, “representando situações de falta e refletindo a abertura de novas possibilidades de ação a partir da articulação de novos discursos” (SILVA, BATISTA e MELLO, 2014, p. 99).

Em outras palavras, é quando um determinado significado muda de posição no campo discursivo diante de novos contextos. Mendonça (2012) discute que para conhecer um discurso, é necessário primeiro entender as articulações inerentes a ele através dos seus dispositivos teóricos apresentados até este momento. A figura 07 a seguir apresenta os dispositivos e a categorias analíticas da TD.

Figura 07: Dispositivos Teóricos e Categorias Analíticas da TD



Fonte: Baseado em Laclau e Mouffe (2015).

Portanto, como pode ser observado, tudo está no discurso. Por meio da localização dessas categorias é possível entender a chegada e a busca de uma nova hegemonia no discurso da requalificação do Cais. O porto Cais Mauá e seu projeto de requalificação é também uma construção no campo discursivo, onde os elementos se relacionam em um processo de articulação, buscando atingir suas demandas particulares em torno de um mesmo significante vazio, assim, modificando suas identidades de modo a se constituírem como totalidade dessa articulação, ou seja, num sistema discursivo.

## 2.3 A Cidade como Organismo Vivo: Discutindo o Direito e a Produção no Espaço

Nessa seção é apresentado as teorias que serviram de apoio para as análises dos achados da pesquisa. Lefebvre (2008), Harvey (2005) e dentre outros autores críticos discutem os espaços na cidade por um viés mais reflexivo e social, apontando argumentos que

demonstram a interação do homem com o meio social como um grande desafio, refletindo os vários problemas urbanos.

### **2.3.1 O Direito à Cidade**

A teoria sobre o Direito à Cidade é discutida principalmente sob o ponto de vista do autor Henry Lefebvre (1901-1991). Ele foi um filósofo e sociólogo francês da Universidade de Paris e a maioria dos seus trabalhos se pautou a partir de um ponto de vista crítico, teorizando sobre a luta de classes, analisando a problemática urbana por meio da cidade e seu cotidiano. Aprofundou-se na ideia de que o espaço é o artefato central da estruturação da sociedade (DANTAS, 2012).

Lefebvre (2008) observa a cidade como o laboratório do homem. Para o autor, antes era a terra a centralidade desse laboratório e só depois a cidade tomou esse lugar. Dessa forma, a problemática urbana surge como uma ideologia e prática e o ponto de partida para a discussão seria a industrialização e a urbanização. É a partir desse contexto, que é feito um paralelo entre as classes dominantes e as classes operárias, onde no tecido urbano surge uma desordem na cidade, com a compreensão de que a classe operária seja expulsa do centro, diminuindo o conceito de “habitar”.

Nesse caso, a cidade é discutida sob a ótica de uma grande rede tecnicamente socialmente e politicamente, onde o capital e o Estado estabelecem suas relações. O núcleo urbano é apontado como um produto de consumo, assumindo um “duplo papel: lugar de consumo e consumo de lugar” (LEFEBVRE, 2008, p. 20). É nesse mesmo sentido que Harvey (2005) apresenta as contradições do modo capitalista de produção nas relações de classe em comparação ao socialismo. Assim, o modo de produção do espaço começa a ser compreendido por meio das várias demandas inerentes ao mesmo, que é caracterizado por sua transformação (GOMES, 1990).

A filosofia surge como um meio de compreensão nos estudos sobre a cidade arcaica grego ou romana, discutindo a oposição entre o valor de uso (a cidade e a vida urbana; o tempo urbano) e o valor de troca (os espaços compridos e vendidos; o consumo dos produtos; dos bens; dos lugares e dos signos) – valor de uso X valor de troca. Assim, para Lefebvre (2008) a filosofia nasce da cidade com a divisão do trabalho permitindo a construção do Direito à Cidade como um projeto norteador de uma sociedade urbana (FIORAVANTI, 2013).

O urbanismo por meio da venda de mercadoria é uma temática expressiva nos estudos de Lefebvre (2008) e Harvey (2005). Para o primeiro autor, o urbanismo, nesse caso, concebe a cidade para o mercado, visando o valor de troca apenas, o lucro. Dessa forma, não se vende moradia e sim um estilo novo de residir por meio de uma cidade feliz, segura e longe da desordem. Ainda para Lefebvre (2008) a cidade contemporânea está nas condições de arquitetos formais e administradores estratégicos, o que para ele é uma problemática, pois traz tipologias urbanas excludentes.

É quando o autor discute as ciências (história, economia, demografia, arquitetura e sociologia) que surgem para analisar as cidades, que para ele é de forma fragmentada, a não ser a filosofia que fazia sua contribuição de forma mais totalizada, assim como também os estudos de Carlos (2016) sobre a produção do espaço urbano que coloca a filosofia como uma condição para a compreensão do mundo. Entretanto, ainda se questiona: “É possível tirar das ciências parcelares uma ciência da cidade?” (LEFEBVRE, 2008, p. 40). Para o autor, somente a partir de uma *práxis*. Fica a reflexão.

Por essa compreensão, a cidade emite e recebe mensagens. Numa análise semiológica, existe a fala da cidade, a língua da cidade, a linguagem urbana e a escrita da cidade, onde os signos são gerados e compartilhados, trazendo a produção e consumo desses signos na cidade. É nesse contexto que Gehl (2013) apresenta uma discussão sobre as cidades vivas que são aquelas em que as pessoas conseguem interagir umas com as outras em um sistema de sociabilidade, com algo grau de experiências.

É o que Lefebvre (2008) aborda como a semiologia do poder, ou seja, como a cidade é significada através do inventar e esculpir o espaço, atribuindo ritmos no modo de viver e nas transformações do cotidiano. Dessa forma, a cidade é uma prática, trazendo uma diferenciação entre “cidade” e “urbano”. A cidade seria a realidade presente arquitetônica e o urbano seria a realidade social composta de relações construídas e reconstruídas.

A (não) função do arquiteto, do sociólogo, do político e do urbanismo é apontada diversas vezes na teoria sobre o Direito à Cidade. Apenas a vida social pode criar as relações sociais, isso em certas condições, onde a produção do espaço é decorrente da ação dos agentes sociais portadores de interesses e práticas espaciais que algumas vezes são individuais e outras vezes coletivas (LEFEBVRE, 2008; CORRÊA, 2016). Observa-se nesse debate, a importância e o papel da classe operária para a construção da sociedade urbana, defendendo a r(evolução) sob a hegemonia da classe, por meio da conquista de direitos.

Dessa forma, o Direito à Cidade se apresenta como o próprio direito à vida. A cidadania integral de forma totalizante a todos os habitantes é reivindicada todo o tempo



como forma de expressar um direito aos cidadãos, fazendo emergir a humanização como uma necessidade do direito à liberdade. Esses direitos se configuram como o direito de uso, ou seja, o direito à cidade se sobrepondo ao de troca e da mercadoria.

Lefebvre (2008) tece seus esforços a partir de uma filosofia da cidade e do campo através de uma análise espectral como ele chama em um ponto crítico. Para o autor, o direito a natureza é que faz parte dos hábitos sociais e o lazer comercializado, industrializado, organizado institucionalmente, destrói essa “naturalidade”, indo de forma contrária ao Direito à Cidade.

A democratização do direito e a construção de um amplo movimento social para fortalecer seu desígnio é imperativo, se os despossuídos pretendem tomar para si o controle que, há muito, lhes tem sido negado, assim como se pretendem instituir novos modos de urbanização. Em outras palavras, o espaço urbano é produzido pelo homem a partir da forma que ele o percebe (experimenta), o concebe (pensa sobre) e o vive (age) (LEFEBVRE, 2008; HARVEY, 2005).

Nessa análise, um Cais Mauá só funcionaria se essas três dimensões puderem ser atendidas de forma global: perceber no sentido sensorial, conceber no sentido de participar/planejar/ter voz e viver no sentido de fazer parte/vivência. Assim, para o autor, a revolução e a luta têm que ser urbana através do resgate histórico, cultural e político. Nesse caso, a cidade é um discurso e o discurso é uma linguagem, ou seja, uma comunicação e assim, a cidade se faz através de práticas sociais (HARVEY, 2013).

### **2.3.2 A Produção Capitalista do Espaço**

A teoria sobre a Produção Capitalista do Espaço é abordada sob a visão do autor David Harvey (1935 – atualmente). É um geógrafo britânico formado na Universidade de Cambridge, atualmente é professor de pós-graduação e discute várias questões ligadas a geografia urbana, onde escreveu mais de uma dezena de livros com várias perspectivas, dentre elas, a produção do espaço urbano (LIMA, 2014).

Harvey (2005) faz também uma análise marxista desse espaço numa relação entre o Estado e o próprio capitalismo, trazendo contribuições para uma análise espacial. No caso, a Teoria da Acumulação de Marx é resgatada para discutir que ela está no centro das relações, entretanto é formada por frequentes crises produzidas pelo próprio capitalismo. Isso significa que a produção do espaço se dá pela ação política e pela intenção dos sujeitos de mudar sua própria realidade. Além de que tem uma lógica de ocultar as contradições sociais, trazendo a

segregação nos diversos espaços (LEFEBVRE, 2008; CAVALCANTI, 2001). Assim, é discutida a luta de classes num mesmo espaço: poderosos e oprimidos (FERNANDES, 2005) na visão de Lefebvre (2008) se mostrando o espaço por meio de uma verdadeira arena de disputas.

No caso do fenômeno estudado no Porto Cais Mauá, é discutido o papel do governo muito mais com um perfil empreendedor, ou seja, a posição de um Estado empreendedor por meio de um empreendedorismo urbano, tratando da possibilidade de se transformar em renda, qualquer forma de serviço ou mercadoria para o capital financeiro. Para Harvey (2005) é nesse espaço urbano que o Estado interfere nas formas de relações, onde a maioria das classes é oprimida pela hegemonia.

A “modernização” concebida no projeto de um “porto alegre” é vista nas contribuições desses autores. Harvey (2005) chama atenção para este tipo de modernização, pois salienta que o processo de feitura da cidade, no capitalismo tardio, é tanto produto quanto condição dos processos de transformação da governança urbana, ou seja, de acordo com o autor a atividade é mostrada como espetáculo para aqueles que estão excluídos dela e se legitima configurando um novo imaginário de integração e memória.

A postura hegemônica adota uma visão empreendedora em relação ao desenvolvimento econômico, visando maximizar a atratividade local como chamariz para investimentos estrangeiros, megaeventos e grandes projetos urbanísticos, ou seja, a cidade é vista como protagonista (HARVEY, 2012).

Dessa forma, é que o autor discute um empresariamento urbano, que seria uma maneira de planejar e organizar a cidade, visando atender a diversos mercados, entre eles, o financeiro e o turístico. Nesse tipo de regime capitalista a cidade é reinventada para permitir o crescimento do capital, é quando ele discute a cidade por meio da mercadoria, ou seja, a cidade mostrada e vendida como produto no mercado, ignorando o espaço da vida cotidiana dos seus habitantes (HARVEY, 2005).

Portanto, ambas as discussões em torno da cidade ajudam a compreender as demandas inerentes ao espaço do Porto Cais Mauá por meio dos discursos que pautam uma cidade para todos, bem como a utilização da teoria principal por meio dos seus conceitos e categorias analíticas na intenção de entender como acontece o processo de significação e como os elementos se movimentam em busca da hegemonização dos seus discursos.

## 3 Caminhos Metodológicos

---

Nesse terceiro capítulo são apresentados os caminhos metodológicos adotados no estudo: descreve o *design* da pesquisa; apresenta a metodologia da retrodução e seus ciclos; apresenta como foi a forma de acesso ao dado pela arqueologia foucaultiana; demonstra como foi a etapa da construção e organização do arquivo de pesquisa; e por fim os critérios de validade e confiabilidade do trabalho.

### 3.1 *Design* da Pesquisa

Esse trabalho assume uma posição crítica de corrente pós-estruturalista sob uma abordagem qualitativa e fundamentalmente interpretativa. A metodologia qualitativa emprega diferentes concepções filosóficas, estratégias de investigação, método e análise dos dados. Baseiam-se em dados de textos, entrevistas e imagens, é fundamentalmente interpretativo e permite ao pesquisador ter uma visão do fenômeno (CRESWELL, 2010). Diante disso, o trabalho assume uma visão não positivista, entendendo o discurso como uma prática social a partir de um processo de articulações.

Inicialmente adotou-se uma pesquisa exploratória com a intenção de proporcionar maior familiaridade com o problema, além de explicitá-lo e discutir. Nesse tipo de pesquisa pode envolver levantamento bibliográfico, documental e entrevistas com pessoas experientes no problema pesquisado (GIL, 2008).

Foram utilizadas fontes primárias e secundárias: as fontes primárias são as entrevistas semiestruturadas com as partes envolvidas e as fontes secundárias por meio de análise documental elaborada a partir de material que ainda não recebeu tratamento analítico, mas que são passíveis de interpretações, pois isso é uma característica da pesquisa documental (FLICK, 2013). Além da utilização de observação participante e diário de campo no lócus estudado.

Foi utilizada a Análise do Discurso (AD) como construto analítico através da ótica de Foucault com a intenção de analisar, problematizando uma variedade de materiais e informações (FISCHER, 2001), juntamente com as categorias analíticas da Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe (1989). Dessa forma, “a análise se concentra no contexto, na variabilidade, nas construções do texto e nos repertórios interpretativos usados neles” (FLICK, 2013, p. 158).

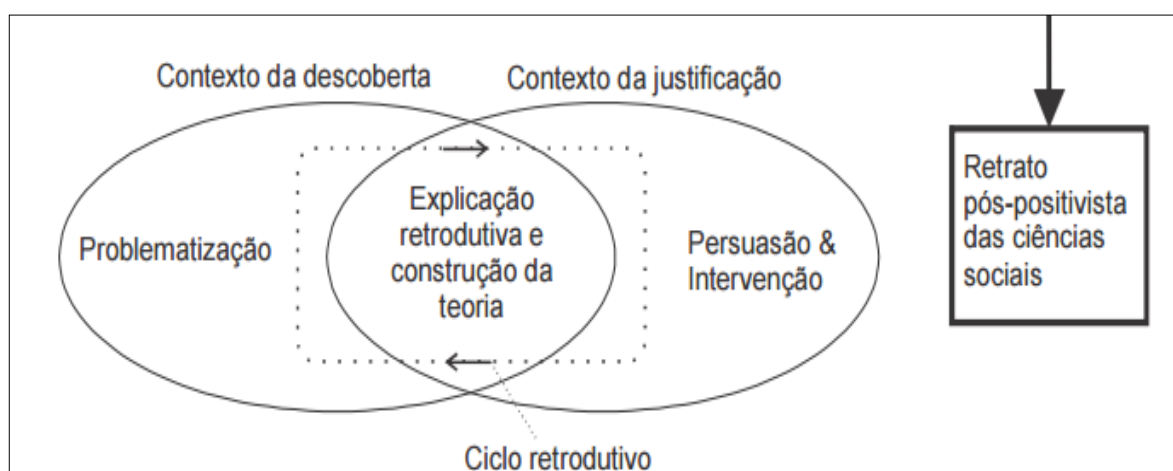
Para Batista *et al.* (2014) uma crítica com base em Laclau e Mouffe é uma análise social e política que procura demonstrar como e porque uns discursos prevalecem em relação a outros. Observa-se na TD uma concepção de uma nova geração de teóricos e analistas dos discursos que integram o desenvolvimento de uma reflexão mais sistemática sobre as implicações da TD na elaboração de metodologias (OLIVEIRA *ET AL.*, 2013).

### 3.2 A Lógica da Explicação Crítica e a Retrodução

A Teoria do Discurso abrange um conjunto de etapas que norteiam as análises. Glynos e Howarth (2007), também teóricos do discurso, desenvolveram algumas orientações de metodologia a partir do método da Retrodução e seus ciclos em sua obra *Logics of Critical Explanation in Social and Political Theory* (2007). Dessa forma, este trabalho utilizou o método, uma vez que está alinhando a Teoria do Discurso (TD). Essa metodologia foi desenvolvida inicialmente por Aristóteles e explicada para o termo abdução por Charles Sanders Peirce, sendo também adotada por Norwood Hanson e Roy Bhaskar na filosofia da ciência.

A lógica da explicação crítica – LEC e a retrodução (Figura 08) se distingue da abordagem indutiva (não espera que determinada hipótese surja dos processos de repetições de um fenômeno) e da abordagem dedutiva (à medida que desconsidera a possibilidade de se fazer determinado fenômeno emergir de uma criação incontável de hipóteses) (HOWARTH, 2000; GLYNOS; HOWARTH, 2007; GLYNOS; HOWARTH; NORVAL; SPEED, 2009).

**Figura 08: A Lógica da Explicação Crítica**



**Fonte:** Glynos; Howarth (2007).

Howarth *et al.* (2016) apresentam que a lógica da explanação crítica se divide em cinco passos relevantes: problematização, retrodução, lógicas, articulação e crítica. Entretanto, pode-se considerar que estão aglutinados em três grandes momentos, onde a problematização é responsável pelo primeiro momento, a retrodução juntamente com as lógicas e a articulação são responsáveis pelo segundo momento, formando os ciclos retrodutivos e por fim, o momento da crítica que é formado pela justificação e persuasão.

Momento 1 – Problematização: A problematização possibilita alguns questionamentos a partir da construção e interpretação do fenômeno estudado para assim, expandir o campo discursivo, envolvendo todo o fenômeno empírico. Não é um diagnóstico simples e se aproxima da problematização abordada por Foucault que envolve como algo é questionado (BACCHI, 2012).

Momento 2 – Retrodução, Lógicas e Articulação: A explicação retrodutiva seria a compreensão do fenômeno a partir de hipóteses melhoradas, ou seja, por ciclos retrodutivos, reinterpretando as observações levantadas na problematização. Glynos e Howarth (2007) discute as práticas sociais a partir de três lógicas: a lógica social, a lógica política e a lógica fantasmática. A lógica social responde a questão “o que?” e se pauta em caracterizar as práticas definindo as regras e normas através das estratégias de normatização. A lógica política responde a questão do “como?” que conta com a emergência histórica por meio da formação da prática se debruçando sobre os conflitos que foram o pano de fundo da constituição e a lógica fantasmática responde a questão “por quê?” e se debruça em entender a forma como os sujeitos são unidos a prática. Nesta lógica se faz presente uma força motriz ideológica que motiva e movimenta sujeitos políticos (MARÇAL, 2014). Sobre a articulação é relevante articular esses vários tipos de lógicas, conectando a pluralidade de modo a considerar o fenômeno problematizado (GLYNOS *et al.*, 2015).

Momento 3 – Crítica: A persuasão e intervenção (explanação) é o momento conclusivo do trabalho, onde a teoria é mencionada e se traz uma argumentação a partir dos achados para convencer e propor intervenções numa literatura engajada (OLIVEIRA *et al.*, 2013). O método é uma abordagem antipositivista, pois os discursos não são fixos e abordam problemas de pesquisa de natureza política e social. O desenvolvimento de uma hipótese faz parte do processo, isso não significa que ela tem a intenção de ser testada, mas, sobretudo a conclusão da análise será essa mesma hipótese de forma melhorada, dessa forma, a hipótese deve produzir determinadas causas e prever os efeitos do fenômeno (GLYNOS; HOWARTH, 2007).

Segundo Oliveira *et al.* (2013) ao invés de testar as hipóteses (H) lançadas inicialmente, a abordagem da pesquisa passa a sugerir vários ciclos retrodutivos, rediscutindo a hipótese e aprofundando o conhecimento sobre o fenômeno. Alguns teóricos do discurso já utilizaram esse método em suas pesquisas, a exemplo de Macedo (2006) e Oliveira (2011). Ambos trabalham com TD, a primeira numa perspectiva da cultura e da diversidade cultural e a segunda com a discussão da diversidade sexual, recomenda uma tensão entre a teoria do discurso e a teoria *queer*.

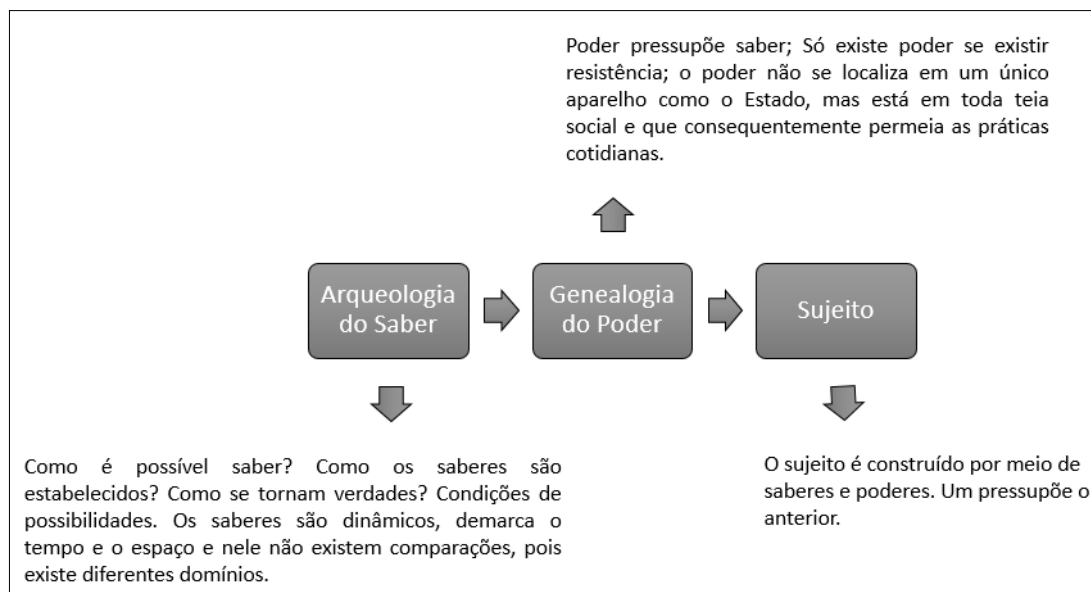
No que diz respeito a aplicabilidade e operacionalização na Teoria do Discurso, resumidamente, pode-se dizer que o momento da retrodução inicia-se quando um fenômeno é percebido e observado, ou seja, o fenômeno seria (F). Essa observação de F pode inicialmente ser explicada por H que depois das análises por meio dos ciclos retrodutivos, ela será ajustada de acordo com os discursos (GLYNOS; HOWARTH, 2007). Dessa maneira, a (re) elaboração faz parte do processo, de forma que o fenômeno seja observado por meio da articulação do agenciamento político. A seguir é apresentado a forma de acesso ao dado que foi por meio da análise do discurso foucaultiano.

### **3.3 Forma de Acesso ao Dado: Análise do Discurso Foucaultiano**

Michel Foucault (1926-1984) foi um filósofo, historiador e crítico social. Suas abordagens discutem a relação entre poder e saber a partir do controle social no âmbito das instituições que ele pesquisou. Seu pós-estruturalismo é marcado por estudos históricos, buscando o modo como é escrita a história. Ele publicou suas obras buscando refletir sobre sua nova filosofia da história a partir de discussões baseadas em seus escritos: *História da loucura* (1961), *Nascimento da clínica* (1963), *As palavras e as coisas* (1966), *A arqueologia do saber* (1969), *Vigiar e punir* (1975) e os três volumes de *A história da sexualidade* (1976, 1984, 1984). Essas abordagens refletem a influência de Foucault no pós-estruturalismo (WILLIAMS, 2012).

Sua trajetória teórica foi baseada em três ciclos interligados: a arqueologia, a genealogia e o sujeito. O primeiro se refere a um método que busca compreender como os saberes são constituídos, ou seja, como esses saberes surgem e se modificam. O segundo seria compreender o porquê do aparecimento desses saberes e abrange as várias esferas sociais, e o terceiro, o poder e o saber se reforçam reciprocamente sobre a construção do sujeito (COSTA, GUERRA e LEÃO, 2013). A figura 09 a seguir demonstra as fases dos ciclos teóricos.

**Figura 09: Fases dos Ciclos Foucaultiano**



**Fonte:** Organizado pelo autor a partir de Foucault (2008).

Para esse trabalho foi utilizado o método do primeiro ciclo, ou seja, a forma de acesso ao dado foi por meio da análise do discurso foucaultiano através do seu método arqueológico, uma vez que está alinhado a TD de Laclau e Mouffe. A arqueologia foucaultiana propõe as condições de possibilidades de como os saberes foram construídos ao longo da história, problematizando-os e desconstruindo o conceito de verdade (FOUCAULT, 2008). De acordo com Foucault (2008) a intenção da análise do discurso foucaultiano não busca uma interpretação para os significados encontrados nos discursos, entretanto o método se propõe em desvelar o interior dos discursos através dos modos de ser filosófico e feixes de relações.

A arqueologia foucaultiana se debruça sobre os documentos, seja ele de diversas fontes e categorias, com a intenção de analisar as práticas que estão no dito e no não-dito (OKSALA, 2011). Para tanto, é necessário acessar o interior desses discursos que dão sustentação a certas **formações discursivas**. Essa abordagem se pauta nos discursos para entender como se deu as formações através da identificação de certos **enunciados**, **funções** e **regras**, que servem como o interior desses discursos. Dessa forma, o filósofo apresenta essas categorias para se compreender a construção de certos saberes como apresentado no quadro 03 a seguir.

**Quadro 03: Categorias do Método em Foucault**

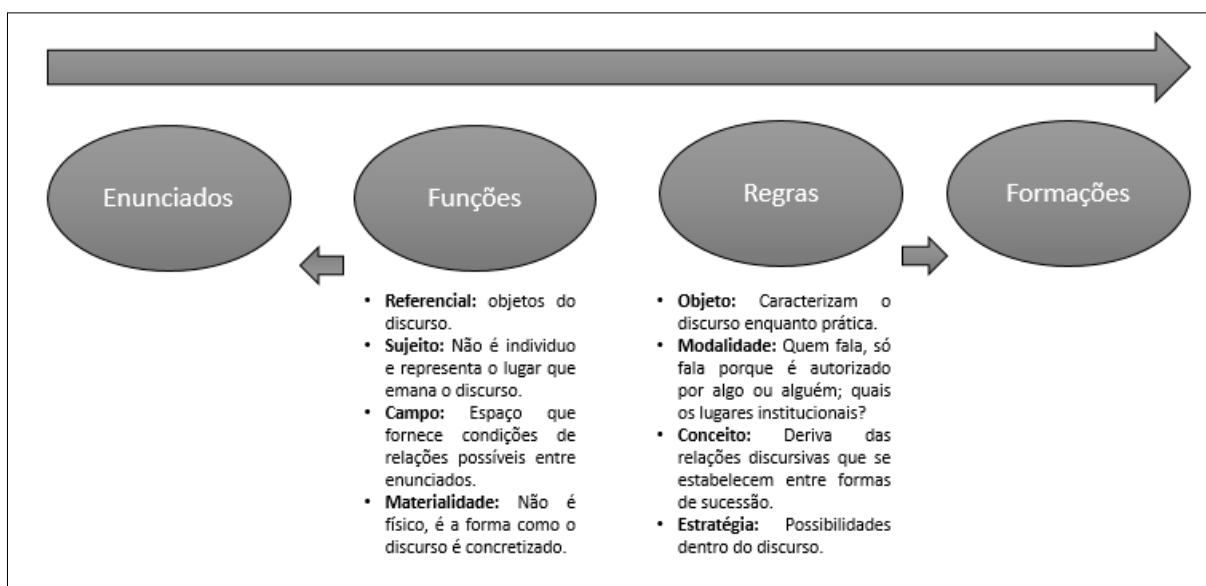
| CATEGORIAS | DESCRIÇÃO                                                                                                                                              |
|------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Enunciados | São átomos do discurso; unidade mais básica; não tem forma fixa ou conteúdo imutável; precisa ser correlacionado com outros enunciados; é diferente de |

|                      |                                                                                                                                                                                                                                                                          |
|----------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|                      | uma simples frase; é diferente de proposição; é diferente de atos de fala; apesar que podem assumir essas formas, mas a elas não se submete.                                                                                                                             |
| Funções Enunciativas | Indica como o enunciado “age” sobre determinado assunto; é parte do próprio enunciado; Foucault (2008) estabelece critérios para identificar as funções nos enunciados: referencial, sujeito, campo e materialidade.                                                     |
| Regras de Formação   | As formações são derivadas de certas regras; as regras servem para identificar as formações; Foucault (2008) também estabelece critérios para identificar as regras: objeto, modalidade, conceito e estratégia. São equivalentes aos critérios das funções enunciativas. |
| Formação Discursiva  | A formação discursiva é a derivação dos enunciados, funções e regras; os elementos históricos são fundamentais para compreender as formações; problemática a produção dos saberes; são submetidos a certa regularidade.                                                  |

**Fonte:** Organizado pelo autor a partir de Foucault (2008).

Dessa maneira, como pode ser percebido, a análise de inicia pela identificação dos enunciados e suas relações, depois dessa fase fica mais sensível a identificação das funções por meio dos seus critérios. A terceira etapa é as regras de formação através dos critérios mencionados anteriormente e por fim essas etapas propiciam as formações discursivas de determinado discurso. A figura 10 a seguir demonstra um resumo do modelo analítico bem como os conceitos abordados até agora.

**Figura 10: Critérios do Método Foucaultiano**



**Fonte:** Organizado pelo autor a partir de Foucault (2008).

Nesse sentido, a primeira etapa do trabalho foi a identificação das formações discursivas através dos enunciados, funções e regras como foi apresentado no modelo da



arqueologia foucaultiana. Outro detalhe se refere ao conjunto de dados utilizados para acesso aos discursos em Foucault o qual ele denomina de arquivo. Esses dados devem conter as unidades dos discursos que serão analisados por meio de uma ordem discursiva (THIRY-CHERQUES, 2008). A construção e organização do arquivo está detalhado na seção a seguir.

### 3.4 Construção e Organização do Arquivo de Pesquisa

O conjunto de material a ser analisado é conceituado por Foucault de arquivo. O arquivo é uma noção mais ampla que produz os enunciados e conduzirá a possibilidade de analisar as práticas discursivas de determinada sociedade. Foucault (2008) explica que não se refere a conservação e manutenção de documentos e sim ao nível de uma prática que se faz.

Em resumo, o arquivo é um termo empregado por Foucault para designar um conjunto de elementos discursivos e não discursivos do qual pode-se extrair a ordem do discurso e equivale ao conceito de corpus. Nesse sentido, o arquivo de pesquisa foi construído por dados coletados por meio de três grandes técnicas: observação participante, entrevistas e dados documentais conforme quadro 04 a seguir.

**Quadro 04: Técnicas Utilizadas na Pesquisa**

| <b>TÉCNICA</b>          | <b>DESCRIÇÃO</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
|-------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Observação Participante | A observação foi realizada por meio de visitas ao local onde está localizado o Cais Mauá no mês de outubro de 2016. O pesquisador fez anotações de campo, registro fotográfico e participou de passeios no objeto de estudo na intenção de saber se aquele lugar seria desprovido de historicidade, além de identificar a percepção dos frequentadores do ambiente, resultando as práticas relativas a sociedade civil. Nesse sentido, foi realizado um passeio de barco no Cais, ainda o único meio de acesso, uma vez que o mesmo está fechado ao público. |
| Entrevistas             | Foram realizadas entrevistas com integrantes da sociedade civil organizada: movimentos de resistências como Cais Mauá de Todos e Minha Porto Alegre; representantes da Associação dos Moradores do Centro Histórico; Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural; Associação dos Geógrafos de Porto Alegre e alguns representantes do Estado.                                                                                                                                                                                                          |
| Documentos              | Foram levantados por meio sites de diversas fontes; notas de repúdio, leis, ações judiciais; relatórios, instituições e reportagens. As reportagens tiveram um recorte temporário entre março de 2015 até outubro de 2016 separadas e salvas na íntegra.                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |

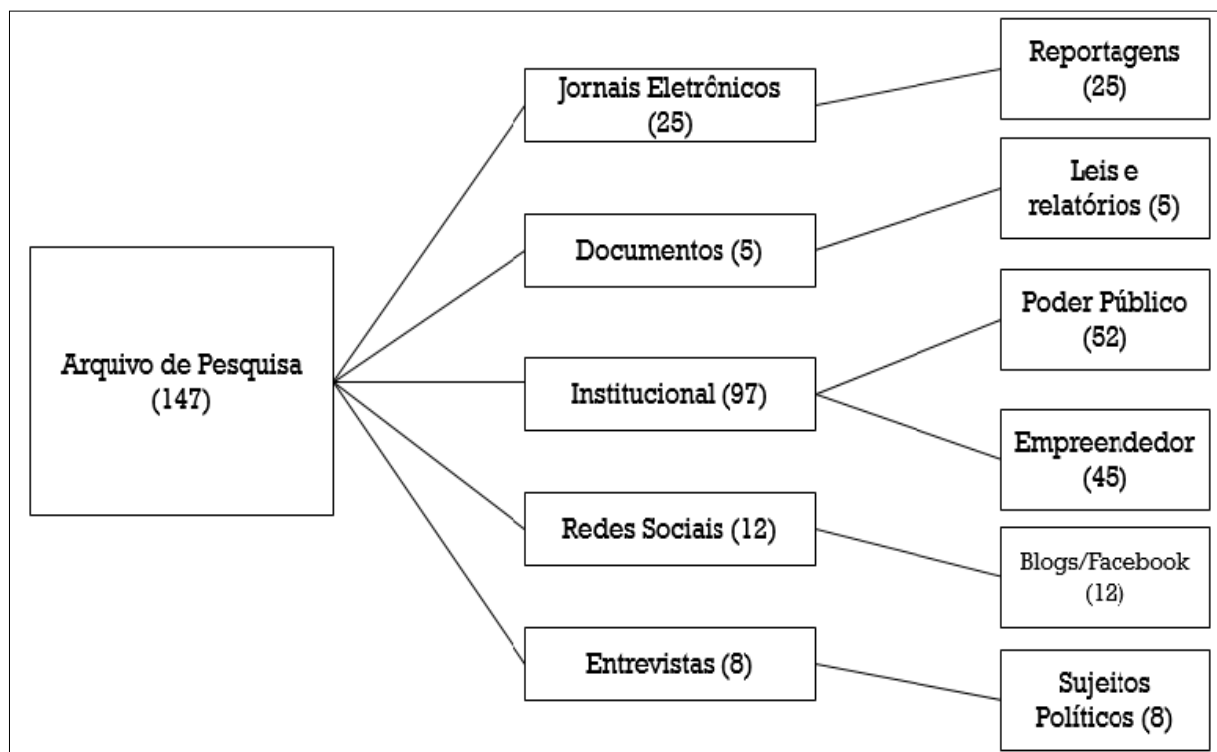
**Fonte:** Elaboração do autor (2017).

O arquivo foi construído a partir das posições dos sujeitos políticos nos variados ambientes. Nesse sentido, foi preciso selecionar material que representem conteúdos importantes, com profundidade e que ao mesmo tempo tenha uma diversidade de vozes nas discussões sobre a tensão. Primeiramente se buscou documentos produzidos que abordassem a temática escolhida e depois uma série de entrevistas semiestruturadas. Creswell (2010) define entrevista como uma forma de conversa em que uma das partes busca coletar dados e a

outra se apresenta como uma fonte de informação. É uma das técnicas de coleta de dados mais utilizadas nas ciências sociais e apresenta uma série de vantagens, dentre elas, os participantes podem fornecer informações históricas importantes.

Assim, foi montado o arquivo contendo os seguintes dados: jornais eletrônicos por meio de reportagens; documentos (leis e relatórios ambientais); o grupo institucional referente ao poder público (notícias retiradas do site da prefeitura, governo do estado e do âmbito federal) pois é o canal que representa o discurso oficial dessa categoria; o grupo institucional referente ao empreendedor (matérias vinculadas no site do consórcio Cais Mauá Brasil S.A) pois é o canal que representa o discurso oficial dessa categoria; redes sociais por meio de blogs referente a sociedade civil organizada e facebook; e as entrevistas realizadas com os representantes dos movimentos de resistência (Figura 11).

**Figura 11: Composição do Arquivo de Pesquisa**



**Fonte:** Elaboração do autor (2017).

Para apoiar as análises, foi utilizado o Software NVivo para codificar as informações e organizar os dados do arquivo. O software é utilizado em pesquisas de cunho qualitativo, especialmente nas pesquisas sociais, sendo um dos mais utilizados no espaço acadêmico brasileiro. Pesquisas com softwares de dados qualitativos já eram utilizados nos anos 80 com

algumas finalidades: desde a simples contagem de palavras até funções mais complexas como a construção de modelos e mapas por meio das informações (LAGE, 2011).

É importante destacar que o software exerce uma função de facilitador do processo de análise dos dados, entretanto, não substitui a responsabilidade interpretativa substancial dos dados que o pesquisador deverá possuir (ALVES; FIGUEIREDO FILHO; SILVA, 2015). Em relação ao software, a organização se deu da seguinte forma: na fonte interna foi criada uma pasta contendo todo o arquivo de pesquisa, o qual foi subdividido em cinco pastas (documentos, entrevistas, institucional, jornais eletrônicos e redes sociais), assim foi realizado a importação dos respectivos arquivos em suas pastas. Inicialmente foram criados quatro nós (enunciados, funções regras e formações) e para cada nó criado, as descrições foram realizadas. Também foi criado os casos subdivididos nos domínios discursivos inerentes ao poder público, a iniciativa privada e a sociedade civil organizada (Figura 12).

**Figura 12: Pastas, Casos e Nós**

The screenshot displays the NVivo software interface with three main sections highlighted by boxes: 'Pastas' (Folders), 'Casos' (Cases), and 'Nós' (Nodes).

**Pastas (Folders):** A table listing folders and their associated data.

| Nome                                   | Referências | Criado em        | Criado por | Modificado em    | Modificado por |
|----------------------------------------|-------------|------------------|------------|------------------|----------------|
| Adm - Memórias do Centro Histórico     | 0           | 06/12/2016 12:07 | CL         | 06/12/2016 12:07 | CL             |
| Cartão Sane - Mm - Mm - Mm - Mm - Mm   | 11          | 23/06/2016 12:07 | CL         | 06/12/2016 12:07 | CL             |
| Legado Leste - Adm - Mm - Mm - Mm - Mm | 17          | 48/06/2016 12:07 | CL         | 06/12/2016 12:07 | CL             |
| Lacração Mm - Mm - Mm - Mm - Mm        | 14          | 48/06/2016 12:07 | CL         | 06/12/2016 12:07 | CL             |
| Lacração Sane - Mm - Mm - Mm - Mm      | 14          | 47/06/2016 12:07 | CL         | 06/12/2016 12:07 | CL             |
| Mm - Mm - Mm - Mm - Mm                 | 16          | 48/06/2016 12:07 | CL         | 06/12/2016 12:07 | CL             |
| Pm - Mm - Mm - Mm - Mm                 | 22          | 76/06/2016 12:07 | CL         | 06/12/2016 12:07 | CL             |
| Tm - Mm - Mm - Mm - Mm                 | 18          | 81/06/2016 12:07 | CL         | 06/12/2016 12:07 | CL             |

**Casos (Cases):** A table listing cases and their associated data.

| Nome                       | Referências | Criado em | Criado por | Modificado em    | Modificado por |
|----------------------------|-------------|-----------|------------|------------------|----------------|
| Iniciativa Privada         | 0           | 0         | CL         | 06/12/2016 12:07 | CL             |
| Poder Público              | 0           | 0         | CL         | 06/12/2016 12:07 | CL             |
| Sociedade Civil Organizada | 3           | 11        | CL         | 06/12/2016 12:07 | CL             |

**Nós (Nodes):** A table listing nodes and their associated data.

| Nome                  | Referências | Criado em | Criado por | Modificado em    | Modificado por |
|-----------------------|-------------|-----------|------------|------------------|----------------|
| Enunciados            | 7           | 167       | CL         | 06/12/2016 16:53 | CL             |
| Formações Discursivas | 0           | 0         | CL         | 06/12/2016 16:53 | CL             |
| Funções               | 0           | 0         | CL         | 06/12/2016 16:53 | CL             |
| Regras                | 0           | 0         | CL         | 06/12/2016 16:53 | CL             |

**Fonte:** Elaborado pelo autor a partir do Nvivo (2016).

Os nós se decompõe em sub-nós que foram criados a partir dos enunciados, funções, regras e formação discursiva que possuem interligações lógicas de forma hierárquica de acordo com o método arqueológico. Os sub-nós foram sendo preenchidos em seu referido nó à medida que foi realizado as codificações em cada material empírico, para cada enunciado codificado tinha-se de quantas fontes ele foi retirado, bem como suas referências, assim também foi realizado o mesmo procedimento para os nós funções, regras e formação (Figura 13).

Figura 13: Sub-nós e Processo de Codificação



Fonte: Elaborado pelo autor a partir do Nvivo (2016).

Todos os materiais inseridos na pasta “interna” foram analisados para codificação de acordo com os nós estabelecidos. O trabalho de análise se iniciou logo após a organização do arquivo de pesquisa, onde os itens foram cautelosamente lidos e analisados conforme as etapas a seguir (quadro 05).

Quadro 05: Descrição das Etapas da Pesquisa

| GRUPOS    | DESCRIÇÃO                                                                                                                                                                                                                                                              |
|-----------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| I Etapa   | Na primeira etapa foi realizado o mapeamento dos sujeitos políticos encontrados no arquivo de pesquisa a fim de compreender as vozes inerentes ao Cais Mauá.                                                                                                           |
| II Etapa  | A segunda etapa foi a forma de acesso ao dado por meio da arqueologia foucaultiana, portanto, nessa etapa foi preciso chegar nas formações discursivas através dos enunciados, funções e regras.                                                                       |
| III Etapa | Depois que chegamos as formações discursivas, a terceira etapa se debruça em analisar as articulações que movimentam os diálogos por meio das categorias analíticas da TD de Laclau e Mouffe e o ciclos retrodutivos inerentes as formações identificadas na etapa II. |

Fonte: Elaboração do autor (2017).

Essas etapas estão distribuídas ao longo do trabalho por meio dos seus capítulos. No que diz respeito às entrevistas, os entrevistados foram pessoas ligadas aos movimentos de resistência e que possuíam importância no mesmo, conforme exposto no quadro 06 a seguir.

**Quadro 06: Lista dos Entrevistados**

| <b>CÓDIGO</b>   | <b>DESCRIÇÃO DOS ENTREVISTADOS</b>                                                                       |
|-----------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Entrevistado 01 | Co-fundadora do movimento “Minha Porto Alegre” e participante do movimento “Cais Mauá de Todos”.         |
| Entrevistado 02 | Assessoria jurídica do movimento “Cais Mauá de Todos”.                                                   |
| Entrevistado 03 | Atuante da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural – AGAPAN                                    |
| Entrevistado 04 | Integrante da Associação dos Geógrafos do Brasil – AGB e participante do movimento “Cais Mauá de Todos”. |
| Entrevistado 05 | Participante do movimento “Cais Mauá de Todos” e vereador.                                               |
| Entrevistado 06 | Presidente da Associação de Moradores do Centro Histórico.                                               |
| Entrevistado 07 | Participante do movimento “Cais Mauá de Todos” e deputado estadual.                                      |
| Entrevistado 08 | Moradora do bairro do Centro Histórico.                                                                  |

**Fonte:** Elaboração do autor (2017).

A forma de acesso foi por acessibilidade, onde o pesquisador agendou as entrevistas e coletou no mês de outubro de 2016 na cidade de Porto Alegre. As entrevistas tiveram duração em média de 40 minutos, foram transcritas na íntegra pelo pesquisador e logo importadas para o software Nvivo, onde foram decodificadas e analisadas.

### 3.5 Critérios de Validação e Confiabilidade

Como pode ser observado, esse estudo assume uma metodologia qualitativa. Tendo isso posto, uma das suas características é um certo grau de interpretação acompanhado da subjetividade do pesquisador. Justamente pelo cunho qualitativo a amostragem não é avaliada por quantidade e sim pela qualidade de cada informação coletada e analisada. Essa amostragem se refere à capacidade representativa de uma certa pesquisa (BAUER E AARTS, 2002).

No que diz respeito à validação e confiabilidade em pesquisas de cunho qualitativo, Paiva Júnior; Leão e Mello (2011) realizaram um estudo onde discutem que essa validade e confiabilidade de um arquivo é algo muito particular, justamente pelo caráter subjetivo de cada pesquisador. Nesse caso, a quantidade não é algo relevante como já foi citado e Leininger (1994) corrobora afirmando que para a pesquisa qualitativa ter validade, ela precisa seguir critérios sistemáticos de observação.

A validade significa a habilidade que os procedimentos empregados numa dada pesquisa garantem a consecução legítima de seus objetivos. Já a confiabilidade, significa à

garantia de que outro pesquisador poderá ampliar e desenvolver uma pesquisa semelhante e chegará a resultados aproximados (PAIVA JUNIOR; LEÃO; MELLO, 2011).

Como foi abordado na sessão metodológica esse estudo seguirá uma série de etapas a fim de responder sua problemática e alcançar os objetivos propostos, assim serão utilizadas técnicas para o desenvolvimento do trabalho. Wainer e Braun (1988) asseguram que em muitos casos os pesquisadores qualitativos concentram técnicas de validação e dentre as técnicas a triangulação dos dados se apresenta coerente, pois o pesquisador irá trabalhar com entrevistas, observação e análise documental como é o caso do presente trabalho.

A triangulação é uma técnica que verifica os dados a partir de múltiplas fontes e diferentes métodos (BRESLER, 2007). Ainda vale salientar que de acordo com Merriam (1998) diferentes técnicas de coletas de dados num mesmo caso podem enriquecer a compreensão sobre o fenômeno trabalhado como é o caso do presente estudo.

Nesse sentido, todos os dados que foram coletados seguem critérios onde o pesquisador foi bastante cauteloso na escolha das fontes, que sejam oficiais do governo brasileiro, já que existe certa validade dos dados publicados, bem como, a escolha de reportagens retiradas sites oficiais do consórcio empreendedor e de jornais locais representativos que segue uma certa legitimidade, ou seja, foram utilizados os critérios da reflexibilidade, a forma de construção do arquivo de pesquisa e o da descrição clara, rica e detalhada. Ainda o pesquisador obteve o cuidado em um critério de validação comunicativa entre os participantes das entrevistas, onde os mesmos receberam feedbacks a respeito dos dados coletados e separados para a análise.

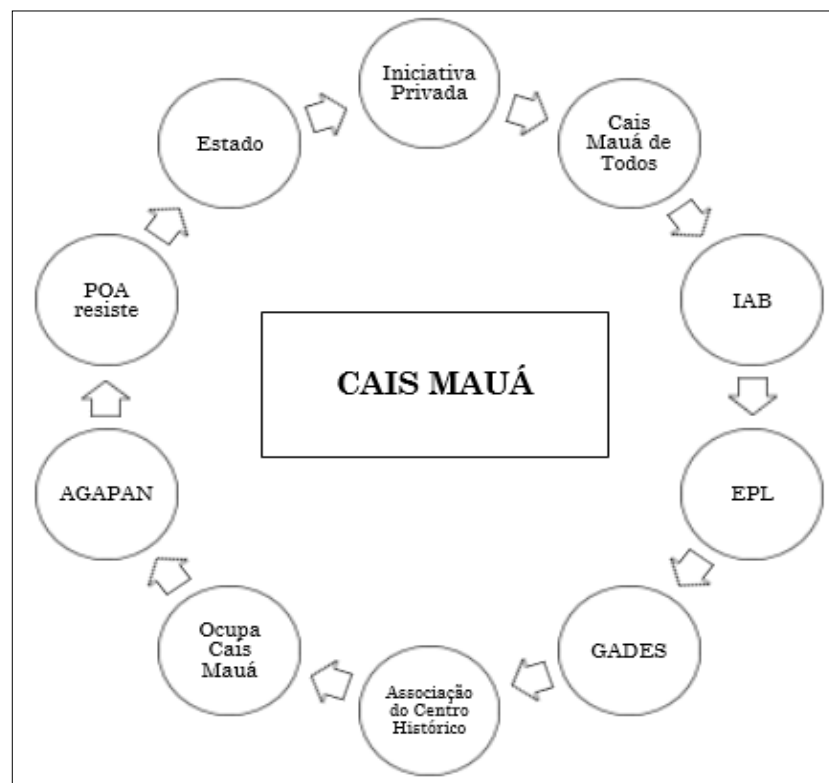
## 4 O Cais Mauá como Arena de Lutas Políticas e Disputas: A Órbita dos Discursos

Esse capítulo apresenta a forma de acesso ao dado que foi através da arqueologia foucaultiana explicada na metodologia. Entretanto, antes de demonstrar a arqueologia, foi realizado o mapeamento dos sujeitos políticos que estão envolvidos na requalificação do Cais Mauá, que foi realizado através do arquivo de pesquisa. Após o mapeamento, foi realizado a identificação dos elementos constitutivos (enunciados, funções e regras) e por fim as formações discursivas com seus mapas representativos inerentes a arqueologia foucaultiana.

### 4.1 Mapeamento dos Sujeitos Políticos

Foi realizado o mapeamento dos sujeitos políticos que foram retirados do arquivo de pesquisa, onde todos esses atores disputam o espaço e tentam gerar significado as suas lutas pelo futuro do Cais Mauá. A figura 14 a seguir apresenta os atores encontrados através dos discursos nos arquivos da pesquisa.

**Figura 14: Mapeamento dos Sujeitos Políticos**



**Fonte:** Elaboração do autor a partir do arquivo de pesquisa (2017).

Observando a figura 14, os sujeitos políticos emergem de uma série de demandas. Percebe-se que em torno do ponto nodal requalificação do Cais Mauá existe variadas posições de sujeitos identificadas por seus grupos: O governo estadual e a iniciativa privada fazem parte de um grupo que luta pela requalificação como está sendo proposta no projeto atual para preservação da memória e um “porto alegre”. Já os grupos: Cais Mauá de Todos, Ocupa Cais Mauá, POA resiste, IAB (Instituto dos Arquitetos do Brasil), EPL (Estudantes pela Liberdade), GADES (Gabinete de Desenvolvimento e Assuntos Especiais), Associação dos Moradores do Centro Histórico e a AGAPAN (Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural) se mostram insatisfeitos como o projeto está sendo executado.

## 4.2 Acessando os Discursos por meio da Arqueologia Foucaultiana

Essa seção demonstra os resultados da pesquisa através dos discursos inerentes ao poder público, a iniciativa privada e a sociedade civil organizada. Como parte da metodologia foucaultiana, primeiramente se identificou os enunciados, depois as funções e seus critérios, seguido das regras e seus critérios; e por fim as formações discursivas. A seguir os resultados e discussões são subdivididas em dois momentos: primeiramente se buscou a identificação dos elementos constitutivos (enunciados, funções e regras) dos discursos, e posteriormente as formações discursivas inerentes ao Cais Mauá.

### 4.2.1 Identificação dos Elementos Constitutivos

O primeiro grupo refere-se aos enunciados, onde foram identificados 48 enunciados identificados nos 147 itens que compõe o arquivo de pesquisa apresentado na seção metodológica. Os enunciados estão apresentados e descritos no quadro 07 a seguir baseados nos domínios. Os elementos foram definidos como proposições afirmativas.

**Quadro 07: Lista dos Enunciados**

| Nº | ENUNCIADOS                                                                                  | DESCRIÇÃO                                                                                                                         |
|----|---------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| E1 | A requalificação do cais mauá será um espaço nobre para a cultura, gastronomia e turismo.   | Alega que o espaço do Cais Mauá será destinado a atividades relacionadas ao interesse da população.                               |
| E2 | O projeto vem acompanhado com a preocupação de preservar a história, agregando modernidade. | Argumenta que a preocupação com a preservação do patrimônio histórico é uma prioridade, trazendo aspectos modernos para a cidade. |



|     |                                                                                                                                                          |                                                                                                                           |
|-----|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| E3  | A requalificação do Cais Mauá é meramente um plano de negócios.                                                                                          | Defende que o projeto se apresenta mais como um plano de negócios do que uma integração com a cidade.                     |
| E4  | A audiência pública foi um processo aberto para todos.                                                                                                   | Demonstra que em nenhuma fase do projeto a população foi consultada.                                                      |
| E5  | A requalificação do Cais Mauá garante privilégios a um certo grupo específico.                                                                           | Diz respeito ao fato de que a requalificação atende a um grupo elitizado, garantindo um espaço excludente.                |
| E6  | A requalificação do Cais Mauá irá causar um processo de gentrificação.                                                                                   | Pronuncia que o comércio ao redor do Cais não vai sobreviver diante de uma concorrência estabelecida no novo Cais.        |
| E7  | Existem irregularidades no projeto de requalificação do Cais Mauá.                                                                                       | Profere que o governo tem a incapacidade de planejamento das ações no projeto, causando irregularidades em todo processo. |
| E8  | Na obra de revitalização todo o investimento será privado, com gasto zero de dinheiro público.                                                           | Afirma que o dinheiro público não será destinado a esse fim, apenas investimento privado.                                 |
| E9  | O contexto por trás da requalificação é individualista visando o mercado.                                                                                | Enfatiza que o projeto de requalificação apenas beneficiará o mercado financeiro e de turismo.                            |
| E10 | Garantia de que as intervenções a serem feitas seguem rigorosamente a legislação ambiental, de mobilidade urbana e cumprem todos os requisitos técnicos. | Ressalta que as ações no Cais estão dentro da legalidade.                                                                 |
| E11 | O novo Cais é um projeto elitista.                                                                                                                       | Evoca que a requalificação do Cais irá elitizar o espaço público.                                                         |
| E12 | O poder público tem sido omissos em relação aos aspectos legais da requalificação.                                                                       | Destaca a imprudência da gestão pública na administração do espaço urbano.                                                |
| E13 | O processo está sendo executado com transparência.                                                                                                       | Atesta que as ações do consórcio empreendedor estão disponibilizadas para o domínio público.                              |
| E14 | A revitalização vai gerar aproximadamente mil empregos diretos e indiretos.                                                                              | Alega que entre os demais benefícios da requalificação, a geração de empregos é garantida.                                |
| E15 | Já existem estudos que mostram a viabilidade do projeto em relação a fluidez no trânsito e sustentabilidade econômica.                                   | Argumenta que o processo caminha dentro dos requisitos técnicos por meio de estudos, pesquisas e relatórios urbanos.      |
| E16 | O processo não contou com participação popular.                                                                                                          | Defende que a participação popular foi ignorada e o povo não teve voz durante as audiências.                              |
| E17 | O projeto deveria levar em consideração o hábito gaúcho.                                                                                                 | Demonstra que o modo de ser gaúcho não foi levado em consideração na projeção do novo Cais.                               |
| E18 | O projeto não obedece a lei complementar sobre o uso do Cais.                                                                                            | Diz respeito ao fato de que a lei complementar não está sendo atendida na requalificação do Cais Mauá.                    |
| E19 | A mobilidade urbana não foi considerada na requalificação do Cais Mauá.                                                                                  | Pronuncia que a requalificação ignora a mobilidade urbana, prejudicando ainda mais o fluxo na localidade.                 |
| E20 | Depois da revitalização Porto Alegre está na concorrência intercidades por conta da sua modernização no porto.                                           | Profere que a cidade de Porto Alegre segue rumo a modernização, destacando sua competitividade urbana.                    |
|     | A requalificação do Cais deveria levar em                                                                                                                | Afirma que o cotidiano da população não reflete o                                                                         |

|     |                                                                                                           |                                                                                                                                                                              |
|-----|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| E21 | consideração primeiramente a forma de viver do gaúcho.                                                    | projeto atual, ignorando os hábitos gaúchos.                                                                                                                                 |
| E22 | A requalificação prejudica ainda mais o sistema de trânsito da localidade.                                | Enfatiza que o novo Cais carrega ainda mais o tráfego de carros, prejudicando a região e sobrecarregando o trânsito local.                                                   |
| E23 | A revitalização no Cais mantém a memória e preserva a cidade.                                             | Garante que a memória gaúcha será preservada e mantida no novo Cais Mauá.                                                                                                    |
| E24 | Houve apresentação dos estudos sobre o restauro dos armazéns tombados pelo patrimônio histórico.          | Ressalta que os estudos técnicos foram realizados e apresentados a comunidade para fins de comprovação.                                                                      |
| E25 | O novo espaço irá atrair pessoas de todo o país pela sua grandiosidade e modernidade.                     | Evoca que o mercado de turismo se beneficiará pela modernização do local.                                                                                                    |
| E26 | O atual projeto exclui ao invés de incluir.                                                               | Denuncia que o projeto não inclui a população nas suas atividades, ao contrário disso, afasta ainda mais.                                                                    |
| E27 | O processo de licitação não foi democrático e transparente.                                               | Destaca que a democracia não foi exercida nas etapas do projeto perante a sociedade.                                                                                         |
| E28 | Apesar das transformações, a revitalização irá preservar as características históricas do seu patrimônio. | Atesta que mesmo após as transformações no Cais, algumas coisas serão mantidas, como é o caso dos armazéns tombados pelo patrimônio.                                         |
| E29 | O EVU foi aprovado pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental.                         | Alega que os requisitos ambientais foram cumpridos e aprovados nos seus respectivos órgãos.                                                                                  |
| E30 | O consórcio procura sempre se atualizar trazendo o que há de mais moderno no mundo para o Cais Mauá.      | Argumenta que o consórcio empreendedor executa pesquisas no que diz a modernização no Cais Mauá.                                                                             |
| E31 | A requalificação do Cais Mauá fere a história gaúcha.                                                     | Defende que o projeto atual ignora o modo de ser gaúcho nos seus hábitos diários.                                                                                            |
| E32 | A requalificação não representa o cotidiano dos gaúchos.                                                  | Diz respeito ao fato de que a tradição gaúcha não está representada no atual projeto de requalificação do Cais Mauá.                                                         |
| E33 | O projeto vai descaracterizar a cidade.                                                                   | Demonstra que o novo Cais Mauá é um projeto que descaracteriza a população da cidade.                                                                                        |
| E34 | Todo o entorno do Cais se beneficiará com a revitalização.                                                | Pronuncia que a comunidade, bem como o comércio que vive ao redor do Cais irá se valorizar com a requalificação.                                                             |
| E35 | O novo Cais não representa a identidade gaúcha.                                                           | Profere que a requalificação do Cais Mauá não tem nada que identifique a cultura gaúcha.                                                                                     |
| E36 | O novo Cais será um lugar vivo de lazer.                                                                  | Afirma que o Cais voltará a ser um espaço vivo e de lazer, integrando o centro ao rio guaíba.                                                                                |
| E37 | Após a revitalização o pequeno comércio ao redor do Cais não vai sobreviver.                              | Enfatiza que os grandes empreendimentos projetados na requalificação vão gerar uma concorrência grande no pequeno comércio ao redor do Cais, causando a exclusão dos mesmos. |
|     | Porto Alegre ganha de presente um Multiespaço Urbano, garantindo proteção ao                              | Garante que o novo Cais será um espaço aberto para todos, com acessibilidade e proteção do patrimônio                                                                        |

|     |                                                                                                                              |                                                                                                                                                          |
|-----|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| E38 | meio ambiente.                                                                                                               | histórico e ambiental.                                                                                                                                   |
| E39 | O processo é predatório.                                                                                                     | Ressalta que o projeto não é aceito por parte da população e se caracteriza como um processo ilegal e devastador.                                        |
| E40 | A identidade gaúcha será preservada.                                                                                         | Evoca que o novo Cais terá a cara do povo gaúcho.                                                                                                        |
| E41 | O projeto não se preocupa com os aspectos sociais, ambientais e culturais.                                                   | Denuncia que a requalificação no Cais Mauá não leva em consideração os pilares do desenvolvimento sustentável.                                           |
| E42 | O consórcio faz parceria com universidades para acompanhar os passos da requalificação.                                      | Destaca que o consórcio empreendedor tem realizado esforços de tornar o processo participativo e transparente, fazendo parcerias com entidades públicas. |
| E43 | O consórcio disponibiliza em seu site informações sobre o projeto, o relatório EIA-RIMA e respostas as dúvidas da população. | Atesta que o processo é público e acessível em constante conversa com a sociedade.                                                                       |
| E44 | A requalificação não resolve os principais problemas do Cais.                                                                | Alega que os principais problemas do Cais não serão resolvidos.                                                                                          |
| E45 | O projeto pretende privatizar o Cais.                                                                                        | Defende que após a requalificação, o espaço será utilizado por um grupo elitizado, causando assim, uma privatização do espaço público.                   |
| E46 | Após a revitalização o problema das cheias será resolvido.                                                                   | Diz respeito a um dos maiores problemas do Cais, onde o mesmo não foi resolvido no projeto vigente que é a questão das cheias na cidade.                 |
| E47 | O interesse público não foi levado em consideração no projeto atual.                                                         | Defende que a opinião pública foi descartada na elaboração do projeto.                                                                                   |
| E48 | O plano diretor da cidade não está sendo cumprido.                                                                           | Pronuncia que as leis urbanas foram ignoradas na elaboração do projeto de requalificação do Cais.                                                        |

**Fonte:** Elaboração do autor (2017).

O segundo grupo de elementos são as funções enunciativas por meio dos seus critérios (referencial, sujeito, campo e materialidade). Dos 48 enunciados foram identificadas sete funções através de suas relações conforme quadro 08 a seguir. Como as características das funções servem como uma “ação” dos enunciados, foi denominado as mesmas por frases com verbo no infinito. A descrição serve para explicar as peculiaridades de cada função identificada.

**Quadro 08: Lista de Funções e Critérios**

| F1 | Demonstrar que a revitalização do Cais Mauá significa modernização. |                    |               |                        | DESCRIÇÃO                                                                                                                         |
|----|---------------------------------------------------------------------|--------------------|---------------|------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|    | Referencial                                                         | Sujeito            | Campo         | Materialidade          | Exerce a função de enfatizar que todas as modificações do Cais são na intenção de trazer a modernização a cidade de Porto Alegre. |
|    | Espaço Público                                                      | Iniciativa Privada | Mercadológico | Empresariamento Urbano |                                                                                                                                   |

|    |                                                                                                              |                    |                |                        |                                                                                                                                                                         |
|----|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------|----------------|------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| F2 | Defender que mesmo após as modificações o patrimônio será preservado.                                        |                    |                |                        | Executa a função de garantir que a historicidade local será algo preservado na requalificação do Cais Mauá.                                                             |
|    | <b>Referencial</b>                                                                                           | <b>Sujeito</b>     | <b>Campo</b>   | <b>Materialidade</b>   |                                                                                                                                                                         |
|    | Espaço Público                                                                                               | Gestor Público     | Mercadológico  | Preservação do Espaço  |                                                                                                                                                                         |
| F3 | Apontar que o novo Cais será um espaço de vivência social.                                                   |                    |                |                        | Cumprir a função de apresentar um novo Cais por meio de convivência social e lazer.                                                                                     |
|    | <b>Referencial</b>                                                                                           | <b>Sujeito</b>     | <b>Campo</b>   | <b>Materialidade</b>   |                                                                                                                                                                         |
|    | Espaço Público                                                                                               | Iniciativa Privada | Mercadológico  | Sociabilidade          |                                                                                                                                                                         |
| F4 | Evidenciar que todo o processo é transparente, acessível e segue o rigor técnico.                            |                    |                |                        | Encarrega-se da função de aprovar a transparência, a acessibilidade das informações e a técnica em relação a requalificação.                                            |
|    | <b>Referencial</b>                                                                                           | <b>Sujeito</b>     | <b>Campo</b>   | <b>Materialidade</b>   |                                                                                                                                                                         |
|    | Espaço Público                                                                                               | Gestor Público     | Mercadológico  | Estudos                |                                                                                                                                                                         |
| F5 | Enfatizar que a requalificação do Cais Mauá é um projeto elitista e irá causar um processo de gentrificação. |                    |                |                        | Exerce a função de evidenciar que após a revitalização a orla do Guaíba será um espaço de elite devido as atividades disponibilizadas no local, causando gentrificação. |
|    | <b>Referencial</b>                                                                                           | <b>Sujeito</b>     | <b>Campo</b>   | <b>Materialidade</b>   |                                                                                                                                                                         |
|    | Uso do Espaço                                                                                                | Resistência        | Privado        | Empresariamento Urbano |                                                                                                                                                                         |
| F6 | Questionar que os hábitos e a história gaúcha não foram levados em consideração na requalificação.           |                    |                |                        | Cumprir a função de denunciar que o atual projeto não representa a tradição e o jeito de ser gaúcho.                                                                    |
|    | <b>Referencial</b>                                                                                           | <b>Sujeito</b>     | <b>Campo</b>   | <b>Materialidade</b>   |                                                                                                                                                                         |
|    | Tradição Local                                                                                               | Resistência        | Cultural       | Cotidiano              |                                                                                                                                                                         |
| F7 | Denunciar a imprudência do poder público e da iniciativa privada em relação a requalificação do Cais Mauá.   |                    |                |                        | Executa a função de apontar a irresponsabilidade do governo juntamente com o consórcio na direção do projeto.                                                           |
|    | <b>Referencial</b>                                                                                           | <b>Sujeito</b>     | <b>Campo</b>   | <b>Materialidade</b>   |                                                                                                                                                                         |
|    | Governança                                                                                                   | Resistência        | Gestão Pública | Segregação             |                                                                                                                                                                         |

**Fonte:** Elaboração do autor (2017).

Como pode ser observado, existem quatro funções (F1, F2, F3 e F4) que se mostram favoráveis a requalificação e as três restantes (F5, F6 e F7) se apresentam como antagônicas, demonstrando a insatisfação dos movimentos de resistência. No que diz respeito aos critérios, eles foram importantes para individualizar as características de cada função e servem para compreender como se deu a formação de cada uma, por exemplo, a função (F1) que discute modernização tem como referente o espaço público, o sujeito foi a iniciativa privada, o campo é mercadológico e a materialidade é o próprio empresariamento urbano.

Foi a partir desses critérios que foi possível chegar nessa função. Percebe-se que alguns termos se repetem, denotando o poder de significado nos estabelecimentos das funções e ao mesmo tempo tornando-as particular. Dessa forma, foi possível visualizar as relações entre essas funções e seus critérios. No quadro 09 a seguir, é apresentando as relações e assim pode-se observar quantas vezes um mesmo critério aparece nas demais funções. Os termos que mais se repetem são: espaço público, resistência e mercadológico.

**Quadro 09: Relações entre Funções e seus Critérios**

| Nº | Referencial    |               |                |            | Sujeito            |                |             | Campo         |         |          |                | Materialidade          |                       |               |         |           |            |
|----|----------------|---------------|----------------|------------|--------------------|----------------|-------------|---------------|---------|----------|----------------|------------------------|-----------------------|---------------|---------|-----------|------------|
|    | Espaço Público | Uso do Espaço | Tradição Local | Governança | Iniciativa Privada | Gestor Público | Resistência | Mercadológico | Privado | Cultural | Gestão Pública | Empresariamento Urbano | Preservação do Espaço | Sociabilidade | Estudos | Cotidiano | Segregação |
| F1 |                |               |                |            |                    |                |             |               |         |          |                |                        |                       |               |         |           |            |
| F2 |                |               |                |            |                    |                |             |               |         |          |                |                        |                       |               |         |           |            |
| F3 |                |               |                |            |                    |                |             |               |         |          |                |                        |                       |               |         |           |            |
| F4 |                |               |                |            |                    |                |             |               |         |          |                |                        |                       |               |         |           |            |
| F5 |                |               |                |            |                    |                |             |               |         |          |                |                        |                       |               |         |           |            |
| F6 |                |               |                |            |                    |                |             |               |         |          |                |                        |                       |               |         |           |            |
| F7 |                |               |                |            |                    |                |             |               |         |          |                |                        |                       |               |         |           |            |

**Fonte:** Elaboração do autor (2017).

O terceiro grupo de elementos são as regras por meio dos seus critérios (objeto, modalidade, conceito e estratégia). Das sete funções foram identificadas cinco regras de formação conforme quadro 10 a seguir. Igualmente as funções, as regras também foram acompanhadas de uma breve descrição a fim de particularizar cada regra.

**Quadro 10: Lista de Regras e Critérios**

|    | Reintegração Moderna    |                            |                     |              | DESCRIÇÃO                                                                                                        |
|----|-------------------------|----------------------------|---------------------|--------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|    | Objeto                  | Modalidade                 | Conceito            | Estratégia   |                                                                                                                  |
| R1 | Produção do Espaço      | Empreendedor               | Globalização        | Persuasão    | Indica que a requalificação do Cais é um projeto moderno que reintegra o centro com o restante da cidade.        |
| R2 | Democracia e Legalidade |                            |                     |              | Diz respeito ao fato de que a gestão tem empenhado esforços para garantir uma administração eficaz.              |
|    | Objeto                  | Modalidade                 | Conceito            | Estratégia   |                                                                                                                  |
|    | Produção do Espaço      | Governo                    | Gestão Transparente | Conveniência |                                                                                                                  |
| R3 | Exclusão Social         |                            |                     |              | Reforça a ideia de que a requalificação não representa os anseios da sociedade, excluindo mais do que incluindo. |
|    | Objeto                  | Modalidade                 | Conceito            | Estratégia   |                                                                                                                  |
|    | Produção do Espaço      | Sociedade Civil Organizada | Gentrificação       | Contestação  |                                                                                                                  |
| R4 | Gestão Arbitrária       |                            |                     |              | Acusa a omissão do governo e do consórcio em vários aspectos, abrindo a                                          |
|    | Objeto                  | Modalidade                 | Conceito            | Estratégia   |                                                                                                                  |
|    | Produção do             | Sociedade                  | Gentrificação       | Contestação  |                                                                                                                  |

|    |                  |                            |                 |                   |                                                                                                                 |
|----|------------------|----------------------------|-----------------|-------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|    | Espaço           | Civil Organizada           |                 |                   | possibilidade da produção de um espaço segregador.                                                              |
| R5 | Aspecto Cultural |                            |                 |                   | Denuncia que o projeto vigente não tem espaço para a preservação da cultura local, ignorando a tradição gaúcha. |
|    | <b>Objeto</b>    | <b>Modalidade</b>          | <b>Conceito</b> | <b>Estratégia</b> |                                                                                                                 |
|    | Hábito Gaúcho    | Sociedade Civil Organizada | Cultura         | Preservação       |                                                                                                                 |

**Fonte:** Elaboração do autor (2017).

Como pode ser observado, existem duas regras (R1 e R2) que se mostram favoráveis a requalificação e as três restantes (R3, R4 e R5) se apresentam como antagônicas, demonstrando a insatisfação dos movimentos de resistência. No que diz respeito aos critérios, eles foram importantes para individualizar as características de cada regra e servem para compreender como se deu a formação de cada uma, por exemplo, a regra (R1) que apresenta uma reintegração moderna tem como objeto a produção do espaço, a modalidade foi o empreendedor, o conceito é a globalização e a estratégia foi a de persuasão. O quadro 11 a seguir apresenta a relação desses critérios com cada regra identificada.

**Quadro 11: Relações entre Regras e seus Critérios**

| Nº | Objeto             |               | Modalidade   |         |                       | Conceito     |                     |               |         | Estratégia |              |             |             |
|----|--------------------|---------------|--------------|---------|-----------------------|--------------|---------------------|---------------|---------|------------|--------------|-------------|-------------|
|    | Produção do Espaço | Hábito Gaúcho | Empreendedor | Governo | Soc. Civil Organizada | Globalização | Gestão Transparente | Gentrificação | Cultura | Persuasão  | Conveniência | Contestação | Preservação |
| R1 |                    |               |              |         |                       |              |                     |               |         |            |              |             |             |
| R2 |                    |               |              |         |                       |              |                     |               |         |            |              |             |             |
| R3 |                    |               |              |         |                       |              |                     |               |         |            |              |             |             |
| R4 |                    |               |              |         |                       |              |                     |               |         |            |              |             |             |
| R5 |                    |               |              |         |                       |              |                     |               |         |            |              |             |             |

**Fonte:** Elaboração do autor (2017).

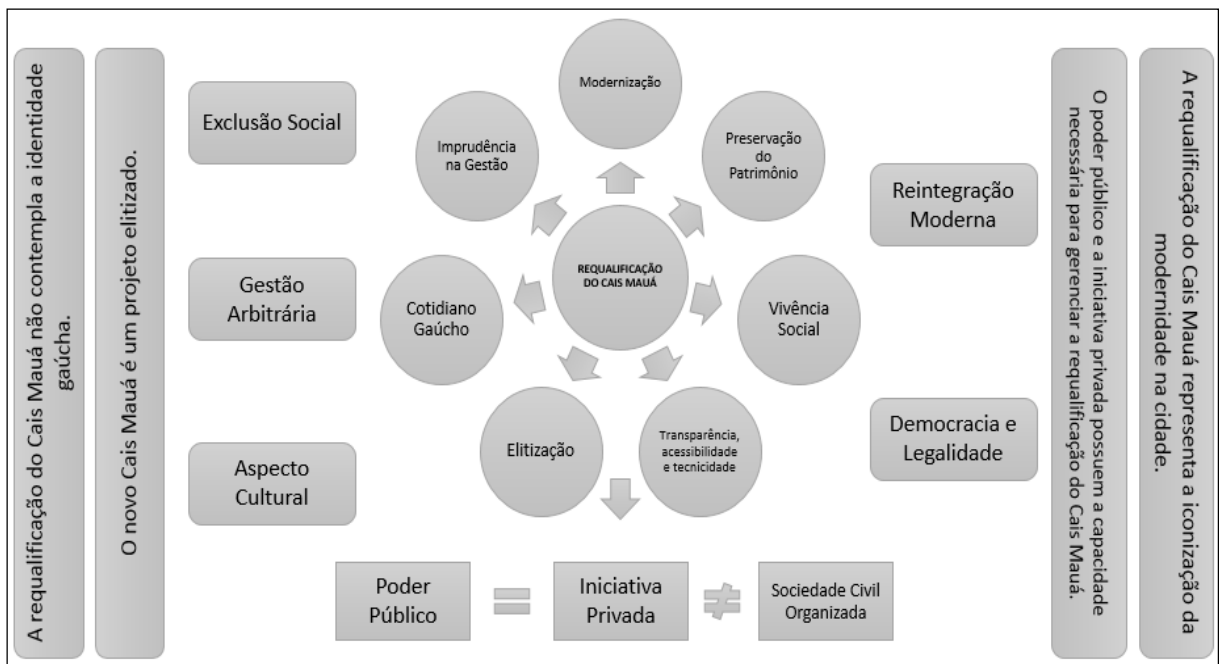
Percebe-se que alguns termos se repetem, denotando o poder de significado nos estabelecimentos das regras e ao mesmo tempo tornando-as particular. Dessa forma, foi possível visualizar as relações entre essas regras e seus critérios. Pode-se observar quantas vezes um mesmo critério aparece nas demais funções. Os termos que mais se repetem são: produção do espaço, sociedade civil organizada, gentrificação e contestação. Após a

identificação dos enunciados, funções, regras e seus critérios, foi possível chegar nas formações discursivas inerentes a requalificação do Cais Mauá.

## 4.2.2 Finalmente as Formações: O Cais Mauá entre Discursos

Após identificar os enunciados, funções e regras foi possível chegar as formações discursivas inerentes a requalificação do Cais Mauá. Foram identificadas quatro formações e elas dizem respeito ao resultado dos feixes de relações entre os elementos constitutivos. O resultado das formações discursivas (FD) estão identificadas na figura 15 a seguir.

**Figura 15: Arqueologia da Requalificação no Cais Mauá**



**Fonte:** Elaboração do autor (2017).

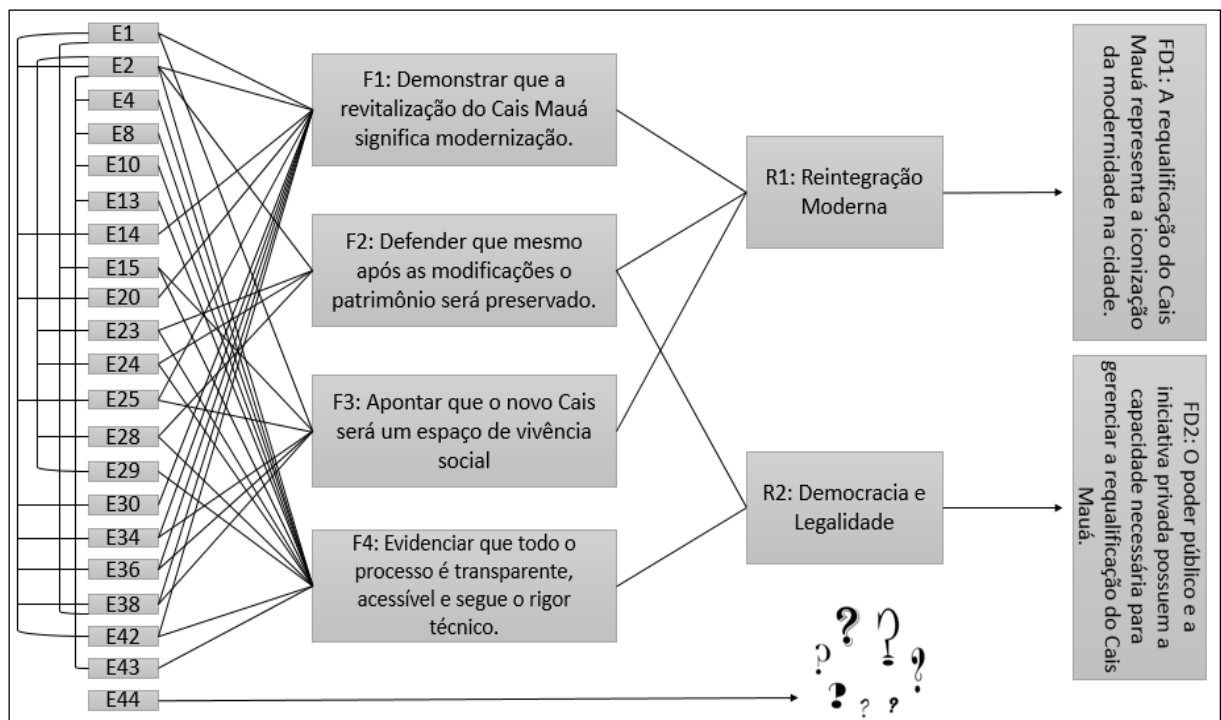
Como se observa na figura, as formações discursivas identificadas são: FD1) A requalificação do Cais Mauá representa a iconização da modernidade na cidade; FD2) O poder público e a iniciativa privada possuem a capacidade necessária para gerenciar a requalificação do Cais Mauá; FD3) A requalificação do Cais Mauá não contempla a identidade gaúcha; FD4) O novo Cais Mauá é um projeto elitizado.

As discussões foram realizadas baseadas nos feixes de relações por meio das quatro formações identificadas. Também foi inserido trechos do arquivo que evidencia as relações encontradas nos feixes: formação discursiva, regra, função e enunciado, isso significa que

minimamente os trechos empíricos indicam essa relação: E – F – R – FD, bem como as interpretações sobre as mesmas a luz da teoria do discurso de Laclau e Mouffe. Também foi percebido que alguns enunciados podiam se relacionar com mais de uma função, retirando uma relação de um para um, pois isso demonstra a força de sustentação desses enunciados. Isso também aconteceu com as funções e regras.

Didaticamente o mapa de relações foi dividido em dois, primeiramente o mapa das duas primeiras formações e posteriormente o mapa das outras formações pelo seu caráter antagônico. Isso só foi possível porque as formações se apresentam como antagônicas, caso contrário não seria possível essa separação devido as relações entre os enunciados. A figura 16 apresenta o mapa das formações FD1 e FD2, bem como as relações que se deram até chegar no discurso final.

**Figura 16: Mapa de Relações das Formações FD1 e FD2**



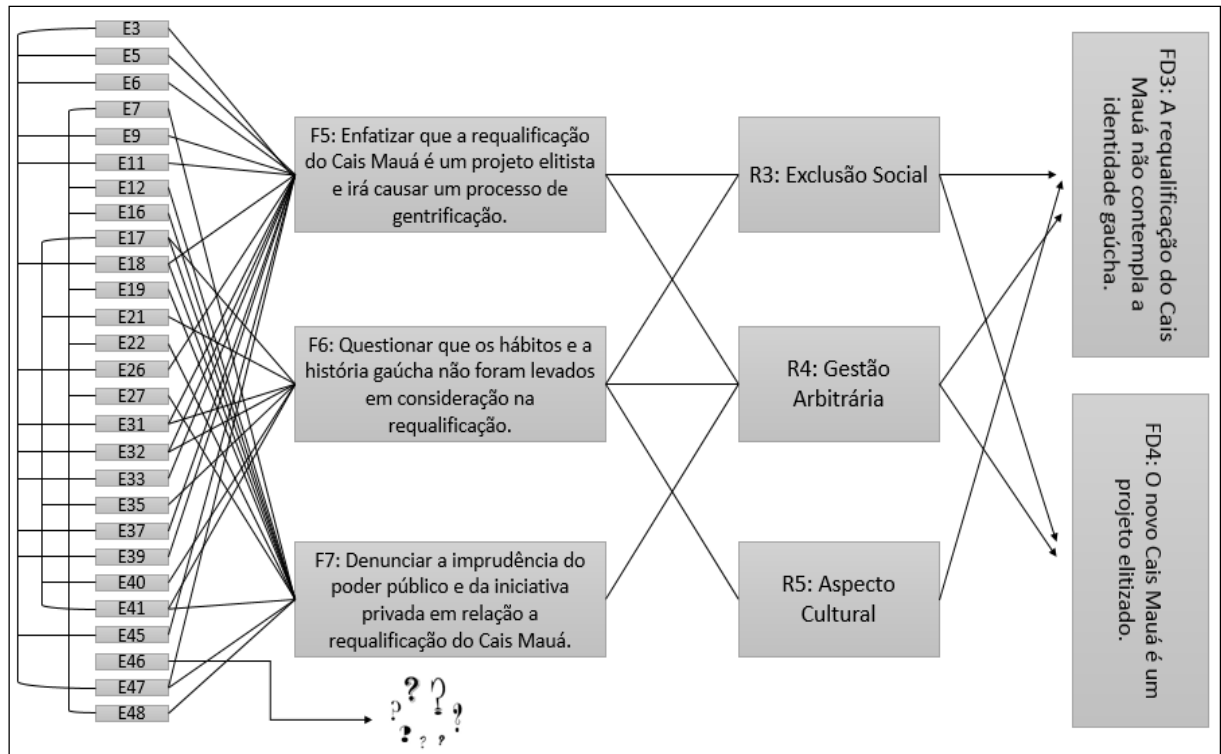
**Fonte:** Elaboração do autor (2017).

O capítulo de discussão dos mapas está apresentando no próximo pelas formações identificadas, entretanto, algo chama atenção para o enunciado *a requalificação não resolve os principais problemas do Cais* (E44), pois esse como demonstrado apresenta várias interrogações, devido sua incapacidade de relações com as funções. Isso acontece porque ele fica orbitando no campo discursivo em busca de significados, denotando inclusive, as discontinuidades do discurso. Nesse caso, ele não possui força diante das demandas na



requalificação, e isso é intrigante, pois um dos fatos que se deveria levar em consideração na requalificação seria os principais problemas do cais, entretanto, esse discurso não se sustenta. A seguir é apresentando a figura 17 que demonstra algo semelhante nas formações FD3 e FD4.

**Figura 17: Mapa de Relações das Formações FD3 e FD4**



**Fonte:** Elaboração do autor (2017).

O enunciado *após a revitalização o problema das cheias será resolvido* (E46), também apresenta várias interrogações e acontece o mesmo que o anterior. Nesse caso, ele também não possui força diante das demandas na requalificação, e isso é problemático, pois historicamente o centro histórico de Porto Alegre é conhecido por seus problemas das cheias, entretanto, essa questão não tem sido dada tanta atenção que deveria.

Portanto, como pode ser observado, os resultados das formações discursivas indicam duas posições antagônicas: uma a favor (com duas formações discursivas) e outra contrária (com também duas formações discursiva) ao projeto de requalificação do Cais, ou seja, a posição hegemônica (poder público e iniciativa privada) se apresenta como uma única cadeia articulada se opondo a sociedade civil organizada.

É interessante perceber como se formou os discursos inerentes ao Cais Mauá, a fim de problematizar quais os saberes pautavam esses argumentos. Com o auxílio do software Nvivo foi possível gerar uma imagem com as palavras que mais se repetiam no discurso institucional

(poder público e iniciativa privada) e as palavras que mais se repetiam no discurso dos movimentos de resistências (Figuras 18 e 19).

Figura 18: Discurso Institucional



Fonte: Nvivo (2016).

Figura 19: Discurso da Resistência



Fonte: Nvivo (2016).

As palavras denotam o que foi discutido nas formações discursivas inerentes a postura hegemônica sobre o Cais Mauá. O discurso de modernização, geração de empregos, reintegração, desenvolvimento, concorrência, globalização, legalidade, grandiosidade e progresso sempre estava orbitando nos argumentos dessa postura. Já falando em poder na forma de resistência, como percebe-se o discurso se pauta em elitização do espaço, plano de negócios, exclusão social, mercado e tradição gaúcha, como foi discutido nas formações discursivas inerentes a postura contra hegemônica.

Por fim, diante do exposto é possível estabelecer a hipótese inicial do trabalho após a identificação das formações discursivas. Dessa maneira, acredita-se então, que: **H (a) = os conflitos que envolvem o Cais Mauá se dão para reintegrar à cidade.** Como já apresentado, a hipótese inicial ainda é muito frágil, onde a mesma será trabalhada nos quatro ciclos retrodutivos apresentados e discutidos no capítulo seguinte.

Para dar uma sustentação para a hipótese, foi lançado também as seguintes premissas:

- a) O novo Cais Mauá carrega consigo significados por meio da busca do progresso e do desenvolvimento da cidade de Porto Alegre no paradigma do planejamento urbano moderno;
- b) O poder público juntamente com a iniciativa privada tem atuado de forma responsável na requalificação do Cais Mauá;
- c) A resistência gaúcha é explicada pela identidade local;
- d) A requalificação não é consenso para a realidade local;
- e) O poder público não consegue atender

as demandas dos movimentos de resistência; f) O projeto de requalificação atende uma lógica de mercado e não considera aspectos culturais. Essas premissas serão discutidas nos ciclos retroativos abordando as lógicas, que circulam as premissas propostas.

## 5 Estruturas Discursivas que Movimentam os Diálogos: Ciclos Retrodutivos, Lógicas e Articulação

---

Esse capítulo é parte do método da retrodução, onde nesse momento é necessário apresentar os ciclos retrodutivos a fim de melhorar a hipótese do trabalho por meio das lógicas e da articulação dos discursos identificados. As duas primeiras formações discursivas fazem parte do discurso hegemônico e as outras duas do discurso contra hegemônico, dessa forma, essa seção é apresentada por meio das formações discursivas identificadas na etapa foucaultiana, ou seja, os sub-tópicos representam as formações discutidas e analisadas, significando cada ciclo retrodutivo. Por exemplo, a primeira formação discursiva será o primeiro ciclo e ao final teremos quatro ciclos retrodutivos, pois tivemos também quatro formações. Ao término de cada ciclo será apresentado a hipótese de trabalho melhorada depois das análises como foi apresentado no método da retrodução.

Optou-se por apresentar alguns trechos do arquivo de pesquisa para exemplificar o conteúdo os quais estão identificados ao longo do trabalho em relação às formações discursivas identificadas. Nos trechos citados, os números identificados representam a codificação do processo de significação das categorias analíticas apresentadas na metodologia.

### 5.1 Primeiro Ciclo Retrodutivo: Ícone de Modernidade

*FD1: A Requalificação do Cais Mauá representa a Iconização da Modernidade na Cidade*

Durante as análises foram identificadas duas **cadeias de equivalências** com poder de articulação na postura hegemônica que seria o poder público e a própria iniciativa privada, que fundamentam a sustentação dessa formação discursiva. Elas se articulam de tal modo que formam uma cadeia individual. O discurso dessa cadeia defende uma requalificação por uma cidade mais humanizada, mais orgânica e integrada com seu centro.

No que diz respeito aos **momentos** e as **articulações**, observa-se que eles procuram criar **pontos nodais** com os significados ligados a acessibilidade, convivência, reintegração e

consumo cultural. O **elemento** nesse caso são as empresas que fazem parte do consórcio que se articulam para formar os momentos que são as ações na tentativa de convencimento da sociedade.

Essa formação está ancorada a um ideal de modernização, favorecendo o mercado de turismo do estado de Porto Alegre. A requalificação está servindo como principal vetor para alcançar o objetivo de colocar a região na concorrência intercidades. O mapa de relações apresenta os feixes e demonstra como se deu essas relações até chegar na formação discursiva.

A regra *reintegração moderna* (R1) se relaciona com a questão da modernização do espaço através de uma estratégia de persuasão e sofre incidência das funções (F1, F2 e F3), pois a reintegração engloba tanto questões de preservação, como questões legais por meio de modificações consideradas “modernas” pelo discurso. Entretanto essa regra está mais ligada a função *demonstrar que a revitalização do Cais Mauá significa modernização* (F1) e sobre ela é importante destacar que várias vezes esse significado está presente no discurso institucional.

A questão da infraestrutura é condição necessária para a ideia da modernidade nas premissas do estado moderno, dessa forma, o Estado que tem o poder de promover essas mudanças acredita que a modernidade se dá através dessas infraestruturas, entretanto, questiona-se a premissa da “modernização a qualquer custo”. Para Harvey (2005), Lefebvre (2008), Gehl (2013) e tantos outros teóricos que discutem a cidade, esse espaço é considerado como um organismo vivo, eles buscam uma modernidade levando em consideração o equilíbrio entre a relevância dos elementos naturais com os elementos urbanos, dessa forma, é preciso que exista uma integração do moderno se relacionando com o tradicional de forma harmônica, ou seja, não se abandona o passado, se integra.

Mas como aliar o tradicional com o moderno? Percebe-se uma posição contrária a outra, mas qual seria uma terceira alternativa? A problemática se apresenta como uma lógica dualista, onde um aniquila o outro, ou seja, esse pressuposto é falso, pois abandona um evento em substituição de outro. Atualmente tem como vincular essa questão e se pensar numa terceira alternativa, entretanto o problema é estrutural da nossa sociedade, se apresentando como um desafio para arquitetos, urbanistas e gestores públicos, pois esses saberes não foram educados a pensar dessa maneira holística por meio da manutenção da historicidade local aliado ao moderno.

Essa função sobre modernização (F1) se relaciona com 10 dos 21 enunciados da postura hegemônica, denotando seu poder de permanência no discurso. Por exemplo, *a revitalização do Cais Mauá será um espaço nobre para a cultura, gastronomia e turismo*

(E1), o novo espaço irá atrair pessoas de todo o país pela sua grandiosidade e modernidade (E25), o novo Cais será um lugar vivo de lazer (E36) e dentre outros que fortalecem esse discurso conforme apresenta os trechos do arquivo a seguir, bem como a campanha publicitária (Figura 20).

*José Fortunati parabenizou a união de esforços dos governos municipal e estadual para viabilizar projetos que colocam a Capital dos gaúchos em outro patamar de desenvolvimento. Fortunati ponderou que a revitalização do Cais Mauá somasse às iniciativas da prefeitura de qualificação do Centro Histórico, elevando o patamar de desenvolvimento econômico e do turismo da cidade. "A cidade de Porto Alegre vai entrar para a história. Estamos operando uma transformação fantástica na cidade, um espaço nobre para a cultura, gastronomia e turismo" (...) tornando o Cais um ponto de referência para o Brasil e o Mundo. (Nome da Matéria: Área do Cais Mauá é entregue aos responsáveis pela revitalização. Fonte: Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Publicado em 23/11/2011).*

*Vem aí o mais esperado projeto de Porto Alegre, que vai devolver à capital gaúcha dois de seus maiores patrimônios: o Cais Mauá e o Guaíba. Com a revitalização do antigo porto, você ganha um novo espaço para passear, se divertir, trabalhar, descansar, viver! A cidade recebe um projeto para se orgulhar, celebrar sua história e sua natureza. E o pôr-do-sol mais bonito do mundo, como brincam os porto-alegrenses, vai ter um lugar à altura para ser apreciado. (Nome da Matéria: Conheça o projeto que vai revitalizar e devolver para o Porto Alegre um dos seus maiores patrimônios históricos: o Cais Mauá. Fonte: <http://vivacaismaua.com.br>. Publicado em 23/11/2015).*

**Figura 20: Anúncio do Consórcio Responsável pela Requalificação**



**Fonte:** Disponível a acesso público pelo sítio eletrônico da agência de publicidade Cais Mauá Brasil < <http://vivacaismaua.com.br>>. Acesso em: 21 dez. 2016.

Nesse caso, a hegemonia é quando determinado discurso é preenchido temporariamente, ou seja, ele é contingente e precário nas palavras de Laclau e Mouffe (2015). Mas como manter esse discurso hegemônico e de que forma ele se desarticula? Como pode ser observado os trechos do arquivo exemplifica o discurso hegemônico sobre a requalificação a partir de posicionamentos “saudáveis” e “positivos” para a população. Por enquanto, a proposta quando orbitava no campo das ideias era aceitável por parte da sociedade, entretanto, qual seria o custo e como esse projeto estava pautado?

As cadeias de equivalências se articulavam e tinham a necessidade inicial de convidar a sociedade para participação no projeto com o intuito de ter apoio, mas logo em seguida, o custo seria a construção de empreendimentos para atração turística ou nos termos, uma cidade-mercadoria (HARVEY, 2005). As inferências que podem ser percebidas entendem que os significados ligados a convivência, reintegração, consumo cultural e melhorias na cidade fazem parte de um discurso baseado em atividades lucrativas e empreendedoras.

Existe um embate no campo das ideias em uma realidade complexa e o olhar desses especialistas (arquitetos, urbanistas, gestores públicos) muitas vezes são fragmentados, faltando o geral. Isso tem uma explicação, pois na sociedade moderna os saberes foram sendo fragmentados, ou seja, a realidade está sendo criticada por olhares que não abarca o todo. Essa subdivisão é fruto de um pressuposto da modernidade que é a especialização, um problema típico da modernidade: a fragmentação dos saberes e a falta de uma retórica unificada.

Outra função que corrobora com essa formação é *defender que mesmo após as modificações o patrimônio será preservado* (F2) e *apontar que o novo Cais será um espaço de vivência social* (F3), onde a F2 se relaciona com cinco enunciados e a F3 com seis enunciados na postura hegemônica. Essa relação se apresenta como um pouco mais fraca em comparação com a primeira que foi a F1, mas mesmo assim, esse micro discurso foi encontrado nessa cadeia.

Para essa formação, o novo Cais será um porto mais alegre, com espaços destinados a todos os gostos, carregando consigo benefícios para a população gaúcha, gerando significados de consumo naquele lugar por meio de um campo mercadológico. Essa modernidade tem sido alvo de críticas pelo seu caráter de triunfo da racionalização em detrimento da subjetivação e problematizando a ideia de progresso/verdade propagada pela modernidade.

Para Touraine (1993) a saída não é abandonar a modernidade e sim superar essa crise por meio do renascimento do sujeito, onde ele é tanto o indivíduo, quanto o ator nos movimentos sociais (STRECK, 2013). Harvey (2005) também discute esse tipo de modernização na produção do espaço quando uma atividade é mostrada como espetáculo para

os que estão excluídos a ela, se relacionando com o termo empresariamento urbano discutido anteriormente.

É uma cidade vendida como produto, cidade-mercadoria que seria o planejar e organizar a cidade, visando atender a diversos mercados, entre eles, o financeiro e o turístico (HARVEY, 2005; LEFEBVRE, 2008). Nesse caso, a cidadania integral de forma totalizante aos habitantes é reivindicada todo o tempo como forma de expressar um direito aos cidadãos, fazendo emergir a humanização como uma necessidade do direito à liberdade. Esses direitos se configuram como o direito de uso, ou seja, o direito à cidade se sobrepondo ao de troca e da mercadoria e o lazer comercializado, industrializado, organizado institucionalmente, destrói essa a naturalidade da cidade, indo de forma contrária ao Direito à Cidade (LEFEBVRE, 2008).

No que diz respeito às lógicas que constituem essa formação discursiva, é possível identificar que a requalificação do Cais Mauá se apresenta como uma ação que tem o objetivo de promover o desenvolvimento econômico, social e cultural na cidade através das atividades ali instauradas. O discurso social dessa formação privilegia elementos como os significados ligados a uma integração da cidade com seu rio Guaíba, subordinando o uso daquele espaço a representações de vivência social e preservação da historicidade local.

Os sentidos associados ao social remetem a espaço nobre, grandiosidade, atualização, concorrência intercidades e multiespaço, atendendo a uma lógica de mercado, bem como uma eficiência econômica do espaço por meio de uma produção capitalista (HARVEY, 2005), direcionando as ações da requalificação sem levar em consideração muitas vezes, a lei que discute as regras de uso do Cais Mauá (lei complementar Nº 638, de 4 de março de 2010). Nesse caso, a formação discursiva em análise discute uma **lógica social** por meio do convívio social, que seria a liga que nos une enquanto comunidade, entretanto, percebe-se que o que existe na região do Cais Mauá é a apropriação do espaço através do capital em nome da sociedade, crítica apoiada por Harvey (2005) nas suas discussões sobre a produção de um espaço capitalista.

Os conflitos que formam esse discurso se pautam em um ideal de cidade por uma percepção empreendedora pautado numa **lógica política** através da disputa entre o arcaico e o moderno, onde o desafio é unir essas concepções, mas como já observamos isso é um desafio e um problema de formação estrutural da nossa sociedade. A consequência desse embate é a descaracterização da cidade a fim de transformá-la em um não-lugar. Os feixes de relações dessa formação discursiva denotam articulações políticas e sujeitos ativos na discussão do espaço urbano, trazendo a discussão das parcerias público-privada, onde o bem-estar social



deveria ser o principal objetivo. Essa postura determinista do urbanismo “moderno” é repudiada na visão de Lefebvre (2008), onde para o autor, os problemas sociais não são meramente reduzidos a questões espaciais e nem aos cálculos de um arquiteto.

O novo Cais Mauá nasceu de várias discussões sobre a utilização do espaço, ele foi concebido inicialmente para gerar vida naquela localidade, entretanto a modernidade propagada nesse discurso vem acompanhada com várias modificações, causando conflitos sociais e gerando vários significados para aquele espaço. O projeto na sua execução, tem sido colocado em cheque, pois o que seria considerado moderno para alguns, não é para outros. Dessa forma, surgem os antagonismos, onde a presença do “outro” previne que eu seja totalmente eu (LACLAU E MOUFFE, 2015).

Como foi observado nessa formação discursiva, a lógica de mercado e do capital são presentes nesse contexto. A **lógica fantasmática** através da ideologia presente no discurso sobre o Cais Mauá se pauta em um significado de “progresso” como eixo principal e alguns eixos secundários como os “benefícios” para a sociedade por meio da utilização eficiente daquele espaço, além de um ideal de “globalização” que colocar a cidade em um nível alto de desenvolvimento. No entanto, questiona-se como esses significados conseguem dialogar com os anseios sociais. A seguir é apresentado um quadro com o resumo das lógicas do discurso inerente a essa formação discursiva (Quadro 12).

**Quadro 12: Lógicas da Primeira Formação Discursiva**

| FD1: A Requalificação do Cais Mauá representa a Iconização da Modernidade na Cidade |                                     |
|-------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------|
| LÓGICAS DO DISCURSO                                                                 | SIGNIFICADOS                        |
| Social                                                                              | Convívio social                     |
| Política                                                                            | Disputa entre o arcaico e o moderno |
| Fantasmática                                                                        | Progresso e globalização            |

**Fonte:** Elaboração do autor (2017).

Diante do exposto, sugere-se uma nova interpretação da hipótese de uma forma melhorada: **H (b) = os conflitos que envolvem o Cais Mauá se dão para reintegrar à cidade com seu centro, tornando o lugar mais atrativo.** Os discursos aqui apresentados demonstram a busca por significação pautada no conceito discutido por Harvey (2005) sobre empresariamento urbano e cidade-mercadoria. Essa nova interpretação não explica de forma definitiva o fenômeno, pois os ciclos retrodutivos continuam na próxima formação discursiva.

## 5.2 Segundo Ciclo Retrodutivo: Parceria Público-Privada

*FD2: O Poder Público e a Iniciativa Privada possuem a Capacidade  
Necessária para Gerenciar a Requalificação do Cais Mauá*

Essa formação está ancorada a uma promoção positiva da iniciativa privada e do poder público, demonstrando o compromisso do consórcio na execução das obras no Cais, um discurso articulado com o poder público. O governo apoia esse discurso com ações que demonstram positivamente a reputação do consórcio empreendedor, com um discurso de respeito a cultura local, a preservação do patrimônio e uma democracia participativa, seguindo questões técnicas dentro da legalidade. Dessa forma, ela é sustentada por uma regra, duas funções e dezesseis enunciados.

A regra *democracia e legalidade* (R2) sofre incidências das funções F2 e F4, justamente pelo seu caráter que engloba a preservação do patrimônio, a transparência de todo o processo e os rigores legal. Ao contrário da primeira formação, o discurso dessa segunda é mais enfático na questão da historicidade local e o rigor técnico da requalificação, mesmo tendo relação com a questão da reintegração moderna, denotando que a gestão tem sido eficiente na execução das obras.

Em relação a função *defender que mesmo após as modificações o patrimônio será preservado* (F2) foi observado que esse discurso todo o tempo estava sendo significado e enfatizado. Quando a população começou a questionar sobre o destino da área tombada pelo patrimônio histórico, o poder público se mobilizou nas mídias sociais para defender esse significado ligado a “continuidade da historicidade local” (uma vez que Porto Alegre teria se originado do Porto Cais Mauá), ou seja, essa função se materializou na preservação do espaço como indica trechos do arquivo a seguir.

*Nesta sexta-feira, 30, esteve em Porto Alegre o arquiteto catalão Fermín Vázquez, que, juntamente com o arquiteto Jaime Lerner, é responsável pelo projeto do Cais Mauá. Ele apresentou ao grupo, que integra representantes da prefeitura e do Porto Cais Mauá, os estudos sobre o restauro dos armazéns tombados pelo patrimônio histórico. Na ocasião, Vázquez mostrou como vem sendo pensado o projeto, sempre com a preocupação de preservar a história, agregando modernidade. (Nome da Matéria: Arquiteto catalão apresenta estudos de restauro do Cais Mauá. Fonte: Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Publicado em 30/08/2013).*

Após inúmeras discussões sobre o uso de um espaço que é público, essa questão da preservação do patrimônio histórico foi bastante discutida entre a população gaúcha. Nesse sentido, o poder público procurou fazer estudos e apresentar propostas alternativas ao projeto inicial para manter a identidade do porto. Além de que, o discurso muitas vezes enfatizava que se tivesse destruição de alguma área importante, a prefeitura iria exigir do empreendedor ações de compensar essas áreas com outras atividades na intenção de recuperar a parte histórica da região. Aqui fica uma reflexão do que seria moderno e preservação da identidade local.

No que diz respeito a função *evidenciar que todo o processo é transparente, acessível e segue o rigor técnico* (F4) percebe-se que ela foi sendo propagada inicialmente de forma tímida, mas posteriormente, o poder público realizou ações públicas na intenção de convidar a sociedade para o debate sobre o uso do Cais, inclusive na elaboração da lei complementar nº 638, de 4 de março de 2010 (anexo A) que estabelece regras para a utilização da área do Cais Mauá e dá outras providências. Trechos do arquivo de pesquisa evidenciam ações que transmite como o projeto está atuando no campo jurídico por meio da elaboração de relatórios que demonstram rigor legal no processo.

*Mais de 500 pessoas participaram na noite de sexta-feira, 18, da audiência pública que apresentou o Estudo de Impacto Ambiental (EIA-Rima) do projeto de revitalização do Cais Mauá. A reunião, aberta ao público, ocorreu na sede do Grêmio Náutico União (rua Quintino Bocaiúva, 500). A Audiência Pública faz parte do processo legal para a aprovação do estudo e expor as informações do estudo, dirimir dúvidas e recolher contribuições. A audiência contou com intérpretes em libras (língua de sinais) para tornar o processo acessível a mais pessoas. (Nome da Matéria: Audiência Pública debate projeto Cais Mauá. Fonte: Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Publicado em 19/09/2015).*

Percebe-se que uma quantidade de matérias tentava articular um significado de compromisso do consórcio a fim de conquistar a confiança da sociedade desde a licitação até a execução das outras. O processo licitatório carregou consigo debate na sociedade uma vez que foi de concorrência única, então dessa forma, as ações do consórcio se pautavam na promoção da sua imagem expandindo que os rigores legais estavam sendo cumpridos em todas as etapas do projeto. Trechos do arquivo evidenciam esse discurso.

*O presidente da NSG, Luiz Eduardo Abreu anunciou a entrega do EVU e disse que foi um trabalho árduo, tanto o EIA-RIMA quanto o EVU. “Sempre procuramos atender a todas as exigências da prefeitura. Temos a satisfação de cumprir todas as etapas e é muito gratificante chegar ao final do ano com estas etapas cumpridas.*

*“O que nos dá segurança de fazer com que o trabalho evolua de forma tranquila é a certeza de que, tecnicamente e juridicamente, estamos progredindo sempre de forma correta, como deve ser”, finalizou parabenizando a direção da Cais Mauá do Brasil pelo trabalho. (Nome da Matéria: Cais Mauá encerra ano com EIA-RIMA aceito e EVU entregue na Prefeitura. Fonte: <http://vivacaismaua.com.br>. Publicado em 23/12/2015).*

A emissão de relatórios (EIA-RIMA; EVU) e intervenções políticas serviam como apoio para justificar o contexto da revitalização e se apresentam como **momentos** na TD. Como evidenciado no arquivo o consórcio se preocupa em manter uma imagem responsável diante das críticas levantadas durante o processo de execução das obras. Essa questão é sustentada pelo enunciado *garantia de que as intervenções a serem feitas seguem rigorosamente a legislação ambiental, de mobilidade urbana e cumprem todos os requisitos técnicos* (E10).

Essa “preocupação” com a imagem e com os rigores legais se confirma com os possíveis diálogos com a sociedade se materializando com a reafirmação da sua responsabilidade e compromisso através de ações no Cais para conseguir credibilidade junto a população, denotando uma suposta competência para gerenciar as obras e transparência como evidenciado na regra que discute a democracia. Isso se confirma também no enunciado *o consórcio faz parceria com universidades para acompanhar os passos da revitalização* (E42). Conforme evidenciado no trecho a seguir.

*A Cais Mauá do Brasil e a UniRitter firmaram um convênio exclusivo para que alunos da universidade realizem um trabalho inédito de documentação fotográfica de todos os passos do projeto de revitalização e obras do Cais Mauá. Assinado em janeiro deste ano, o acordo garante a estudantes de Arquitetura, Design, Jornalismo e Publicidade e Propaganda o acesso ao local uma vez por semana e sob supervisão de um professor para registrar os detalhes da restauração. (Nome da Matéria: UniRitter documenta obras de revitalização do Cais Mauá. Fonte: <http://vivacaismaua.com.br>. Publicado em 26/05/2014).*

Essa formação discursiva indica como a requalificação é um processo democrático e está sendo executada por profissionais comprometidos em fazer o melhor para a cidade de Porto Alegre, mas há contradições. Vale salientar que o Estado (investimento público) surge como um **elemento** muito bem articulado dentro da **cadeia de equivalência** quando é enfatizado que o mesmo terá “gasto zero” na execução da requalificação e na publicação de relatórios que isenta o consórcio de qualquer suposta irregularidade. Verifica-se então um aliado com bastante poder que compartilha significados comuns que os torna discursivamente com laços fortes e com interesses individuais particulares.

Dois fatos interessantes acontecem durante o processo na polêmica da requalificação. Depois de alguns questionamentos da sociedade civil por meio dos seus representantes, os ciclistas exigem providências em relação às suas demandas e a promessa de melhorias contra as enchentes que é um problema recorrente na região, ainda na tentativa de demonstrar os benefícios sociais para a população em torno da região.

*Para contemplar os ciclistas, a Prefeitura exigiu do empreendedor a construção de 8,7 quilômetros de ciclovias - sendo 1,2 quilômetros na avenida Mauá. O investimento em ciclovias será de R\$ 120 milhões na restauração do conjunto de 11 armazéns tombados pelo município, e deverá ainda construir as novas sedes da Superintendência de Portos e Hidrovias (SPH) e o quartel-general dos Bombeiros, que atualmente ocupam áreas do cais. (Nome da Matéria: Cais Mauá protocola contrapartidas de R\$ 36 mi na Prefeitura. Fonte: Jornal Já - Porto Alegre. Publicado em 24/04/2015).*

*Depois que o Guaíba atingiu seu maior volume em 74 anos, no sábado, e a água chegou até o asfalto da avenida Mauá – obrigando a Prefeitura a colocar sacos de areia para contenção da cheia nas comportas do muro, que foram fechadas – o consórcio que pretende revitalizar o Cais Mauá anunciou que tomará medidas para melhorar o sistema de proteção da cidade na área. (Nome da Matéria: Consórcio propõe melhorias contra enchentes no Cais Mauá. Fonte: Jornal JÁ. Publicado em 19/10/2015).*

É relevante mencionar que em algumas situações o Estado exige do empreendedor ações quando é pressionado pela população no que diz respeito ao direito à cidade, ou seja, a posição dele se configura no campo de conflito entre o consórcio e as demandas da sociedade. O que parecia uma **cadeia de equivalência** muito bem articulada parece existir agora uma **cadeia de diferença** de acordo com Laclau e Mouffe (2015) que desarticula o **discurso hegemônico**. Percebe-se também um **deslocamento** no que diz respeito ao primeiro significado de modernização, onde as questões em torno de um significado de gestão eficiente se fortificam nesse momento de estratégia entre o poder público e a iniciativa privada.

Lefebvre (2008) quando discute sobre o direito à cidade, argumenta que esse direito é muito mais que a liberdade individual e sim uma liberdade coletiva e de fazer a cidade por meio da reinvenção da vida social. A crítica gira em torno de um modelo de circulação através de uma lógica de mercado hegemônica e na atuação do Estado sobre a utilização do espaço, nesse caso, a propriedade privada e o lucro superam as noções mais básicas do direito.

Por falar em Estado e iniciativa privada, aqui vale algumas reflexões sobre o modo de gerenciar um espaço de uso público nas parcerias público-privadas (PPPs). O poder público de maneira alguma pode deixar de atender os anseios sociais em detrimento de interesses próprios, pois isso é uma contradição das condições existenciais na gestão pública. Entretanto,

gerir os conflitos não se mostra uma tarefa fácil, pois cada grupo vai dispor de demandas próprias e muitas vezes individualizadas, sem levar em consideração o interesse público coletivo. A questão se pauta em refletir se aquele projeto de requalificação funciona naquela realidade e não se ele é considerado bom ou ruim, pois pelo indicado no projeto, ele se apresenta como interessante, entretanto, ele pode não se adequar aquele contexto.

Nessa parceria entre governo e iniciativa privada, onde um executa e o outro fiscaliza, o desafio é grande, pois a crítica nesse tipo de projeto se dá no favorecimento do capital privado, comprometendo a essência do serviço público, assim muitas vezes representa a privatização desses serviços públicos, beneficiando apenas um tipo de interesse por um Estado que é (ou deveria ser) em sua essência social. Portanto, o governo nunca esteve distante do mercado. Fica a reflexão.

Outro questionamento se pauta em perceber que a cidade não é vista por ninguém como um todo, assim ela fica repleta de incoerências, devidos as várias demandas inerentes aquele lugar. Nesse caso, existe o entendimento de que o estado quando assume diversas funções não existe uma gestão eficiente, pois fica algo complexo para se autocriticar. Não é bom que o Estado faça tudo, o que existe é uma crítica liberal ao modelo estatal.

Dessa maneira, a **lógica social**, nesse caso, se pauta nas reflexões de uma democracia participativa nessas parcerias entre o Estado e a sociedade, aumentando o poder de participação social. A **lógica política** seria justamente o modo como essa democracia é alcançada por meio das articulações e lutas em busca de maiores participações populares nas decisões sobre determinado assunto público. Ou seja, a lógica política se pauta nessa relação de contestação e na interferência do mercado no governo, problematizando as funções desse executor (iniciativa privada) e desse fiscalizador (poder público). A **lógica fantasmática** se pauta em uma ideologia que demonstra uma gestão eficiente na condução do projeto através da parceria entre o público e o privado. A seguir é apresentado um quadro com o resumo das lógicas inerente a essa formação discursiva (Quadro 13).

**Quadro 13: Lógicas da Segunda Formação Discursiva**

| FD2: O Poder Público e a Iniciativa Privada possuem a Capacidade Necessária para Gerenciar a Requalificação do Cais Mauá |                                                   |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------|
| LÓGICAS DO DISCURSO                                                                                                      | SIGNIFICADOS                                      |
| Social                                                                                                                   | Democracia participativa                          |
| Política                                                                                                                 | Contestação e interferência do mercado no governo |
| Fantasmática                                                                                                             | Gestão eficiente                                  |

**Fonte:** Elaboração do autor (2017).

De forma retrodutiva, sugere-se uma nova interpretação da última hipótese de uma forma ainda mais melhorada: **H (c) = os conflitos que envolvem o Cais Mauá se dão para reintegrar à cidade com seu centro, tornando o lugar mais atrativo, através de uma gestão eficiente.** Como anteriormente, essa nova interpretação não explica de forma definitiva o fenômeno, pois os ciclos retrodutivos continuam na próxima formação discursiva.

### 5.3 Terceiro Ciclo Retrodutivo: Identidade Gaúcha

*FD3: A Requalificação do Cais Mauá não Contempla a Identidade Gaúcha*

Essa formação está ancorada no argumento pelos movimentos de resistência que o projeto de requalificação do Cais Mauá contradiz a identidade gaúcha, ou seja, de acordo com eles, o gaúcho não poder ser gaúcho nesse tipo de modificação no Cais. A contra-hegemonia é representada pelo discurso antagônico, demonstrando seus conflitos e R[existência], no sentido de resistir e existir como discurso, além da busca pela hegemonia e o resgate da memória cultural no Cais.

Durante as análises foram identificadas oito cadeias de equivalências que fazem parte da postura contra hegemônica: 1) Cais Mauá de Todos; 2) Ocupa Cais Mauá; 3) Coletivo “A cidade que queremos”; 4) IAB; 5) EPL; 6) GADES; 7) intelectuais; 8) AGAPAN. Todos esses grupos são contra o projeto atual e lutam por outra possibilidade de requalificação. Essas cadeias fixam significados que representa a formação discursiva identificada.

Alguns mais articulados e outros com menos força na cadeia de significação. A lógica de equivalência entre esses grupos consiste na defesa de maior transparência, participação e democracia, se posicionando contra qualquer obra no local que tente elitizar o espaço público e que modifique o cotidiano na população (tradição gaúcha) que frequenta o centro histórico.

Isso se configura como o jeito gaúcho de resistir, que possui suas peculiaridades quando comparados com outros tipos de projetos que pretendem modificar uma área pública. Essa questão particulariza o cidadão gaúcho, tornando a problemática ainda mais intrigante (Figura 21).

Figura 21: Resistência Gaúcha



Fonte: Organizado pelo autor (2017).

Essa formação discursiva é sustentada por três regras (R3, R4 e R5), três funções (F5, F6 e F7) e 26 enunciados. Entretanto, seu poder de significado se dá mais fortemente com os discursos ligados ao aspecto cultural (R5) do ser gaúcho. Pelo seu caráter englobado, essa formação se relaciona com todas as funções, pois representa exclusão social e uma gestão arbitrária. No que diz respeito a regra *aspecto cultural* (R5) que é a regra com um significado mais forte para essa formação, ela sofre incidência da função F6 que tem relação com sete enunciados.

Em relação a função *questionar que os hábitos e a história gaúcha não foram levados em consideração na requalificação* (F6) foi percebido que esse discurso está na maioria das falas dos entrevistados, demonstrando o descontentamento dessa obra que pretende gerar vida no centro histórico da cidade, mas que não carrega atividades lúdicas e que exclui a identidade gaúcha. Por esse motivo, não foi percebido algum **deslocamento** no discurso da resistência para esse momento. Trechos das entrevistas evidenciam esse discurso.



*(...) é um projeto que descaracteriza a cidade, Porto Alegre tem o nome de Porto Alegre atribuído a esse Porto Cais Mauá né, o cartão postal da cidade, o mais famoso deles é onde aparece o Cais, aparece todo o porto, parte do centro, aparece a cúpula da catedral, aparece a cúpula da igreja das dores, a chaminé da usina no canto, então é uma paisagem que de fato retrata a cidade, imagina como ficará essa imagem depois dessa requalificação? Não é essa imagem que reflete o nosso dia-a-dia, o jeito de ser gaúcho. A cidade nunca mais vai ser a mesma, essa fotografia não vai mais existir, rasquem! (Entrevistado 06).*

*(...) a forma como está estruturado os armazéns têm toda uma simbologia que faz parte do dia-a-dia da forma de viver do gaúcho né, existem inúmeros cartões postais da cidade, então tem até uma simulação na rede mostrando quão horrível ficaria um shopping ali né, sem o mínimo de cuidado com as enchentes, por exemplo, assim tu tens inúmeros problemas né, além das torres e o estacionamento então é isso, acabando com a história de Porto Alegre que nasceu ali (Entrevistado 05).*

Percebe-se que as falas dos entrevistados orbitam no campo discursivo na tentativa de gerar um significado para a população de Porto Alegre. O gaúcho parece se preocupar bastante com sua identidade e por isso resiste dessa forma. Entretanto, se o projeto de requalificação no porto contradiz com a identidade gaúcha, qual seria um projeto alternativo que retratasse esse tipo de demanda? Como o gaúcho precisa ser significado nesse espaço público? Como os hábitos gaúchos não se sustentam no projeto atual? E como o antigo Cais representa o gaúcho que não é resgatado no novo Cais? Nesse caso, a identidade é do lugar. Mais uma vez fica a reflexão.

Outra demanda dos movimentos de resistência se pauta em refletir o que retrata o enunciado *o projeto não se preocupa com os aspectos sociais, ambientais e culturais* (E41), sustentado pela F6 e R5. Esse tipo de discurso é propagado enfatizando, inclusive de uma gestão arbitrária como evidenciado na regra, pois essa preocupação com a identidade deveria ser levada em consideração de forma relevante nas modificações do Cais Mauá. A seguir, trechos das entrevistas demonstram esse discurso.

*Para ser um projeto ideal teria que primeiramente levar em conta a população, respeitar os aspectos ambientais, aspectos culturais e os aspectos sociais, ou seja, quem é que frequenta a orla? Como é o hábito do gaúcho, qual o costume? Cinema, livrarias, teatros... ali tem um espaço muito grande para a arte em Porto Alegre, então grupos pequenos conseguem sobreviver porque sempre tem alguma coisa cultural acontecendo em nossa cidade (Entrevistado 04).*

*(...) então o Cais Mauá poderia ser isso, mas da forma como ele foi concebido, ele é basicamente um projeto de construção de shoppings, de construção de grandes espaços de garagens, enfim de estacionamento e de grandes espaços de uso*

*comercial né, sem nenhuma preocupação especial com a natureza social, cultural, ambiental e histórica daquele espaço (Entrevistado 07).*

Os **elementos**, nesse caso, são as entidades que fazem parte dos movimentos contrários a requalificação e eles procuram fazer momentos para desarticular a postura hegemônica por meio das **cadeias de equivalências**. Os **momentos** se apresentam como as ações para dificultar o andamento das obras, exigindo mais participação social e dentre outras coisas. Aliás, falando em democracia, essa questão foi pouco vista pelo discurso da resistência como evidenciado no trecho da entrevista a seguir, observando também as articulações dos movimentos para se chegar a uma nova hegemonia.

*(...) a própria empresa organizou toda a audiência que definiu um local num clube super chique, cheio de tramites inacessíveis a população mais carente, e foi apresentado com um vocabulário super rebuscado. Então em resistência os movimentos chamaram outra audiência pública, ou seja, a sociedade iria ser lesada. Se formou uma frente parlamentar, juntou vereadores, com deputados, então essa foi uma ação importante (Entrevistado 04).*

*Não houve a participação popular em nenhuma etapa, embora eles afirmem ter havido uma audiência pública à época da mudança da lei para permitir as concessões à empresa. Mesmo a audiência pública ocorrida agora em setembro, obrigatória na apresentação do EIA-RIMA, foi realizada em outro bairro, que não no centro, e que é reconhecido pelos porto-alegrenses como um bairro de elite, num clube também de classe média alta, com "direito" a pulseirinha de identificação (Entrevistado 02).*

É perceptível a luta pelo **significante vazio** a partir de **articulações** e as variadas **posições do sujeito**. Laclau menciona que o sujeito resiste e se articula nos procedimentos que compõem as relações sociais, e dentro desse movimento articula-se e transforma-se, criando novas formas de ver o mundo (SANTOS & MELLO, 2014). A questão da identidade gaúcha surge como um argumento que sistematiza os **pontos nodais** inseridos no discurso.

Nesse momento vale uma ressalva para o conceito de identidade. Essa que na TD é apontada como uma **identidade política** e que não está fixa no sujeito, ou seja, ela é passageira e contingente. Quando se discute algo no sentido político, significa problematizar sobre a coletividade, então a questão da identidade é, sobretudo, pensar na relação eu/outro na teoria social e política.

Nesse caso, é resgatada a importância da cultura na formação da concepção de si e do grupo de identificação, concentrando no papel da política de identidades coletivas. Portanto,

as identidades são construções contingentes com as funções e posições de sujeitos disponibilizados pelos discursos produzidos historicamente (HOWARTH, 2013).

O ângulo apontado por Laclau e Mouffe discute a noção política da identidade para incluir todas as formas de luta coletiva, através da política de classe trabalhadora e lutas (LACLAU E MOUFFE, 2015). Isso permite inferir que a formação das identidades coletivas se dá por meio de um projeto hegemônico através das articulações e antagonismos sociais inerentes a ele.

Na teorização da identidade, a corrente pós-estruturalista busca problematizar a perspectiva essencialista e anti-histórica, argumentando diferentes posições teóricas através do caráter identitário e na contingência da realidade social. Em outras palavras, têm se buscado desconstruir o conceito fechado de “verdade” e pluralizar as tradições, os discursos e as comunidades que inúmeras vezes são concebidas como algo fixo e homogêneo, rechaçando a abordagem de uma "essência humana" universal.

De acordo com Howarth (2013) essa identidade deve ser diferenciada do conceito de “função” ou “papel”. A função seria definida por normas estruturadas pelas instituições e organizações da sociedade, como por exemplo, ser um pai, ser um vizinho, ser professor ou fazer parte de um grupo coletivo. Em contrapartida, as identidades servem como fontes de significado, e só existe se os atores sociais internalizarem o seu significado.

Teóricos do discurso da vertente pós-estruturalista como Michel Foucault, Ernesto Laclau e Chantal Mouffe fornecem um ponto de partida importante para repensar os conceitos de identidade política: as identidades são relacionadas, por um lado, às diferentes posições de sujeito inseridos no discurso, e por outro lado, as identidades adquirem o seu significado por ser constituído e definido contra outras identidades, ou seja, contra outros grupos de pensamento coletivo.

Portanto, a identidade cultural é associada ao ser gaúcho, mas na pós-modernidade a identidade política transcende esse ser gaúcho, ou seja, não é porque aquele lugar é gaúcho que os outros não podem se apropriar, justamente pelo caráter contingente da identidade. Na verdade, o que existe é um discurso dessa inapropriação, se tornando uma condição irracional.

No que diz respeito às lógicas do discurso inerente a identidade, as inferências se pautam em refletir sobre uma **lógica social** que remete ao enaltecimento do dia-a-dia social gaúcho, pois a questão social seria justamente a forma de convívio que um gaúcho possa ser representado perante outro, diferenciando-o de qualquer outra pessoa por meio dos seus hábitos e costumes.

A **lógica política** é por meio da própria resistência, ou seja, o jeito gaúcho de resistir se apresenta como algo interessante que particulariza essa população. E a ideologia (**lógica fantasmática**) se pauta em um ideal de continuidade e preservação da historicidade a fim de resgatar a sua identidade naquele projeto de requalificação no Cais Mauá. A seguir também é apresentado um quadro com o resumo das lógicas do discurso inerente a essa formação discursiva (Quadro 14).

**Quadro 14: Lógicas da Terceira Formação Discursiva**

| FD3: A Requalificação do Cais Mauá não Contempla a Identidade Gaúcha |                                       |
|----------------------------------------------------------------------|---------------------------------------|
| LÓGICAS DO DISCURSO                                                  | SIGNIFICADOS                          |
| Social                                                               | Enaltecimento do hábito social gaúcho |
| Política                                                             | O jeito gaúcho de resistir            |
| Fantasmática                                                         | Continuidade e preservação            |

**Fonte:** Elaboração do autor (2017).

Diante desse ciclo retrodutivo, sugere-se uma nova interpretação da última hipótese de uma forma ainda mais melhorada: **H (d) = os conflitos que envolvem o Cais Mauá se dão para reintegrar à cidade com seu centro, tornando o lugar mais atrativo, através de uma gestão eficiente. Entretanto, essa reintegração se contradiz com a identidade gaúcha.** Também como anteriormente, essa nova interpretação não explica o fenômeno, pois os ciclos retrodutivos continuam na próxima formação discursiva.

## 5.4 Quarto Ciclo Retrodutivo: Elitização do Espaço

*FD4: O Novo Cais Mauá é um Projeto Elitizado*

Essa formação discursiva se pauta em uma discussão sobre a utilização do espaço em favorecimento do capital, ou seja, os movimentos de resistência exaltam um discurso enfatizando que o atual projeto de requalificação do Cais Mauá é um projeto elitizado, que beneficia um certo grupo específico. Dessa forma, ela é sustentada por duas regras, três funções e 26 enunciados. Para ilustrar essa questão foi interessante construir a argumentação baseada em um binarismo do popular *versus* a elite, ou o rico *versus* o pobre.

A regra *exclusão social* (R3) sofre incidência das funções F5 e F6, pois discute a questão da elitização do espaço e consequentemente, a segregação social; e o modo como os hábitos gaúchos não foram levados em consideração na requalificação (algo discutido na formação anterior). É interessante notar que alguns aspectos estão presentes em ambas formações, demonstrando o poder de relações entre os feixes de enunciados, funções e regras, como é o caso aqui apresentado.

Em relação a função *ênfatizar que a requalificação do Cais Mauá é um projeto elitista e irá causar um processo de gentrificação* (F5) foi observado que esse discurso tem um peso muito forte e todo o tempo estava sendo significado e debatido pela resistência. As mídias sociais foram um canal importante para propagar esse micro discurso, além de que nas entrevistas, todos os participantes iniciavam suas falas demonstrando a insatisfação de requalificar uma área e trazer exclusão por meio de elitização. Trechos das entrevistas indicam esse discurso a seguir.

*(...) o poder público garante privilégios para um certo grupo entendeu? Quando a gente vê um projeto dessa dimensão e tanta dedicação do poder público para esse projeto em específico, a gente questiona: é isso mesmo que a cidade precisa? É colocar a cidade num mero plano de negócios, existe uma demanda por mega investimentos na cidade num circuito mundial (Entrevistado 04).*

*(...) apesar de não ter, uma catraca, uma cobrança para entrar, mas a forma como ele está estruturado acaba restringindo o tipo de pessoas que vão compartilhar esse espaço que é do povo (Entrevistado 05).*

*Isto é aceito como “requalificação do Cais”? Ou requalificação prevê somente a elitização do público que terá acesso aquele ambiente, exigindo apropriação privada do espaço? (Entrevistado 03).*

Como pode ser observado, as falas indicam a revolta diante desse projeto de requalificação. Os argumentos eram os mesmos: elitização, segregação e gentrificação, cada um com seu ponto de vista. Os grupos se mostravam favoráveis a uma requalificação, mas que não fosse da forma como estava sendo gerenciada. Eles têm consciência que o Cais precisa ser reativado, mas com atividades culturais e lúdicas, onde a população não se sinta excluída e sim incluída em todo o processo. Outra questão muito observada nos discursos foi sobre a sobrevivência do comércio próximo ao Cais, no centro histórico.

*(...), mas competindo inclusive com atividades que estão instaladas no centro e que hoje já enfrentam muitas dificuldades de viabilização (Entrevistado 02).*

*(...) bem a nossa hotelaria do centro histórico na melhor das hipóteses ela consegue 50% de ocupação nos grandes eventos, aí tu colocas um edifício de hotel com 80*

*metros de altura na frente do pôr do sol, então uma concorrência desleal e massacradora, muito injusta e pior, numa área pública. Tu pega uma área pública e entrega de mãos beijadas para um particular pra fazer uma concorrência que é desleal (Entrevistado 06).*

*(...) o que sobra pra gente no miolo do centro? Comercio rebaixado, pastelaria, farmácia, é o que sobra, então o centro que já é sucateado, vai ficar ainda mais deixando sem perspectiva aquele que não conseguiu migrar pra lá (Entrevistado 01).*

Parece que existem várias demandas em busca de significados nessa requalificação do Cais Mauá, entretanto, a crítica que se faz é como aliar as demandas, fazendo com que a sociedade seja a única beneficiada? Muitas das vezes os discursos se polarizavam em uma lógica de um contra o outro, onde a sociedade ficava nesse embate, muitas vezes sem ser ouvida. Quando questionados sobre os possíveis benefícios que esse projeto vai trazer a população as respostas foram:

*Se tem benefícios? Sim, um pequeno benefício e uma extrema exclusão, então questiona-se: benefício mesmo? Se tivesse somente esse projeto, não tem nenhuma outra alternativa, ah não então tá, é melhor o uso do que o desuso, mas não é o caso (Entrevistado 05).*

*O único benefício seria o reencontro da população com seu rio e com a beleza do lugar. Mas até isso pode ser questionável, já que se tem dúvidas quanto ao livre acesso ao Cais Mauá (Entrevistado 02).*

*O hotel de luxo, o estacionamento para milhares de veículos e o shopping não trará benefícios para a população da cidade. Já temos disso tudo, em excesso, inclusive (Entrevistado 03).*

A outra regra que sustenta essa formação é *gestão arbitrária* (R4), onde o discurso dos movimentos de resistência, enfatizavam como o gerenciamento na requalificação estava sendo omissa em vários aspectos. Essa regra é sustentada pelas funções F5, F6 e F7, entretanto seu maior poder de relação se pauta na função *denunciar a imprudência do poder público e da iniciativa privada em relação a requalificação do Cais Mauá* (F7) e sobre ela foi realizado as devidas inferências a seguir.

Os **momentos** e as **articulações** na contra hegemonia procuram criar **pontos nodais** com significados de resistência e lutam pela hegemonia com a intenção de mostrar ações que desarticule o discurso hegemônico, pautados em dois grandes pontos: I) Tentativas de desarticulação no apontamento das irregularidades do consórcio; e II) Indícios de propostas alternativas para uma nova requalificação.

## I. Tentativas de desarticulação no apontamento das irregularidades do consórcio

*Cerca de 50 ativistas participaram, no fim da tarde deste sábado, de um abraço simbólico ao Cais Mauá para reforçar as críticas que vem sendo feitas ao projeto de revitalização da área, que prevê a construção de prédios comerciais, shopping e hotel na beira do Rio Guaíba. (Nome da Matéria: Abraço ao Cais Mauá reúne 50 pessoas no centro de Porto Alegre. Fonte: Jornal JÁ. Publicado em 07/05/2016).*

Os conceitos de elitização e empresariamento estão sempre circulando nas estruturas discursivas dos sujeitos envolvidos na contra hegemonia. Na obra de Laclau, o sujeito resiste e interage nos processos que constituem as relações sociais, e dentro desse movimento articula-se e transforma-se, criando novas formas de ver o mundo (LACLAU & MOUFFE, 2015). Laclau menciona que o sujeito resiste e se articula nos procedimentos que compõem as relações sociais, e dentro desse movimento articula-se e transforma-se, criando novas formas de ver o mundo (SANTOS & MELLO, 2014).

A análise do discurso dos que estão a favor do projeto atual de requalificação se apresenta como um articular em favor do sentido de que a requalificação é relevante para o progresso da cidade. Como está sendo observado, esse discurso disputa espaço com aqueles que são contra o projeto da maneira que está sendo imposta, sem levar em consideração o “sentir” da cidade (LEFEBVRE, 2008; HARVEY, 2005). Nesse sentido, esses diálogos são como práticas articulatórias que pretendem fixar sentidos em torno do Cais. A seguir os trechos das entrevistas apresentam a tentativa de desarticulação do discurso hegemônico no apontamento das irregularidades na gestão da requalificação.

*(...) existem vários inquéritos no Ministério Público Estadual, relato de irregularidades por parte do tribunal de Contas do Estado e até mesmo uma investigação da Polícia Federal sobre uma das empresas do consórcio e o plano diretor da cidade não está sendo levado em consideração (Entrevistado 02).*

*Enfim, esse projeto é muito medíocre, do ponto de vista inclusive de um empreendimento. Ele é muito mal concebido porque ele não resolve o conjunto das variáveis necessárias sequer para o empreendimento proposto, como que tu propõe construir torres para uso comercial em lugares que alagam né, alguém vai ter um escritório que ele vai ter que chegar eventualmente de barco? Como será isso? Isso não foi pensado (Entrevistado 07).*

*Também tem essa questão, a partir do momento que tu cria um enorme estacionamento, tu cria um polo gerador de tráfego, bom alí tem a avenida mauá que é altamente congestionada, então tu vai incentivar que mais pessoas frequentem o espaço agredindo ainda mais o trânsito que não comporta um aumento do fluxo de carros prejudicando a mobilidade e todo o sistema de trânsito (Entrevistado 05).*

Essa questão das enchentes é um problema grande na cidade de Porto Alegre. Várias medidas já foram realizadas na tentativa de solucionar essa questão, entretanto, tudo indica que os grandes empreendimentos projetados na requalificação não possuirão capacidades para enfrentar esse problema típico do Cais Mauá. Na visita ao Cais foi observado o nível da água no rio Guaíba, aquele que banha o Cais Mauá (Figura 22).

**Figura 22: Nível da água no rio Guaíba, Cais Mauá**



**Fonte:** Fotografia produzida pelo autor (2016).

Observa-se que os vários argumentos fortalecem a regra sobre gestão arbitrária (R5) e a função que denuncia a omissão do poder público e da iniciativa privada (F7). Em oposição à formação discursiva responde as provocações realizadas pelos movimentos de resistência evidenciando assim, a forma “limpa” como o processo está ocorrendo. Um discurso tenta aniquilar o outro e não existe uma convergência de ideias, a existência do outro impede que eu seja eu mesmo, se tornando um puro antagonismo.

*Já está disponível para consulta o relatório do grupo de trabalho (GT) coordenado pela Secretaria Estadual de Transportes que isenta o empreendedor do Cais Mauá das irregularidades apontadas pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE). Ocorre um dia depois que movimentos contrários ao modelo proposto para a revitalização anunciaram que ingressarão novamente na Justiça para tentar barrar as construções. (Nome da Matéria: Estado publica relatório que isenta consórcio de irregularidades no Cais Mauá. Fonte: Jornal JÁ. Publicado em 15/03/2016).*



O processo articulatório é observado nas reportagens apresentadas identificados como **momentos** a partir da teoria do discurso de Laclau e Mouffe. O que se infere de forma geral é o alto grau de **articulação** dentro do discurso contra hegemônico. Dessa forma, essa **cadeia de equivalência** compartilha de muitos significados comuns, o que os torna politicamente fortes.

O “progresso” e uma “cidade para todos” surge no discurso hegemônico, mas esse tipo de progresso traz também consigo exclusão, concentração de renda, e subdesenvolvimento, agredindo e restringindo direitos humanos essenciais (SANTOS & MELLO, 2014; CORDEIRO & MELLO, 2013), como foi observado nas falas dos entrevistados. Foi possível observar que a requalificação está longe de ser consenso entre a população, se configurando como um campo de conflito por meio de interesses individuais, problematizando o conceito de democracia.

## II. Indícios de propostas alternativas para uma nova requalificação

Nessa disputa ainda existem os manifestantes que apresentam propostas alternativas e/ou pressionam por um novo projeto como forma de gerar significado para uma parte da população que não é contemplada na postura hegemônica.

*No próximo sábado o Coletivo Cais Mauá de Todos formado por porto alegrenses descontentes com a concessão do antigo porto da Capital à iniciativa privada, apresentará um projeto de intervenção arquitetônica e urbanística alternativo ao proposto pelo consórcio vencedor da licitação. (Nome da Matéria: Ativistas propõem projeto alternativo para o Cais Mauá. Fonte: Jornal Já – Porto Alegre. Publicado em 15/12/2015).*

Como forma de fazer ativa sua voz, a contra hegemonia cria indícios de propostas, trazendo projetos complementares que visam à participação e a transparência. Ainda vale salientar a contribuição das redes sociais nesse debate.

Movimentos como “Cais Mauá de Todos” #OcupaCaisMauá e “A cidade que queremos” são atuantes de forma fervorosa nas redes, mantendo os internautas atualizados sobre o andamento das manifestações. Esses três grupos são articulados de tal forma que compõem uma só cadeia de equivalência, colocando suas estratégias em constante articulação com os objetivos comuns. A seguir um trecho da entrevista que demonstra como seria um Cais Mauá para todos.

*Outra coisa que deveria ta pensada, nós temos uma tradição em Porto Alegre do artista de rua, do pintor de rua, o artesão, isso é uma tradição da cidade e eles são*

*... pessoas que não tem um espaço né pra produzir, para armazenar suas coisas, vivem de forma humilde em casebres, espalhados pelos bairros e arredores até na região metropolitana, enchem suas pesadas malas e vem até o centro pra poder comercializar sua arte né, então um espaço pra isso que se chama de economia criativa sabe, seria fundamental. A questão do livro, o acesso a informática (...) gente é tanta coisa de interesse social que poderia ser utilizado (...) (Entrevistado 06).*

Apesar da articulação na contra hegemonia, ainda é possível observar algumas individualidades, deixando transparecer as diferenças. Alguns intelectuais, a classe dos arquitetos e parte da população muitas vezes parecem apáticos no momento de fazer valer seu discurso. Dessa forma, a falta da **cadeia de equivalência** aparece como uma **cadeia de diferença** que muitas vezes desarticula o significado de “preservação cultural, ambiental e identitária”, desocupando suas posições na geração de significado para o significante vazio. Entretanto, ainda se pode inferir nas análises que existiu uma medida tímida de articular o significado em torno do **ponto nodal**. A seguir um trecho da entrevista que demonstra a cadeia de diferença, onde muitas vezes o discurso dos movimentos de resistência que “protege” a sociedade, não é vivenciada pela mesma.

*(...) acredito que esse projeto vai melhorar muita coisa aqui no centro histórico. As ruas a noite são perigosas, então tu revitalizando iria trazer as pessoas de outros lugares para desfrutar né, do espaço e se ninguém tá ali o espaço fica abandonado, então é melhor que o povo habite, e assim, mais opções de restaurante e mais espaços de lazer. Isso falta muito na cidade e vai mudar a ideia de centro abandonado e perigoso, vamos povoar mais o centro, então é isso, estou ansiosa por esse progresso que eles tanto falam (Entrevistado 08).*

Essa fala evidencia as várias demandas para o Cais Mauá, onde parte da população quer a requalificação do jeito que está sendo proposta e várias outras camadas assumem outras posições. Entretanto, as críticas se dão nos argumentos dos grupos contrários a requalificação, onde muitas vezes utiliza o povo sem ao menos saber sua opinião, favorecendo uma camada social em detrimento de outra. Já na entrevista com o líder comunitário do centro histórico, ele assume a posição de enfatizar o que a população queria.

*(...) o que a comunidade queria? Árvore e passarinho. Ou seja, acho que assim eu defino da melhor maneira, o que a comunidade queria: era a natureza pra poder aproveitar, certo? Um lazer barato, acessível no fim de semana, onde a comunidade se encontra, toma seu chimarrão, come seu amendoim né, as crianças que batem uma bola, os adultos conversam, passeiam, os idosos caminham harmoniosamente com tudo que está ali, é o convívio das pessoas né, comunitário, isso que é nosso dia-a-dia, o cotidiano das pessoas que vivem no centro histórico (Entrevistado 06).*

Percebe-se o descontentamento dessa camada da sociedade e a denúncia em relação ao uso daquele espaço no Cais Mauá. Compreende-se que as disputas pelos sentidos que incidem no campo social se apresentam como arenas discursivas antagônicas em torno da requalificação do Cais Mauá. Esses antagonismos e as resistências fazem parte do discurso em torno do Cais e são relevantes na teoria de Laclau e Mouffe, onde o autor considera como campo de discursividade. “A relação antagônica se estabelece na medida em que a presença do ‘outro’ não permite que o ‘eu’ seja completamente ‘eu’” (PINTO, 1999, p. 84).

Percebe-se também um **deslocamento** no que diz respeito ao terceiro ciclo retrodutivo com significados ligados a identidade gaúcha. Nesse momento, o significado se desloca para a questão da elitização do espaço, ou seja, o que antes se pautava em propagar um discurso de que a requalificação do Cais Mauá contradiz com a identidade gaúcha, agora parece enfatizar mais um discurso binário entre o popular e a elite no uso daquele espaço.

Diante do exposto, uma **lógica social** se pauta em um espaço compartilhado, onde toda a sociedade pode usufruir, participando e produzindo relações sociais. Esse é um dos principais argumentos utilizados pelos movimentos de resistência. As lutas por esse espaço compartilhado e um espaço para todos refletem uma **lógica política**, onde diversos atores políticos tentam gerar significados para o espaço. A **lógica fantasmática** reflete uma ideologia através de um protagonismo social, integrando diversas demandas e dando voz a sociedade civil. A seguir também é apresentado um quadro com o resumo das lógicas do discurso inerente a essa formação discursiva (Quadro 15).

**Quadro 15: Lógicas da Quarta Formação Discursiva**

| FD4: O Novo Cais Mauá é um Projeto Elitizado |                                |
|----------------------------------------------|--------------------------------|
| LÓGICAS DO DISCURSO                          | SIGNIFICADOS                   |
| Social                                       | Espaço compartilhado           |
| Política                                     | A luta de um espaço para todos |
| Fantasmática                                 | Protagonismo social            |

**Fonte:** Elaboração do autor (2017).

Diante desse ciclo retrodutivo, sugere-se outra nova interpretação da hipótese de uma forma ainda mais melhorada, saindo de uma esfera local para global: **H (e) = conflitos em torno do espaço público visam reintegrar a cidade ao planejamento moderno, através de uma gestão eficiente. A reintegração contradiz a identidade cultural do lugar e reforça uma lógica de mercado e empresariamento urbano.** Apesar de essa ser a última formação

identificada nesse trabalho, essa nova interpretação (ainda) não explica de forma definitiva o fenômeno, pois os ciclos retrodutivos continuam orbitando no campo da discursividade do Cais Mauá.

Para finalizar essa seção, foi realizado um resumo das lógicas do discurso (social, política e fantasmática) com o intuito de demonstrar como elas foram discutidas em cada ciclo retroutivo e em cada formação. O quadro 16 a seguir demonstra a síntese das lógicas.

**Quadro 16: Demonstração das Lógicas do Discurso**

| Formações \ Lógicas | LÓGICA SOCIAL                         | LÓGICA POLÍTICA                                   | LÓGICA FANTASMÁTICA        |
|---------------------|---------------------------------------|---------------------------------------------------|----------------------------|
| <b>FD1</b>          | Convívio social                       | Disputa entre o arcaico e o moderno               | Progresso e globalização   |
| <b>FD2</b>          | Democracia participativa              | Contestação e interferência do mercado no governo | Gestão eficiente           |
| <b>FD3</b>          | Enaltecimento do hábito social gaúcho | O jeito gaúcho de resistir                        | Continuidade e preservação |
| <b>FD4</b>          | Espaço compartilhado                  | A luta de um espaço para todos                    | Protagonismo social        |

**Fonte:** Elaboração do autor (2017).

A lógica social (o que?) nas quatro formações se pauta em um ideal de relações sociais através de suas peculiaridades, a lógica política (como ?) é o meio para se chegar a lógica social e a lógica fantasmática (porque?) é a ideologia por trás de cada formação discursiva. Essas lógicas do discurso se aproximam do método utilizado para acessar o dado da pesquisa que foi a análise do discurso foucaultiano, mas como explicar essa questão?

Foucault (2008) em seu primeiro ciclo teórico, a arqueologia do saber, tece reflexões problematizando a forma como certo saber foi sendo construído e cristalizado no decorrer do tempo e espaço, ou seja, ele questiona como foi possível chegar em certo conhecimento. De forma semelhante, as lógicas do discurso da retrodução em Laclau e Mouffe (2015) também questiona esse contexto quando se pensa no próprio conceito de lógica, que seria a estrutura do pensamento.

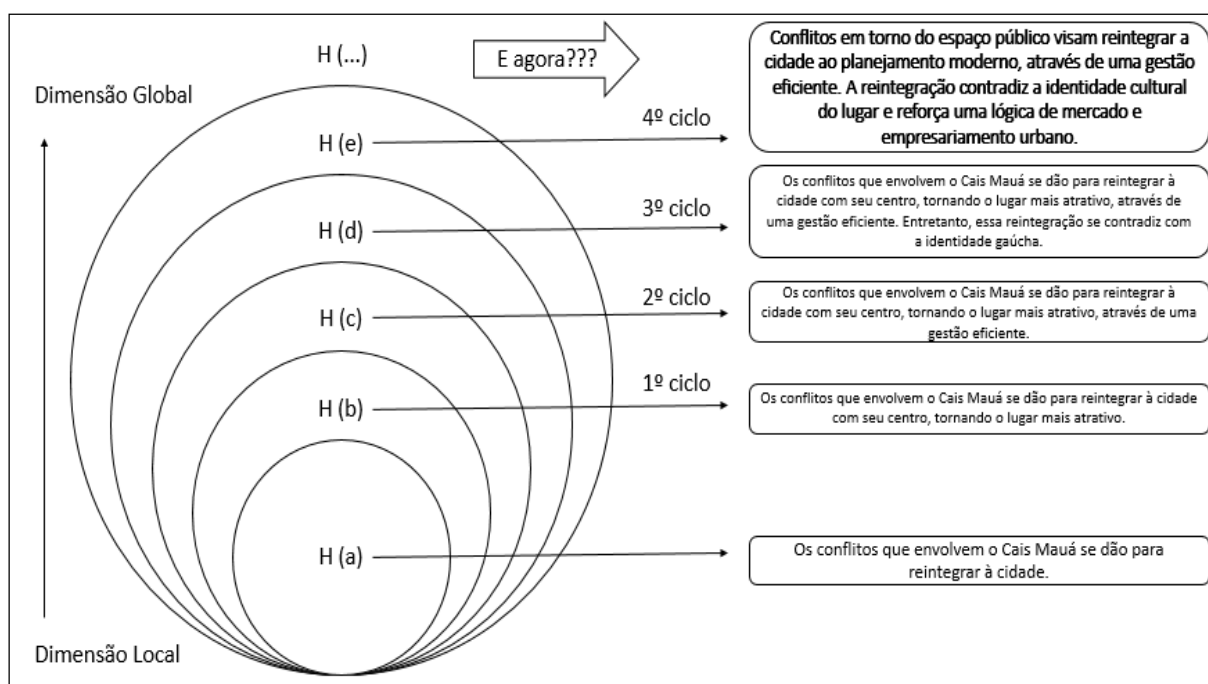
Assim, as definições das lógicas podem dialogar com o método foucaultiano para acessar o dado. Dessa forma, explica-se o motivo das quatro formações discursivas identificadas gerar também quatro ciclos retrodutivos. A próxima seção busca explorar de forma mais explicativa a hipótese final do trabalho.

## 5.5 Do Velho Cais Mauá a Novos Negócios: Explicação da Hipótese Retrabalhada

*Conflitos em torno do espaço público visam reintegrar a cidade ao planejamento moderno, através de uma gestão eficiente. A reintegração contradiz a identidade cultural do lugar e reforça uma lógica de mercado e empresariamento urbano.*

Nesse momento a intenção é fazer as reflexões na tentativa de explicar a hipótese final (que não é final) desse trabalho por meio da justificação. A figura 23 a seguir demonstra a evolução da hipótese estabelecida no início do trabalho até o presente momento identificado nos ciclos retrodutivos.

**Figura 23: Evolução da Hipótese de Pesquisa**



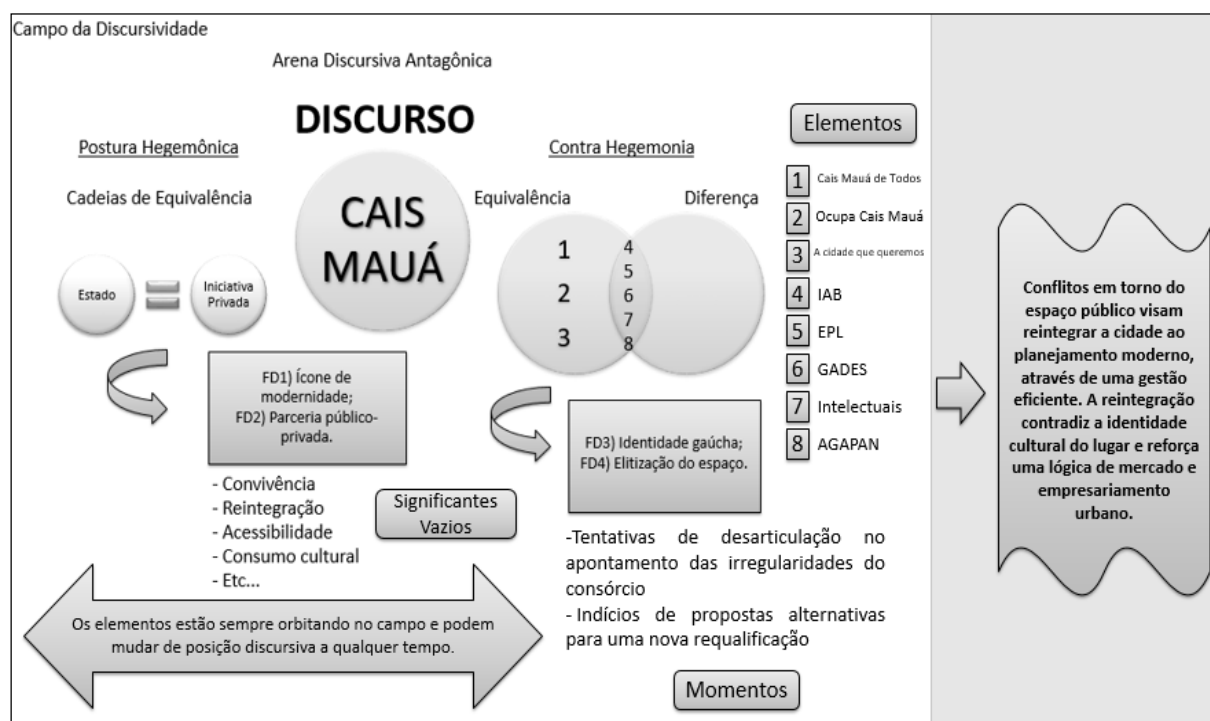
**Fonte:** Elaborado pelo autor (2017).

Nesse momento a hipótese perpassa seu contexto local (O Cais Mauá) e ganha uma dimensão mais global, para se pensar sobre a utilização do espaço urbano e uma reintegração nos diversos projetos que pretendem requalificar qualquer área pública. Por esse motivo, a hipótese final orbita no campo global para se refletir sobre outras realidades.

Mas, e agora? Essa nova interpretação H(e) não explica de forma definitiva o fenômeno, pois os ciclos retrodutivos continuam no campo da discursividade e a complexidade em torno dos conceitos de cidade e da Teoria do Discurso não permitem verdades absolutas e respostas definitivas. Como o discurso é considerado uma prática, essa hipótese está sempre orbitando H(...) em meio aos novos contextos diante do fato, buscando novos significados. Dessa forma, a intenção aqui não é esgotar a hipótese e sim refletir sobre a forma como os significados são gerados a partir da TD.

Diante da hipótese retrabalhada, percebe-se as frentes de batalha perante a um projeto que pretende gerar uma nova vivência para a população de Porto Alegre, entretanto as críticas se pautam em como essa vivência é percebida pela população e como é possível a requalificação dessa maneira que foi proposta. Nesse sentido, foi criada uma representação gráfica onde buscou-se ilustrar alguns elementos, alguns momentos, significantes vazios, as cadeias de equivalência e lógicas de diferenças presentes em torno do ponto nodal requalificação do Cais Mauá para assim, compreendermos um pouco sobre uma explicação dessa hipótese retrabalhada (Figura 24).

**Figura 24: Arena Discursiva Antagônica em torno do Cais Mauá**



**Fonte:** Elaborado pelo autor (2017).

A interpretação da representação gráfica denota o campo da discursividade por meio da arena discursiva antagônica e os conceitos que fazem parte da Teoria do Discurso. No centro,

o próprio espaço de disputa, o Cais Mauá e nas laterais os sujeitos políticos em busca de trazer significado ao espaço do significante vazio.

Na postura hegemônica, a presença do Estado e do capital numa cadeia de equivalência com sua formação discursiva identificada nas análises por meio de convivência, reintegração, acessibilidade e consumo cultural e o lado antagônico representado pela contra-hegemonia, denotando algumas cadeias de equivalências (1, 2 e 3) com discursos de maior transparência e democracia sem elitização do espaço através de tentativas de desarticulação do discurso hegemônico e indícios de propostas alternativas.

Além de algumas cadeias de diferenças devido a interesses individuais e desarticulações. Por isso, os números 4, 5, 6, 7 e 8 representado pelos grupos políticos estão na interseção do globo, demonstrando em alguns momentos equivalências e em outros as diferenças e a seta para esquerda e para direita, indicando que todos os elementos, dependendo do contexto, podem modificar seus discursos alcançando variadas posições de sujeito. Todos os atores estão disputando o mesmo espaço e tentando gerar um significado para o Cais Mauá. A hegemonia, nesse caso, preenche de forma contingente determinado significado. Como se observa a hegemonia no Cais busca um significado de atratividade pautado em mercado turístico, entretanto a postura contra hegemônica em outra oportunidade pode se chegar a hegemonia como nos explica Laclau e Mouffe (2015), pois os momentos, elementos, pontos nodais, significantes vazios e flutuantes continuam buscando espaços para preenche-lo nessa disputa.

Nesse momento, resgata-se o problema de pesquisa para tentar uma possível explicação da hipótese final que esse trabalho abordou. Inicia-se apontando algumas premissas que foi observada à medida que aconteciam os ciclos retrodutivos. Primeiro, o que levou ao questionamento de que aquele projeto de requalificação não contemplava a identidade local? Como a cidade de Porto Alegre se desenvolveu a partir de uma lógica moderna de planejamento urbano, seus projetos de intervenções urbanas também seguem essa lógica e perpetua significados hegemônicos sobre o uso de espaço. Se a requalificação não é consenso para todas as demandas, então o projeto se mostra como inadequado e espera-se que a sociedade seja uma voz protagonista na participação e no planejamento urbano.

Mas, por que o gaúcho resiste dessa forma? São várias as alternativas para se pensar essa questão, entretanto, partindo de uma lógica como estrutura de pensamento, se a identidade cultural (de uma forma geral), for usada como forma de justificar a resistência sobre as intervenções urbanas em diversas cidades, então seus apoiadores obtiveram algum respaldo para tal justificação.

Por que o novo Cais Mauá carrega consigo significados em busca do progresso e do desenvolvimento no paradigma do planejamento urbano? Se o velho Cais parece ser uma porta aberta para novos negócios, então outros espaços públicos podem também ter essa conotação, logo a iniciativa privada pode encontrar alternativas para alí propagar uma lógica de mercado, e o poder público pode entregar o que é do povo para a especulação imobiliária.

Harvey (2005) tece suas críticas a esse modelo de desenvolvimento, onde o capital financeiro é o principal beneficiado. Foucault (2008) também fala um pouco dessa questão, fazendo provocações em torno da relação poder-espço. Para o autor, o controle dos fluxos e da circulação visa também o controle da própria população, trazendo à tona que o poder não emana apenas de uma classe social, o poder está em todo o lugar. Como por exemplo, o poder em forma de resistência (FOUCAULT, 2008).

Para Foucault (1995) toda a estrutura social é marcada por inúmeras relações de poder, que não se situa em um único aparelho como o Estado, mas que estão em toda teia social e que consequentemente permeia as práticas cotidianas. Percebe-se que o conceito de poder abordado pelo autor está sempre em fluxo, ou seja, ele se dá a partir das relações sociais e os discursos produzidos em dada sociedade. Ainda segundo Foucault (2001, p. 1180 *apud* REIS MARINHO, 2009, p. 5), o poder se apresenta como algo “enigmático, ao mesmo tempo visível e invisível, presente e escondido, investido por toda a parte”. Essa passagem demonstra seu argumento sobre o conceito de poder pautado nas relações sociais como algo não personificado, e sim perpassando essas relações.

Vainer (2013) apresenta uma discussão de uma cidade como objeto de luxo, onde problematiza as ideias dos neoplanejadores urbanos: de um mercado extremamente competitivo onde as cidades são vendidas como mercadoria. É quando o autor se esbarra no conceito de marketing urbano na gestão das cidades e o de competição entre as mesmas para o mercado de turismo. “Ao mesmo tempo, aí encontraríamos as bases para entender o comportamento de muitos prefeitos, que mais parecem vendedores ambulantes que dirigentes políticos (VAINER, 2013, p. 78).

Dessa forma, a explicação da hipótese retrabalhada se pauta em reflexões sobre essa reintegração moderna através do paradigma da modernidade em uma lógica de mercado, sendo justificada pelos discursos do capital, problematizando o próprio conceito de integração. Isso significa que a reintegração no discurso hegemônico ainda se pauta em um modelo de planejamento urbano baseado nos pressupostos do positivismo e economicista, sem refletir sobre as relações sociais inerentes a cada realidade.



Uma vez que o projeto é aceito por grande parte da sociedade e o significante vazio “uso do espaço Cais Mauá” é aparentemente preenchido, as antigas cadeias de equivalências e diferenças incidem a esquadrihar novas demandas, no entanto, essa “conquista” é precária, temporária e contingente, pois a outra parte que perdeu a hegemonia agora se sente prejudicada e excluída, logo, essa questão se torna um vício cíclico, onde argumentos contrários e favoráveis orbitam no campo do discurso.

O exemplo dessas intervenções e conflitos no Cais Mauá é também percebido em outras realidades que mantêm a mesma natureza na tentativa de criar significados para o espaço urbano. Zancheti, Somekh e Fregonezi (2016) desenvolveram uma pesquisa comparando seis centros históricos no Brasil e dentre eles o centro histórico de Porto Alegre. No trabalho é possível perceber uma série de conflitos que envolvem a temática da produção do espaço urbano e o direito à cidade: o caso de São Luís, Recife, Salvador, São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre. Em todos os casos são percebidas as multiplicidades de vozes que envolvem a problemática, bem como uma discussão que relaciona a cidade como produto e democracia.

## 6 Para Além das [In]Conclusões

---

Esse capítulo [In] conclusivo também faz parte da metodologia retrodutiva, onde o pesquisador tece as críticas e faz um trabalho de persuasão. Nesse momento, a teoria é mencionada e se traz uma argumentação a partir dos achados para convencer e propor intervenções numa literatura engajada (OLIVEIRA *et al.*, 2013).

O mesmo está subdividido em quatro seções: a primeira parte é o momento da persuasão e reflete a proposição de um modelo alternativo ao Cais Mauá no duelo entre o arcaico e o moderno; a segunda seção traz os principais achados da pesquisa, volta-se a pergunta de pesquisa, problematiza a questão da utilização do espaço público por meio dos diversos atores políticos, disputando esse espaço; a terceira seção tece reflexões sobre o futuro do Cais Mauá; e por fim, a quarta seção apresenta as contribuições, as implicações, as limitações do trabalho e a indicação de trabalhos futuros.

### 6.1 Reflexões sobre a Possibilidade de uma Integração entre Estéticas

Harvey (2005) e Lefebvre (2008) nos ensinaram tanto e produzem um discurso de uma cidade como um organismo vivo, que precisa ser sentida e reproduzida nas relações sociais. Um direito que extrapola o uso adequado do espaço, um direito que nos apresenta os espaços da cidade como um reprodutor de relações e mais ainda, uma crítica a forma de produção dessas relações no espaço, que é a crítica ao mercado capital abordada por esses autores. Resgata-se novamente a reflexão: é possível um Cais Mauá para todos?

Para se pensar na TD de um Cais Mauá para todos, talvez só seria possível com a junção do que é considerado moderno com o arcaico. A crítica se dá apenas em enfatizar um desses dois, pois o moderno fere com a tradição local e o arcaico transforma a região em lugar de passagem, ou seja, um não-lugar. A proposta aqui é um tipo de integração que unifique ambos. Nesse caso, recomenda-se a produção de um espaço integrado, ou seja, um moderno com toques de aspectos locais, nos termos do urbanismo, se fala em tipos de restauração moderna.

Nesse caso, a intervenção visa manter a identidade local, os aspectos característicos da época para que futuras gerações tenham acesso ao estilo cultural e histórico da identidade original, toda essa questão com um toque de modernidade, buscando trazer novos usos aquele

espaço, ou seja, uma arquitetura moderna atual. Dentro desse tipo de intervenção, alguns quesitos devem ser respeitados, justamente pelas leis que discutem o tombamento do patrimônio histórico, além de que não se pode agredir de forma visual para que ele não se perca. Isso significa que ao olhar para uma modificação dessa forma, os aspectos culturais devem estar presentes sem perder sua identidade, ou seja, existe uma harmonização da fachada original com uma nova adição, redesenhando a cidade. Isso significa que o conceito é atualizado.

Exemplos desse tipo de intervenção urbanística é o museu do Louvre em Paris, onde modernas pirâmides de vidro contrastam com o edifício histórico. Ele é o museu mais famoso e mais visitado do mundo, com um impressionante acervo de obras importantes. No Brasil, podemos citar o Museu de Arte do Rio (MAR), onde dois prédios somados são ligados por uma passarela suspensa (cobertura fluída). Ele é conhecido como um complexo cultural, exibindo a história da cidade e se configura como um projeto de requalificação da zona portuária do Rio de Janeiro.

A cultura se torna evidente nessa intervenção, expressando a criatividade daquela realidade, bem como a língua, os ritos, as crenças, os lugares e os aspectos históricos, ou seja, uma gama de representações aliado a vida contemporânea e cotidiana da região (CASTRIOTA, 2009). Os desafios são grandes nessa concepção, pois o que existe muitas vezes, é um falso histórico, onde permanece um pensamento equivocado de restauração.

No Cais Mauá isso seria possível, pois se preservaria os armazéns, adequando ao estilo atual, além de abrir um espaço aberto para diversas demandas, dessa maneira, os grupos contrários podem ter suas queixas respondidas e o poder público, juntamente com a iniciativa privada podem instaurar atividades privadas como forma de atender as necessidades da contemporaneidade. Apesar desse conceito ser uma proposta, existe alí um antagonismo muito intenso, onde uma terceira alternativa não é muito bem-vinda. Indo mais além, não somente alí, mas na realidade brasileira esse tipo de intervenção ainda precisa ser mais explorada, aceita e internalizada.

Indo mais além, um modelo de Cais Mauá eficiente seria uma produção do homem por meio da forma que ele o percebe (experimenta), o concebe (pensa sobre) e o vive (age). Nessa análise, um Cais Mauá só funcionaria se essas três dimensões puderem ser atendidas de forma global: perceber no sentido sensorial, conceber no sentido de participar/planejar/ter voz e viver no sentido de fazer parte/vivência.

## 6.2 Se esse Cais não é meu, então é de Quem? Algumas Considerações

Após as análises, reflexões e observações sobre o campo discursivo em torno do Cais Mauá, algumas considerações são pertinentes. A investigação apontou quatro formações discursivas em torno do Cais: de um lado, duas formações favoráveis a requalificação, ancorado na concepção de modernização e desenvolvimento da cidade de Porto Alegre; de outro, um posicionamento contrário a este, com também duas formações discursivas, embasado na convicção de que a forma como estava sendo proposto o projeto não atende aos anseios sociais, ou seja, uma posição discursiva antagônica a outra.

Os sujeitos envolvidos buscam através das articulações hegemonizar seus valores por meio de seus discursos e ações. Essa dualidade de questionamentos e opiniões acabam por mostrar uma lógica polarizada e maniqueísta “do bem contra o mal”, entretanto, essa não foi a intenção desse trabalho, pois apenas foram observadas posições antagônicas e os discursos em torno do Cais Mauá, problematizando-os.

Recorrendo as teorias sobre direito à cidade e produção capitalista do espaço, é possível concluir que o discurso da iniciativa privada e do poder público é elaborado por meio de uma visão de desenvolvimento e uma concepção universalista, muitas vezes, eurocêntrica. Essa questão é observada na inspiração de modelo de requalificação dos espaços europeus, que é visto como adequado, sem que exista uma adaptação crítica a cada contexto específico.

Os achados desse trabalho trouxeram reflexões sobre as temáticas discutidas até agora como por exemplo, uma crítica aos pressupostos da modernidade, problematizações em torno de aliar o moderno com o arcaico, o papel da gestão pública nas PPPs, crítica ao modelo de circulação e uma lógica de mercado; o desafio de gerir o conflito por meio de demandas muitas vezes individualizadas; reflexões sobre adaptações do projeto para um determinado contexto, respeitando a vocação das cidades, porque nem sempre modelos que deram certo em uma realidade também vai garantir o mesmo sucesso; crítica no favorecimento do capital privado: existe alguma forma de separar mercado e governo? Como fazer uma gestão dessa relação que tenha apenas o interesse social? Falando nesse tipo de gestão, existe uma crítica de um Estado que assume várias funções, onde ele executa e ele mesmo fiscaliza.

A intenção aqui não é fazer uma discussão abandonando a atuação da iniciativa privada, pois se reconhece a importância do empresário. Sem o mesmo, o espaço público não arrecada, assim, não se abandona uma posição em detrimento de outra. É por meio dos

investimentos privados que a situação funciona mais acelerada, gerando recursos inclusive para o poder público. Nesse caso, resgata-se o seguinte argumento: seja esquerda, mas não abandone o centro, as margens são importantes e o centro também. Um não precisa aniquilar o outro, ou seja, destaca-se aqui a importância do mercado nesse contexto.

Outra questão interessante observada foi a forma de resistência do gaúcho. Será por meio da cultura e suas tradições locais? Será uma forma de nostalgia das práticas sociais da identidade gaúcha no lugar? O caráter contingente da identidade na pós-modernidade é mais uma identidade do lugar e não do sujeito, ou seja, a identidade gaúcha pode assumir várias posições, assim a identidade política transcende esse ser gaúcho. Não é porque aquele lugar é gaúcho que os outros não poderiam se apropriar.

Os achados também esbarram com o conceito de democracia. Essa democracia que tanto foi observada nos discursos contra hegemônicos. A reflexão que se faz é que esse conceito também é um significante vazio, onde diversos sujeitos políticos tentam significar a partir de demandas próprias e excludentes. Também é preciso levar em consideração que quem critica algo está carregado de ideologias e subjetividades.

Dessa forma, se o Cais não é do poder público, nem da iniciativa privada, ele é do povo, então ele precisa ser pensado com o povo e para o povo. Entretanto, a integração indicada nesse trabalho enfrenta diversos desafios como observado nos conflitos aqui apresentados, no qual a cidadania democrática ainda parece estar engatinhando em nossa realidade brasileira.

### **6.3 O Discurso Continua (...)**

Enfim, agora sim, o esboço de resposta à pergunta de pesquisa se pauta em refletir sobre a seguinte colocação: tanto o discurso hegemônico como a postura da contra hegemonia possuem suas peculiaridades, mas compartilham algo em comum: o conceito de cidade. Por um lado, um conceito de cidade baseado em megaestruturas, grandes empreendimentos e valor econômico agregado em busca da modernização, e do outro lado um modelo baseado em participação, transparência, convívio e preservação através de denúncias, resistência, estratégias e outras alternativas. O novo Cais está longe de ser consenso naquela realidade.

A requalificação do Cais Mauá aparece como apenas uma fração desse discurso maior sobre a questão da mobilidade, a privatização de espaços públicos, urbanismo crítico, planejamento urbano, a intervenção na orla e no perfil da cidade, o potencial dano ao

patrimônio cultural, uso eficiente do espaço, engajamento político e na participação popular com consequências positivas quando balizadas na elaboração de políticas públicas.

Vale salientar que a luta estabelecida no Cais não tem previsão de término e o futuro do dele permanece indefinido. O significante vazio é precário e serve como ponto de passagem. Para fins desse trabalho as análises se deram até determinada data, entretanto, as notícias, polêmicas, resistências, notas de repúdio, ações e articulações continuam a fazer parte da arena discursiva na disputa por significados, por este motivo, o discurso continua. O futuro do Cais Mauá permanece indefinido, denotando a continuação dos conflitos em busca de trazer significados inerentes aquele espaço público, dessa forma, o espaço e a luta pelo significado continua entre conflitos, discursos e R[existência].

## **6.4 Contribuições, Implicações, Limitações e Trabalhos Futuros**

Este trabalho contribui para as pesquisas que discutem a utilização e a produção no espaço urbano, além de refletir sobre a atuação do mercado no governo por meio das parcerias público-privadas e como determinado espaço pode ser entregue a especulação imobiliária. As discussões aqui apresentadas refletem sobre o modo de organização e articulação da sociedade civil e como seu poder de coletividade pode chegar a uma suposta hegemonia. Indo mais além, como o próprio Laclau discute por meio de uma democracia plural e radical.

A articulação dos movimentos sociais apresenta provocações no sentido de pensar uma administração pública por meio da performance dos atores públicos, no engajamento político, na participação popular com consequências positivas quando balizadas na elaboração de políticas públicas e nas atividades oriundas de entidades privadas e a população, formando uma espécie de “conexão” nas parcerias, trabalhando com a distribuição das encargos e riscos entre as partes além da intercessão de outros grupos de interesse.

A discussão sobre o espaço público, os problemas urbanos, o direito à cidade e a produção no espaço urbano têm se mostrado relevante para a realidade das cidades brasileiras, se apresentando como um grande desafio na atualidade para os gestores, pois é uma realidade que bate em nossa porta diariamente: poluição, trânsito caótico, violência, desemprego, transporte público, especulação imobiliária, favelização, mobilidade e dentre outros.

As teorias utilizadas nesse trabalho para estudar sobre um determinado fenômeno também não são muito comuns nos estudos sobre o espaço público, dessa forma, o trabalho problematiza e carrega consigo diversas reflexões, como por exemplo, pode gerar

contribuições sobre o planejamento nas cidades e a eficiência econômica do espaço. Em suma, no que diz respeito às implicações gerenciais, é interessante discutir políticas públicas para que o espaço urbano não se transforme apenas numa esfera mercadológica.

Este trabalho por ser uma dissertação de mestrado, apresenta algumas limitações, mas que não comprometem a viabilidade do trabalho e que nesse momento convém apresentá-las: limitação de trabalhos que abordassem o mesmo viés da pesquisa; a distância física entre o pesquisador e o objeto de estudo (Porto Alegre); acesso aos entrevistados; falta de acesso no espaço do Cais Mauá, pois o mesmo se encontra fechado para o público; falta de acesso aos representantes do poder público e da iniciativa privada; esse trabalho poderia ser melhor compreendido se fosse tivesse dado continuidade a metodologia foucaultiana, pois como foi discutido, apenas utilizou-se apenas a arqueologia, assim a parte genealógica não foi explorada por conta da limitação temporal que a estrutura do mestrado exige, assim, essa foi uma decisão estratégica, entretanto se reconhece uma limitação do trabalho; e por fim, outra limitação temporal, pois a teoria-método utilizada (TD), juntamente com a retrodução permite a elaboração de uma teoria ao fim do processo, entretanto não foi desenvolvida nenhuma teoria acerca dos discursos na requalificação do Cais Mauá, justamente por conta dessa limitação temporal.

Apesar de o trabalho ter se dedicado em atender ao objetivo e reinterpretado a hipótese inicial por meio dos ciclos retrodutivos, todo o processo da retrodução não foi completo, abrindo a possibilidade para futuros trabalhos acadêmicos, visto que o objeto é amplo, onde o espaço e a luta pelo significado continuam entre conflitos, discursos e R[existência]. Dessa maneira, sugere-se que a teoria-método, bem como as teorias auxiliares utilizadas nesse trabalho seja aplicado em outras realidades, inclusive fora do Brasil. Como também a comparação dos resultados com outros contextos, além de investigações semelhantes a esta em relação a outros projetos de modificações em espaços públicos poderiam contribuir para um aprofundamento da discussão aqui apresentada.

## Referências

---

ALVES, C. R. A. **O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe**. Lua Nova, São Paulo, v.80, pp.203-212, 2010.

ALVES, D.; FIGUEIREDO FILHO, D. B.; SILVA, A. H. **O poderoso NVivo: Uma introdução a partir da análise de conteúdo**. Revista Política Hoje, v. 24, n. 2, p. 119-134, 2015.

ARANTES, O. B. F.; MARICATO, E.; VAINER, C. B. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

BACCHI, C. **Why Study Problematizations?** Making Politics Visible. Open Journal of Political Science. v. 2. n. 1, p. 1-8, 2012.

BARCELLOS, R.; DELLAGNELO, E. **O surgimento do Circuito Fora do Eixo sob a ótica da Teoria Política do Discurso: uma reflexão**. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social, 2012, São Paulo. Anais. Enapegs. São Paulo: RIGS, 2012.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo** (L. de A. Rego & A. Pinheiro, Trans.). Lisboa: Edições 70, 2006.

BARTHES, R. **Elementos de Semiologia**. 16. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida**. Tradução Plínio Dentzien, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOTELHO, T. R. **Revitalização de centros urbanos no Brasil: uma análise comparativa das experiências de Vitória, Fortaleza e São Luís**. EURE (Santiago), v. 31, n. 93, p. 53-71, 2005.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Índice de competitividade do turismo nacional: relatório Brasil 2015**. Brasília, 2015. Disponível em: <[http://belohorizonte.mg.gov.br/sites/belohorizonte.pbh.gov.br/files/anexos/belotur/relatorio\\_brasil\\_2015\\_65\\_destinos\\_intutores.pdf](http://belohorizonte.mg.gov.br/sites/belohorizonte.pbh.gov.br/files/anexos/belotur/relatorio_brasil_2015_65_destinos_intutores.pdf)> Acesso: 03 de Nov 2016.

BULHÕES, T. M. **Rio- Cidade: a relação do rio Guaíba com a área central de Porto Alegre**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura), Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2004.

CARDOSO, J. J. **Patrimônio ambiental urbano e requalificação: contradições no planejamento do núcleo histórico de Santos**. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana). Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo: o autor, 2007.

CARLOS, A. F. A. **Da “organização à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico**. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. (Orgs). A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios. 1 ed., 4ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2016.



CASTRO, A. A. N. **A conservação e restauração de acervos em suporte de papel no Brasil: uma abordagem à luz da História Cultural.** In: XIII CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRACOR. Porto Alegre, 2009, Anais.

CAVALCANTI, L. S. **Geografia da cidade.** Goiânia: Editora Alternativa, 2001.

CAVALHEIRO, M. H. **Manifesto Mauá: uma costura urbana no centro de Porto Alegre.** Trabalho de Conclusão de Curso - TCC. (Curso de Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Arquitetura. Porto Alegre: o autor, 2008.

CORREIA, R. L. **Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão.** In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. (Orgs). A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios. 1 ed., 4ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2016.

COSTA, M. S.; MACEDO, M. H.; SILVA, A. N. R. **A construção do novo paradigma da mobilidade urbana em cidades brasileiras.** In: 2º Congresso Luso Brasileiro para o Planejamento, Urbano, Regional, Integrado, Sustentável. Braga: PLURIS, Universidade do Minho. 2006.

COSTA, F. Z. N.; GUERRA, J. R. G.; LEÃO, A. L. M. S. **O Solo Epistemológico de Michel Foucault: Possibilidades de Pesquisa no Campo da Administração.** Revista de Ciências da Administração (CAD/UFSC), v. 15, n. 35, p. 168-179, 2013.

COELHO, K. S. **A RESISTÊNCIA À NOVA PROPOSTA DE PLANO DIRETOR APRESENTADA PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS: uma análise das práticas alternativas de organizar.** Tese (Curso de Pós - Graduação em Administração). Universidade Federal de Santa Catarina. Centro sócio - Econômico. Florianópolis: O Autor, 2012.

CORDEIRO, A. T.; MELLO, S. C. B. **Teoria do discurso lacaniano: uma mediação entre teoria crítica e prática política.** Anais do Encontro Nacional da Anpad, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 2010.

\_\_\_\_\_. **Crise de sentido no capitalismo avançado: uma abordagem discursiva.** Recife: Edupe, 2013.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto.** 3.ed. Porto Alegre: Artmed/Bookman, 2010.

CUNHA, M. L. S. O. **A intervenção na cidade existente.** Millenium internet, Portugal, n.13, jan. 1999.

DANTAS, S. C. **O Direito à Cidade, de Lefebvre, e uma reflexão sobre a violência urbana.** Resgate-Revista Interdisciplinar de Cultura, v. 19, n. 21, p. 97-102, 2012.

DEÁK, C.; SCHIFFER, S. T. R. (Orgs). **O processo de urbanização no Brasil.** Edusp, 1 edição, 1 reimpressão – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

DEL RIO, V. **Revitalização de Centros Urbanos: o novo paradigma de desenvolvimento e seu modelo urbanístico.** In: Revista Pós – revista do programa de pós-graduação em arquitetura e urbanismo. FAUSP, dez. 1993.

\_\_\_\_\_. **Em busca do tempo perdido: o Renascimento dos centros urbanos.** Portal Vitruvius, São Paulo: Romano Guerra Editora, novembro 2000.

\_\_\_\_\_. **Consideração sobre o desenho da cidade pós-moderna.** Anais: Encontros Nacionais da ANPUR, v. 7, 2013.

DELLAGNELO, E., BÖHM, S. **Empirical studies and political discourse theory: a critical analysis of resistance from an organisational perspective.** In: VI Encontro de Estudos Organizacionais, 2010, Florianópolis. Anais. Florianópolis: ENEO, 2010.1CD.

DORNELLES, B. **Porto Alegre em destaque: história e cultura.** Edipucrs, 2004.

DOUGHTY, K.; MURRAY, L. **Discourses of mobility: institutions, everyday lives and embodiment.** Mobilities, p. 1-20, 2014.

FALBO, R. N. **Direito, discurso e marxismo.** (Syn) thesis, v. 5, n. 1, p. 33-47, 2012.

FERNANDES, F. L. **Os discursos sobre as favelas e os limites ao direito à cidade.** Cidades, Presidente Prudente, v. 2, n. 3, 2005.

FISCHER, R. M. B. **Foucault e a análise do discurso em educação.** Cadernos de Pesquisa. Rio de Janeiro, n. 114, p. 197-223, 2001.

FISCHER, T. **A cidade como teia organizacional: inovações, continuidades e ressonâncias culturais Salvador, BA, cidade puzzle.** Revista de Administração Pública, v. 31, n. 3, p. 74-88, 1997.

FIORAVANTI, L. M. **Reflexões sobre o “Direito à Cidade” em Henri Lefebvre: obstáculos e superações.** Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais, v. 2, n. 2, p. 173-184, 2013.

FLICK, U. **Introdução a Metodologia de Pesquisa: um guia para iniciantes.** Porto Alegre: Pensa, 2013.

FLORES, H. **Origem e Fundação de Porto Alegre.** In: DORNELLES (org). Porto Alegre em Destaque: História e Cultura. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. p. 12-13.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso.** São Paulo: Loyola, 1996.

\_\_\_\_\_. **A Arqueologia do Saber.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

\_\_\_\_\_. **Segurança, Território, População.** São Paulo: Martins Fontes, 2008.

\_\_\_\_\_. **O sujeito e o poder.** In: RABINOW, P.; DREYFUSS, H. Michel Foucault: uma trajetória filosófica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

\_\_\_\_\_. **“L’herméneutique du sujet cours au Collège de France.** Paris. Gallimard, 2001. In: REIS MARINHO, Ernandes. AS RELAÇÕES DE PODER SEGUNDO MICHEL FOUCAULT. E-Revista Facitec, v. 1, n. 4, 2009.

GEHRKE, A. E. B.; RUGE, D.; FEDRIZZI, B. **Percepção ambiental dos frequentadores da orla do lago Guaíba na cidade de Porto Alegre-RS**. Encontro Nacional sobre Edificações e Comunidades Sustentáveis, v. 6, 2011.

GEHL, J. **Cidade para Pessoas**. 2.ed. Tradução: Anita Di Marco. São Paulo: Perspectiva, 2013.

GIDDENS, A. **Modernidade e identidade**. Zahar, 2002.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GLYNOS, J.; HOWARTH, D. **Logics of critical explanation**. Abingdon: Routledge, 2007.

GLYNOS, J.; HOWARTH, D.; NORVAL, A.; SPEED, E. **Discourse analysis: varieties and methods**. Discussion Paper. NCRM, 2009. Disponível em: <http://eprints.ncrm.ac.uk/796/>. Acesso em: 03 de maio. 2016.

GLYNOS, J.; KLIMECKI, R.; WILLMOTT, H. **Logics in policy and practice: a critical nodal analysis of the UK banking reform process**. Critical Policy Studies, 171(June 2015), 1–23, 2015.

GROSTEIN, M. D. **Metrópole e expansão urbana: a persistência de processos insustentáveis**. São Paulo em perspectiva, v. 15, n. 1, p. 13-19, 2011.

GOMES, H. **A produção do espaço geográfico no capitalismo**. São Paulo, Contexto, 1990.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

\_\_\_\_\_. **Rebel cities**. New York: Verso books, 2012.

\_\_\_\_\_. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural** – 23ª. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

HOWARTH, D. **Discourse**. New York: Open University Press: McGraw Hill, 2000.

HOWARTH, D. **Poststructuralism and after: Structure, subjectivity and power**. Springer, 2013.

HOWARTH, D; STAVRAKAKIS, Y. **Introducing Discourse Theory and Political Analysis**. In: HOWARTH, D; NORVAL, A.J; STAVRAKAKIS, Y. Discourse theory and political analysis. Manchester: Manchester University Press, 2000.

HOWARTH, D. R. **Poststructuralism and After: Structure, Subjectivity and Power**. Palgrave Macmillan: UK, 2013.

HOWARTH, D.; GLYNOS, J.; GRIGGS, S. **Discourse, explanation and critique**. Critical Policy Studies, 10(1), 99–104., 2016.

KRUSE, F. **Intervenções em centros urbanos: o caso da antiga área portuária de Porto Alegre**. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: O Autor, 2011.

LACLAU, E. **Emancipação e diferença**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

\_\_\_\_\_. **Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1993.

\_\_\_\_\_. **Universalismo, particularismo e a questão da identidade**. In: MENDES, C. (Coord.). Pluralismo cultural, identidade e globalização. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 229-250.

LACLAU, E.; MOUFFE, C. **Hegemony and socialist strategy**. London: Verso, 1985.

\_\_\_\_\_. **Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical**. Tradução de Joanildo A. Burity, Josias de Paula Jr. E Aécio Amaral – São Paulo: intermeios; Brasília, 2015.

LAGE, M. C. **Utilização do software NVivo em pesquisa qualitativa: uma experiência em EaD**. In: ETD – Educação Temática Digital 12, esp., pp. 198-226. URN, 2011.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. Centauro Editora, 2008.

LEININGER, M. **Evaluation criteria and critique of qualitative research studies**. In: MORSE, J. (Org.). Critical issues in qualitative research methods. London: Sage, 1994.

LIMA, A. S. **A produção capitalista do espaço (resenha)**. Revista perspectiva geográfica, V.9, N.10, UNIOESTE, 2014.

LIPOVETSKY, G. **A Era do Vazio**. Barueri, SP: Manole, 2005.

LUVIZOTTO, C. K. **As tradições gaúchas e sua racionalização na modernidade tardia**. UNESP, 2010.

MACEDO, E. **A diferença nos PCN do ensino fundamental**. In: LOPES, A.; MACEDO, E. Políticas de Currículo em Múltiplos Contextos. São Paulo: Cortez, 2006.

MARÇAL, M. C. C. **Discurso do sistema tecnológico PORTOMÍDIA: um estudo no campo da economia criativa e artes digitais**. Tese (Curso de Pós-Graduação em Administração). Universidade Federal de Pernambuco: O Autor, 2014.

MARTINE, G. **A urbanização no Brasil: retrospectiva, componentes e perspectivas**. Encontro Nacional de Estudos Populacionais, v. 6, p. 19-64, 1988.

MAUCH, C. **História de Porto Alegre Processo de Ocupação e Urbanização**. Anais do Curso Porto Alegre: Memória e Identidade. Porto Alegre: SMC. 1992.

MENDES, L. **Cidade pós-moderna, gentrificação e a produção social do espaço fragmentado**. Cadernos Metrópole., v. 13, n. 26, p. 473-495, 2011.

MENDONÇA, D. **A teoria do discurso de Laclau e Mouffe: em direção à noção de significante vazio**. Barbarói, n. 18, p. 55-71, jan-jun 2003.

\_\_\_\_\_. **A teoria da hegemonia de Ernesto Laclau e a análise política brasileira**. Ciências Sociais Unisinos, v. 43, n. 3, p. 249-258, 2007.

\_\_\_\_\_. **A noção de antagonismo na Ciência Política contemporânea: uma análise a partir da perspectiva da teoria do discurso.** Revista de Sociologia e Política, Curitiba, n. 20, p. 135-145, 2003.

\_\_\_\_\_. **Como olhar "o político" a partir da teoria do discurso.** Revista Brasileira de Ciência Política, v. 1, p. 153, 2009.

\_\_\_\_\_. **Teorizando o agonismo: crítica a um modelo incompleto.** Revista Sociedade e Estado, vol. 25, núm. 3, pp. 479-497. Universidade de Brasília Brasília, Brasil, 2010.

\_\_\_\_\_. **Antagonismo como identificação política.** In: Revista Brasileira de Ciência Política, n. 9. Brasília, set./dez., 2012, p. 205-228.

MOUFFE, C. **On the political.** London: Routledge, 2005.

NEWMAN, S. **Power and Politics in Poststructuralist Thought: New theories of the political.** Routledge, 2007.

OLIVEIRA, A. L. **Tolerância, piedade, imposição? O discurso pela diversidade sexual (re)articulado por professores/as e gestores/as no cotidiano escolar.** In: 1º SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS CULTURAIS E EDUCAÇÃO - 4º SEMINÁRIO BRASILEIRO DE ESTUDOS CULTURAIS E EDUCAÇÃO. Anais... Canoas: ULBRA, 2011.

OLIVEIRA, G.; OLIVEIRA, A.; MESQUITA, R. **A teoria do discurso de Laclau e Mouffe e a pesquisa em Educação.** Educação e Realidade, v. 38, n. 4, p. 1327-1349, 2013.

OLIVEIRA, A. T. **Um estudo em arqueologia urbana: a carta de potencial arqueológico do centro histórico de Porto Alegre.** Porto Alegre: Dissertação de Mestrado, 2005.

OKSALA, J. **Como ler Foucault.** Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

PAIVA JÚNIOR, F. G.; SOUZA, A. L. M.; MELLO, S. C. B. **Validade e confiabilidade na pesquisa qualitativa em administração.** Revista de Ciências da Administração, v. 13, n. 31, p. 190, 2011.

PASQUOTTO, G. B. **Renovação, revitalização e reabilitação: reflexões sobre as terminologias nas intervenções urbanas.** INSEAD, CEUNSP, 2010. Disponível em: <http://engenho.info/revista/ed02/dartigos/11-Artigop143-149.pdf> [Acesso em 28 de abril de 2016].

PETERS, M. **Pós-estruturalismo e filosofia da diferença: uma introdução.** Autêntica, 2000.

PINTO, C. R. J. **Notas a propósito de Ernesto Laclau.** Revista de Ciências Sociales, Montevideu, v. 15, p. 36-48, 1999.

PREFEITURA DE PORTO ALEGRE, **Histórico da cidade, 2015.** Disponível em: <[http://www2.portoalegre.rs.gov.br/turismo/default.php?p\\_secao=257](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/turismo/default.php?p_secao=257)> Acesso em 23 de novembro de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. Projetos e Ações. Disponível em [www.portoalegre.rs.gov.br](http://www.portoalegre.rs.gov.br). Acesso em: 24 nov 2016.

RESTREPO, L. A. **A relação entre a sociedade civil e o Estado: elementos para uma fundamentação teórica do papel dos movimentos sociais na América Latina**. Tempo Social, v. 2, n. 2, p. 61-100, 1990.

SANTOS, J. M. L.; MELLO, S. C. B. **Os significados de Belo Monte no discurso das mídias sociais**. Revista Comunicação, Mídia e Consumo. São Paulo: PPGCOM ESPM, 2014.

SARUP, M. **An introductory guide to post-structuralism and postmodernism**. 2.ed. London: Harvester Wheatsheaf, 1993.

SCHMITT, C. **O conceito do político**. 1. ed. Petropolis. Editora: Vozes, 1996.

SCAGLIUSI, F. L. **Dilemas e estratégias do Moderno e Pós-Moderno nas Cidades**. Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, v. 12, n. 1, p. 24, 2013.

SILVA, H. A. **Revitalização urbana de centros históricos: uma revisão de contextos e propostas: a Ribeira como estudo de caso**. Dissertação (Curso de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. O Autor, 2002.

SINCLAIR, J. **Corpus, concordance, collocation**. Oxford: Oxford University Press, 1991.

SILVA, C. C. G.; BATISTA, M. M.; MELLO, S. C. B. A teoria do discurso de Laclau e Mouffe. In: MELLO, S. C. B. (Org.). **Construção Social da Tecnologia e Teoria do Discurso**. 1 ed. Recife: Editora UFPE, 2014.

SIMÕES JÚNIOR, J. G. **Revitalização de centros urbanos**. São Paulo: Publicações Pólis, 1994.

SOUZA, C. F. **Plano Geral de Melhoramentos de Porto Alegre: o plano que orientou a modernização da cidade**. Porto Alegre: Armazém Digital, 2008.

STODDART, M. C. J. **Ideology, hegemony and discourses: a critical review of theories of knowledge and power**. In: Social Thought and Research, 28: 191-226, 2007.

STRECK, D. R. **Crítica da Modernidade. Resenha do livro Crítica da modernidade, de Alain Touraine** (Petrópolis, Vozes, 1994, 431 pp.). Estudos Teológicos, v. 35, n. 1, p. 109-111, 2013.

TENÓRIO, F. G. **A modernidade e a pós-modernidade servidas em dois jantares**. Cadernos EBAPE. BR, n. 3, p. 472-491, 2009.

THIRY-CHERQUES, H. R. **Métodos Estruturalistas: pesquisa em ciência de gestão**. São Paulo: Atlas, 2008.

TOURAINÉ, A. **Uma visão crítica da modernidade**. Cadernos de Sociologia, v. 5, n. 5, 1993.

VAINER, C. B. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. (Orgs.)

**A cidade do pensamento único: desmanchando consensos.** 8. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

VARGAS, H. C.; CASTILHO, A. L. H. Intervenções em centros urbanos: objetivos, estratégias e resultados. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Intervenções em centros urbanos: objetivos, estratégias e resultados.** 2. ed. rev. e atual. Barueri: Manole, 2009.

VAZ, L. F.; SILVEIRA, C. B. **Áreas centrais, projetos urbanísticos e vazios urbanos.** Revista Território. Rio de Janeiro, ano IV, nº 7. p. 51-66. jul./dez. 1999

VIEIRA, O. A. D. **As revitalizações dos espaços portuários de Puerto Madero – Buenos Aires – e do Cais Mauá – Porto Alegre – e suas relações com o entorno. Por uma análise de aproximação.** Dissertação (Curso de Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Geociências. Porto Alegre: O Autor, 2011.

\_\_\_\_\_. **A revitalização do Cais Mauá - por uma outra possibilidade.** Revista ROSA DOS VENTOS-Turismo e Hospitalidade, v. 4, n. 1, 2012.

WAINER, H., BRAUN, H. I. **Test validity.** Hilldale, NJ: Lawrence Earlbaum Associates, 1988.

WILLIAMS, J. **Pós-Estruturalismo.** Petrópolis: Vozes, 2012.

ZANCHETI, S.; SOMEKH, N.; FREGONEZI, B. **REVITALIZAÇÃO URBANA NO BRASIL COMPARANDO SEIS CENTROS HISTÓRICOS.** Fórum Patrimônio: Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável, v. 8, n. 1, 2016.

# Apêndices

## Apêndice – A

### Protocolo de Pesquisa

| PERGUNTA DE PESQUISA CENTRAL                                                                                                                                  | TEMÁTICA                       | PERGUNTAS AUXILIARES                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Como os conflitos sociais situados no domínio do direito à cidade e nos propósitos da produção do espaço urbano são descritos segundo uma prática discursiva? | Produção Capitalista do Espaço | 1. Qual a sua visão sobre a requalificação do Cais Mauá?<br>2. Quais atores estão envolvidos no projeto de requalificação? Aponte-os e comente a articulação deles em relação à produção do espaço.<br>3. Quais os interesses que permeiam a requalificação do Cais?<br>4. Que benefícios as modificações do Cais Mauá trarão à população?                                                                                               |
|                                                                                                                                                               | Direito à Cidade               | 5. Após concluída a requalificação, como será o acesso ao público da área do Cais?<br>6. O que ocorrerá em relação ao valor imobiliário das propriedades existentes no bairro, após a requalificação do Cais?<br>7. A requalificação do Cais Mauá representa realmente os interesses do cidadão de Porto Alegre?<br>8. O cais pertence a quem?                                                                                           |
|                                                                                                                                                               | Discursos                      | 9. Quais argumentos dos grupos que estão a favor da requalificação?<br>10. Quais argumentos dos grupos que estão contra a requalificação?<br>11. Houve algum movimento de resistência? Como ocorreu a articulação desse movimento?<br>12. A comunidade ao redor do cais será prejudicada? Houve participação popular na elaboração da proposta?<br>13. O que mais incomoda no projeto vigente e qual seria um projeto ideal para o Cais? |



## Apêndice – B

### Organização e Extratos do Arquivo de Pesquisa

#### Geral

| Nome                                                                                                          | Data de modificaç... | Tipo              |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------|-------------------|
|  Documentos                  | 10/11/2016 10:06     | Pasta de arquivos |
|  Institucional               | 10/11/2016 10:06     | Pasta de arquivos |
|  Jornais Eletrônicos         | 09/11/2016 21:12     | Pasta de arquivos |
|  Redes Sociais               | 09/11/2016 21:15     | Pasta de arquivos |
|  Transcrição das Entrevistas | 22/01/2017 17:15     | Pasta de arquivos |

#### Documentos

| Nome                                                                                                                           | Data de modificaç... | Tipo               | Tamanho   |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------|--------------------|-----------|
|  EVU - Cais Mauá                              | 14/11/2016 16:20     | Adobe Acrobat D... | 30.666 KB |
|  Lei 638 - regras de uso do Cais - Prefeitura | 03/11/2016 11:46     | Adobe Acrobat D... | 155 KB    |
|  LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE PORT...        | 03/11/2016 11:48     | Adobe Acrobat D... | 346 KB    |
|  PLANO DIRETOR POA                          | 03/11/2016 11:51     | Adobe Acrobat D... | 7.821 KB  |
|  RIMA                                       | 05/07/2016 15:55     | Adobe Acrobat D... | 30.666 KB |

#### Institucional

| Nome                                                                                              | Data de modificaç... | Tipo              |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------|-------------------|
|  Empreendedor  | 09/11/2016 21:48     | Pasta de arquivos |
|  Poder Público | 09/11/2016 22:21     | Pasta de arquivos |

#### Empreendedor

| Nome                                                                                                                           | Data de modificaç... | Tipo               |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------|--------------------|
|  Albuquerque afirma que irá manter emb...   | 09/11/2016 21:48     | Adobe Acrobat D... |
|  Alerta sobre a permanência de pessoas n... | 09/11/2016 21:38     | Adobe Acrobat D... |
|  Apresentação do Projeto Cais Mauá _ Cai... | 09/11/2016 21:33     | Adobe Acrobat D... |
|  Armazéns históricos serão mantidos na r... | 09/11/2016 21:39     | Adobe Acrobat D... |
|  Audiência Pública para todos _ Cais Mauá   | 09/11/2016 21:33     | Adobe Acrobat D... |
|  Audiência Pública sobre EIA-RIMA – Revi... | 09/11/2016 21:33     | Adobe Acrobat D... |
|  Cais Mauá abriga exposições durante a F... | 09/11/2016 21:29     | Adobe Acrobat D... |
|  Cais Mauá agora está no WhatsApp _ Cai...  | 09/11/2016 21:34     | Adobe Acrobat D... |
|  Cais Mauá apoia o XX Campeonato Sul-...    | 09/11/2016 21:35     | Adobe Acrobat D... |
|  Cais Mauá apresenta projeto no Conselh...  | 09/11/2016 21:34     | Adobe Acrobat D... |

#### Poder público

| Nome                                                                                                                             | Data de modificaç... | Tipo               |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------|--------------------|
|  Área do Cais Mauá é entregue aos respo...    | 09/11/2016 22:04     | Adobe Acrobat D... |
|  Arquiteto catalão apresenta estudos de r...  | 09/11/2016 21:57     | Adobe Acrobat D... |
|  Audiência Pública debate projeto Cais M...   | 09/11/2016 21:54     | Adobe Acrobat D... |
|  Avança projeto de revitalização do Cais ...  | 09/11/2016 21:58     | Adobe Acrobat D... |
|  Cais Mauá é tema de reunião na prefeitura    | 09/11/2016 21:59     | Adobe Acrobat D... |
|  Cais Mauá lança projeto com atrações e f...  | 09/11/2016 21:55     | Adobe Acrobat D... |
|  Cais Mauá tem novo investidor                | 09/11/2016 21:59     | Adobe Acrobat D... |
|  Cais Mauá-processo de revitalização ava...   | 09/11/2016 22:05     | Adobe Acrobat D... |
|  Cisne Branco da Marinha do Brasil está at... | 09/11/2016 22:14     | Adobe Acrobat D... |
|  Começa a revitalização do Cais Mauá          | 09/11/2016 21:57     | Adobe Acrobat D... |

### Jornais Eletrônicos

| Nome                                                                                                                           | Data de modificaç... | Tipo               |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------|--------------------|
|  Cidadania condena "ocultação de dados...     | 24/08/2016 21:45     | Adobe Acrobat D... |
|  Consórcio Cais Mauá admite dificuldade...    | 23/08/2016 13:34     | Adobe Acrobat D... |
|  Consórcio deve meio milhão de reais a p...   | 23/08/2016 13:35     | Adobe Acrobat D... |
|  Correio_do_PovoTerçaFeiraCorreio_Do_P...     | 10/10/2016 21:06     | Adobe Acrobat D... |
|  Críticos do modelo de revitalização do C...  | 22/08/2016 19:48     | Adobe Acrobat D... |
|  Dossiê Cais Mauá repercute em debates ...    | 23/08/2016 13:30     | Adobe Acrobat D... |
|  Entidades apontam ilegalidades e pedem...    | 24/08/2016 21:38     | Adobe Acrobat D... |
|  Estado publica relatório que isenta consó... | 24/08/2016 21:45     | Adobe Acrobat D... |
|  Exclusivo_ as respostas do Cais Mauá aos...  | 24/08/2016 21:35     | Adobe Acrobat D... |
|  EXCLUSIVO_ Estado isenta consórcio de i...   | 24/08/2016 21:46     | Adobe Acrobat D... |
|  Faculdade de Arquitetura quer discussão ...  | 24/08/2016 21:45     | Adobe Acrobat D... |
|  Frente parlamentar quer ampliar debate s...  | 24/08/2016 21:44     | Adobe Acrobat D... |
|  G1 - Entidades contestam contrato sobre...   | 22/08/2016 19:41     | Adobe Acrobat D... |

### Redes Sociais

| Nome                                                                                                         | Data de modificaç... | Tipo              |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------|-------------------|
|  Blogs - Mov. Resistência | 09/11/2016 22:26     | Pasta de arquivos |
|  Facebook                 | 09/11/2016 22:35     | Pasta de arquivos |

### Blogs

| Nome                                                                                                                        | Data de modificaç... | Tipo               |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------|--------------------|
|  agosto_2016_Coletivo A Cidade que Q...  | 09/11/2016 22:25     | Adobe Acrobat D... |
|  julho_2016_Coletivo A Cidade que Que... | 09/11/2016 22:26     | Adobe Acrobat D... |
|  novembro_2016_Coletivo A Cidade qu...   | 09/11/2016 22:24     | Adobe Acrobat D... |
|  outubro_2016_Coletivo A Cidade que ...  | 09/11/2016 22:25     | Adobe Acrobat D... |
|  setembro_2016_Coletivo A Cidade que ... | 09/11/2016 22:25     | Adobe Acrobat D... |

### Facebook

| Nome                                                                                                   | Data de modificaç... | Tipo               |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------|--------------------|
|  Cais Mauá de Todos | 09/11/2016 22:35     | Adobe Acrobat D... |
|  Ocupa Cais Mauá    | 09/11/2016 22:35     | Adobe Acrobat D... |

### Entrevistas

| Nome                                                                                                                           | Data de modificaç... | Tipo               |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------|--------------------|
|  Adriana - Moradora do Centro Histórico     | 01/11/2016 17:45     | Documento do Mi... |
|  Carolina Soares - Mov. Minha porto alegre  | 26/10/2016 19:14     | Documento do Mi... |
|  Jaqueline Custódio - Advogada - Cais M...  | 01/11/2016 17:46     | Documento do Mi... |
|  Leonardo Melgarejo - AGAPAN                | 26/10/2016 19:25     | Documento do Mi... |
|  Lucimar Siqueira - AGB - A cidade que q... | 30/10/2016 16:54     | Documento do Mi... |
|  Marcelo Sgarbossa - Vereador               | 28/10/2016 16:31     | Documento do Mi... |
|  Paulo Guarnieri - Associação do Centro ... | 31/10/2016 18:15     | Documento do Mi... |
|  Tarcísio Zimmerman - Dep. Estadual - Ca... | 27/10/2016 19:02     | Documento do Mi... |

## Anexos

---

### Anexo – A

#### Lei Complementar Nº 638, 4 de março de 2010

*Estabelece regras para a utilização da  
área do Cais Mauá e dá outras  
providências.*

#### O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu, no uso das atribuições que me confere o inciso II do artigo 94 da Lei Orgânica do Município, sanciono a seguinte Lei Complementar:

**Art. 1º** Ficam estabelecidas, nos termos desta Lei Complementar, regras para a utilização da área do Cais Mauá.

**Art. 2º** No Cais Mauá, serão implantados:

I – centro de educação ambiental permanente voltado à disponibilização de informações sobre o monitoramento das águas do lago Guaíba e ecossistemas associados;

II – centro de convenções e museu de tecnologia, composto de espaço para feiras, auditório e salas de conferências e treinamentos, dotados de infraestrutura tecnológica;

III – espaço específico para o ensino, o fomento e a divulgação de inovação, ciência e tecnologia e a incubação de empreendimentos de base tecnológica, incluindo os agentes responsáveis pela articulação desses temas;

IV – centro de referência do artesanato; e

V – na extensão que o abrange, pontos de embarque e desembarque de passageiros de barcos turísticos, com a devida infraestrutura e local para compra e venda de bilhetes para os passeios.

**§ 1º** O centro referido inc. IV do “caput” deste artigo destinar-se-á à realização de atividades relacionadas com a produção artesanal, tais como:

I – oficinas;

II – demonstrações de técnicas;

III – exposições.

§ 2º O centro referido no inc. IV do “caput” deste artigo conterá espaço suficiente para a realização das atividades referidas no § 1º deste artigo, bem como para sua administração, que ficará sob responsabilidade do Sindicato dos Artesãos do Estado do Rio Grande do Sul.

§ 3º Dentre os pontos referidos no inc. V do “caput” deste artigo, fica incluído 1 (um) na área da Usina do Gasômetro.

§ 4º Para o ponto de embarque e desembarque de passageiros de barcos de turismo existente na área do Cais Mauá, será implementada a infraestrutura e considerado 1 (um) local adequado para compra e venda de bilhetes para passeios.

**Art. 3º** No Cais Mauá, ficam assegurados:

I – espaço para a instalação de terminal de passageiros para transporte hidroviário coletivo através do lago Guaíba;

II – percentual de utilização dos espaços de seus armazéns para ações coletivas, eventos como feiras e, dentre outras manifestações culturais, artísticas ou esportivas, a constituição de um centro referencial de leitura;

III – preservação dos trilhos ferroviários de bondes e do calçamento de composição granítica existentes no local;

IV – junto ao terminal hidroviário existente, ou em outra área a ser definida, espaço para operação de barcos de turismo e passeio, com área em terra para a operacionalização dos serviços, cujos custos serão negociados com o consórcio vencedor;

V – ponto de embarque e desembarque de passageiros de barcos de turismo em local próximo ao portão central da área do Cais Mauá, a ser revitalizada com infraestrutura de terra adequada e o fornecimento de água, luz e sala apropriada para a recepção de passageiros e a venda de bilhetes; e

VI – manutenção do ponto de embarque e desembarque de passageiros de barcos de turismo já existente na área do Cais Mauá.

**Parágrafo único.** O percentual referido no inc. II deste artigo será definido em edital.

**Art. 4º** Toda e qualquer construção na área do Cais Mauá será recuada da linha d’água em, no mínimo, a distância que os armazéns localizados na Subunidade 04 da Unidade de Estruturação Urbana (UEU) 02 da Macrozona (MZ) 01 guardam dessa linha.

**Art. 5º** Todos os projetos urbanísticos para a área do Cais Mauá deverão prever a continuidade da realização da Feira do Livro de Porto Alegre no local.

**Art. 6º** Os projetos e seus respectivos memoriais descritivos relativos ao Cais Mauá, bem como as edificações e seus espaços abertos, atenderão ao conceito de construção ambientalmente sustentável, observando os seguintes princípios:

- I – qualidade ambiental interna e externa;
- II – uso eficiente da energia, bem como de matrizes alternativas;
- III – coleta seletiva, reciclagem, reutilização e redução dos resíduos sólidos;
- IV – conservação, uso racional e reaproveitamento das águas;
- V – aproveitamento das condições naturais locais;
- VI – implantação e análise do entorno;
- VII – inovação;
- VIII – uso de materiais certificados e renováveis;
- IX – paisagismo com espécies nativas;
- X – gerenciamento dos resíduos da obra, incluindo segregação, reaproveitamento, reciclagem, transporte e destinação final; e
- XI – previsão de acessos públicos e de ciclovias compatibilizados com o Plano Diretor Ciclovitário Integrado.

**Art. 7º** Constituem diretrizes estratégicas para o Cais Mauá:

- I – o estudo de ligação aérea ou em nível, vegetada sobre a Avenida Presidente João Goulart, integrando a Praça Brigadeiro Sampaio ao Cais Mauá;
- II – a possibilidade de conexão para acesso de pedestres entre o Centro Popular de Compras e o Projeto Cais Mauá; e
- III – a criação do equipamento público “Centro da Juventude – Laboratório de Desenvolvimento da Criatividade e Empreendedorismo em Cultura, Esporte e Inovação” para 1 (uma) área do Cais Mauá.

**§ 1º** O equipamento público referido no inc. III do “caput” deste artigo consistirá em 1 (um) espaço destinado especialmente à juventude porto-alegrense e gaúcha, com acesso universal aos cidadãos em geral e com a missão de realizar trabalhos de resgate, prevenção e inclusão social, por meio de atividades de cultura, arte, esporte, lazer, formação profissional e cidadã, inclusão digital, fomento ao empreendedorismo e à inovação.

**§ 2º** O equipamento público referido no inc. III do “caput” deste artigo será localizado em 1 (um) dos prédios dos antigos armazéns do Cais Mauá.

**§ 3º** A gestão do equipamento público referido no inc. III do “caput” deste artigo será realizada conforme regimento a ser elaborado pelo Executivo Municipal e submetido à aprovação da Câmara Municipal de Porto Alegre, nele constando obrigatoriamente a coordenação compartilhada e paritária entre o Executivo Municipal e entidades com envolvimento comprovado nas áreas de atuação desse equipamento público.

**Art. 8º** Ficam alterados os limites das Subunidades 01 e 02 na UEU 02 da MZ 01, conforme Anexo desta Lei Complementar.

**Art. 9º** Fica definido o seguinte regime urbanístico para a Subunidade 02 da UEU 02 da MZ 01, conforme Anexo desta Lei Complementar:

I – Densidade: 335 hab/ha e 110 econ/ha;

II – Grupamento de Atividade: Mista 03, código 07 do Anexo 5.1 da Lei Complementar nº 434, de 1º de dezembro de 1999 – Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental (PDDUA) –, e alterações posteriores;

III – Índice de Aproveitamento:  $IA = 1,9 + IAA$ ;

IV – Regime Volumétrico – Alturas:  $H1 = 0,00m$  (área não edificável),  $H2 =$  prédios tombados/inventariados e  $H6 = 100,00m$  (condicionada à observância do Plano Específico de Proteção do Aeroporto Internacional Salgado Filho); e

V – Regime Volumétrico – Taxa de Ocupação:  $TO2 = 75\%$ .

**Art. 10.** Ficam criadas as Subunidades 04 e 05 na UEU 02 da MZ 01, conforme Anexo desta Lei Complementar.

**Art. 11.** Fica definido o seguinte regime urbanístico para a Subunidade 04 da UEU 02 da MZ 01, conforme Anexo desta Lei Complementar:

I – Densidade: 70 hab/ha e 20 econ/ha;

II – Grupamento de Atividade: Mista 03, código 07 do Anexo 5.1 da Lei Complementar nº 434, de 1999, e alterações posteriores;

III – Índice de Aproveitamento:  $IA = 0,5 + IAA$ ;

IV – Regime Volumétrico – Alturas:  $H1 = 0,00m$  (área não edificável),  $H2 =$  prédios tombados/inventariados e  $H3 = 6,70m$  (base dos oitões dos armazéns); e

V – Regime Volumétrico – Taxa de Ocupação:  $TO1 = 40\%$ .

**Art. 12.** Fica definido o seguinte regime urbanístico para a Subunidade 05 da UEU 02 da MZ 01, conforme Anexo desta Lei Complementar:

I – Densidade: 140 hab/ha e 40 econ/ha;

II – Grupamento de Atividade: Mista 03, código 07 do Anexo 5.1 da Lei Complementar nº 434, de 1999, e alterações posteriores;

III – Índice de Aproveitamento:  $IA = 1,0 + IAA$ ;

IV – Regime Volumétrico – Alturas:  $H1 = 0,00m$  (área não edificável),  $H4 = 14,00m$  (base) e  $H5 = 14,00m$  (base) +  $18,00m$  (corpo) =  $32,00m$  (total); e

**V – Regime Volumétrico – Taxa de Ocupação:  $TO2 = 75\%$  no corpo e  $90\%$  na base.**

**Art. 13.** Relativamente ao disposto nos arts. 9º, inc. II, 11, inc. II, e 12, inc. II, desta Lei Complementar, não há limitação de porte para o entretenimento noturno, e ficam vedados:

I – templos e locais de culto em geral;

II – comércio atacadista em geral;

III – Serviços de Interferência Ambiental de Nível 3;

IV – instalação de indústrias poluentes ou com potencial efeito poluidor; e

V – uso residencial.

**Art. 14.** Quanto aos afastamentos de altura das edificações na área do Cais Mauá, deverá ser observado, no zoneamento H5, o afastamento mínimo frontal do corpo de  $4,00m$  (quatro metros) em relação ao alinhamento da Avenida Presidente João Goulart.

**Parágrafo único.** Fica vedado o balanço de  $1,20m$  (um vírgula vinte metro) da edificação sobre o recuo de altura estabelecido no “caput” deste artigo e no zoneamento H1.

**Art. 15.** A aplicação do índice de aproveitamento e da taxa de ocupação na área do Cais Mauá dar-se-á com a utilização plena dos dispositivos de controle da edificação no imóvel, sem doação de áreas para o sistema viário e equipamentos públicos comunitários.

**Art. 16.** Na área do Cais Mauá, o elemento morfológico conceituado como Volume Superior na Lei Complementar nº 434, de 1999, e alterações posteriores, será objeto de análise específica, com intuito de integrá-lo ao corpo da edificação, cuja avaliação ficará a critério do Sistema Municipal de Gestão do Planejamento (SMGP).

**Art. 17.** Os regimes urbanísticos estabelecidos nesta Lei Complementar para as Subunidades 02, 04 e 05 da UEU 02 da MZ 01 vigorarão até o dia 31 de dezembro de 2012, sendo assegurada aos investidores que licenciarem e iniciarem suas obras a utilização dos respectivos índices.

**Parágrafo único.** Nos primeiros 90 (noventa) dias de 2013, o Executivo Municipal enviará à Câmara Municipal de Porto Alegre projeto que estabeleça os critérios de atualização desta Lei Complementar, com a manutenção, a modificação ou a revogação dos índices nesta Lei Complementar contidos.

**Art. 18.** O Município de Porto Alegre não responderá por perdas e danos ocorridos na área do Cais Mauá decorrentes de inundações ou fechamento das comportas do dique.

**Art. 19.** Os atos de aprovação ou licenciamento dos projetos arquitetônicos conterão advertência sobre o fato de o Cais Mauá tratar-se de empreendimento localizado fora do Sistema de Proteção Contra Cheias do Município de Porto Alegre e, por isso, estar sujeito a inundações.

**Art. 20.** Todos os demais dispositivos, conceitos e padrões urbanísticos não especificados nesta Lei Complementar deverão observar o disposto na Lei Complementar nº 434, de 1999, e alterações posteriores, bem como as diretrizes urbanísticas e ambientais estabelecidas pelo Município de Porto Alegre.

**Art. 21.** Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, 4 de março de 2010.

José Fogaça,  
Prefeito.

Marcelo Gularte,  
Secretário do Planejamento Municipal, em exercício.

Registre-se e publique-se.  
Clóvis Magalhães,  
Secretário Municipal de Gestão e  
Acompanhamento Estratégico.